

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE CONTADORIA

PREFEITURA
DO MUNICÍPIO
DE SÃO PAULO

RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL

2023



Publicação da Secretaria Municipal da Fazenda

São Paulo – março de 2024

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

Luis Felipe Vidal Arellano

SECRETÁRIO ADJUNTO

Fabiano Martins de Oliveira

CHEFE DE GABINETE

Evandro Luis Alpoim Freire

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO MUNICIPAL – SUTEM

Henrique de Castilho Pinto

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTADORIA – DECON

Emerson Onofre Pereira

DIVISÃO DE CONTROLES CONTÁBEIS – DICOC

Renata Farias Freire de Souza

DIVISÃO DE CONTABILIDADE DE RECEITAS E DE IMPOSTO DE RENDA – DIGIR

Ana Paula Vieira da Silva

DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DISEO

Iranice Aparecida Santos Ruivo

DIVISÃO DE CONTABILIDADE – DICON

José Carlos Palacios Munoz

DIVISÃO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS CONTÁBEIS – DIGER

Paulo Mauricio de Oliveira Duarte

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

EQUIPE TÉCNICA

Angela Cristina Schneider

Felipe Reis de Sousa

Karen Cheda Ferreira

Marcia Correia Jusius

Meire Toyama

Sumário

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL DE 2023	3
PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS	6
ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA	7
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	7
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	18
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	25
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM A NOVA ESTRUTURA DE FONTES DE RECURSOS	26
INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS	28
ANÁLISE PATRIMONIAL	31
ATIVO	32
PASSIVO	42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	48
SUPERAVIT FINANCEIRO.....	49
INDICADORES PATRIMONIAIS	52
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	53
ANÁLISE FINANCEIRA.....	56
INGRESSOS	56
DISPÊNDIOS	60
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA.....	61
FLUXOS DE CAIXA.....	62
INDICADORES FINANCEIROS E DE FLUXOS DE CAIXA.....	64
GESTÃO FISCAL.....	66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	66
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	67
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	68
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	71
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	72
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	73
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR	74
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	75
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	77
INTRODUÇÃO	77
AVALIAÇÃO ATUARIAL	80
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	84
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	86
DISPONIBILIDADES E INVESTIMENTOS	87
RESULTADO PATRIMONIAL	88
DESPESA COM APOSENTADORIAS E PENSÕES EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL COM PESSOAL	89
ÓRGÃO GESTOR (IPREM).....	90
AÇÕES DE GESTÃO DO RPPS.....	91
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM	93
PRINCIPAIS DADOS APRESENTADOS PELA CGM EM 2023	93

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2023	94
CONCLUSÃO.....	94

Apresentação do Relatório Técnico do Balanço Geral de 2023

Este Relatório tem como objetivo oferecer aos interessados a instrumentalização do controle social, com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, utilizando uma linguagem simples e didática, fornecendo subsídios essenciais à análise e verificação dos resultados apresentados pela Prefeitura do Município de São Paulo no exercício de 2023, sob os aspectos patrimonial, financeiro e orçamentário.

O Departamento de Contadoria, integrante da Subsecretaria do Tesouro Municipal pertencente à Secretaria Municipal da Fazenda, na qualidade de órgão central de contabilidade, apresenta à sociedade e demais interessados a prestação de contas da Prefeitura do Município de São Paulo na forma de Balanço Geral de 2023, em cumprimento ao inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal.

O Balanço Geral retrata a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, refletindo a unificação orçamentária disposta no Orçamento Programa para o exercício financeiro de 2023 e abrange os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e os órgãos do Poder Legislativo, a saber:

Administração Direta		Administração Indireta	
Poder Executivo	Qtd.	Poder Executivo	Qtd.
Secretarias	21	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município SP	1
Fundos	20	Cinema e Audiovisual de São Paulo	1
Subprefeituras	32	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	1
Controladoria Geral do Município	1	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	1
Procuradoria Geral do Município	1	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	1
Encargos Gerais	1	Fundo Municipal de Habitação	1
		Fundo Municipal de Limpeza Urbana	1
		Hospital do Servidor Público Municipal	1
		Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1
Poder Legislativo	Qtd.	São Paulo Turismo	1
Câmara Municipal de São Paulo	1	São Paulo Urbanismo	1
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	1	Fundo Financeiro - FUNFIN	1
Respectivos Fundos	2	Fundo Previdenciário - FUNPREV	1
		Serviço Funerário do Município de São Paulo (em fase de extinção)	1
		Autarquia Hospitalar Municipal (encerrada)	1
		Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (encerrada)	1
Total de 96 órgãos			

Conforme a Lei nº 17.433, de 29 de julho de 2020, que dispõe sobre a reorganização da Administração Pública Municipal Indireta, incluindo a criação e extinção de entidades, está autorizado ao Poder Executivo realizar a extinção do Serviço Funerário do Município de São Paulo - SFMSP; da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia - FUNDATEC e da São Paulo Turismo S.A. - SPTURIS.

Conforme o Decreto nº 61.989, de 18 de novembro de 2022, foi instituída a Comissão Especial de Transição Institucional do Serviço Funerário do Município de São Paulo – CETISF, com a atribuição de organizar, acompanhar, adotar e propor as providências necessárias para a

transição da gestão, regulação e fiscalização dos contratos de concessão para a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP Regula, tendo como objeto a gestão, operação, manutenção, exploração, revitalização e expansão dos 22 (vinte e dois) cemitérios e dos crematórios públicos e da prestação de serviços funerários do Município de São Paulo,.

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicado o Decreto nº 63.110/2023, que informa a extinção em 31/12/2023 do Serviço Funerário do Município de São Paulo, bem como encerra os trabalhos da Comissão Especial de Transição Institucional do SFMSP – CETISF.

O Balanço Geral encontra-se em pleno acordo com as normas de direito financeiro estabelecidas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as diretrizes fixadas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e com as disposições gerais contidas no Decreto Municipal nº 62.147, de 16 de janeiro de 2023 e alterações, relativas às normas referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial para o exercício de 2023 e no Decreto Municipal nº 62.975, de 27 de novembro de 2023 e alterações, que dispôs sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2023 das Administrações Direta e Indireta.

Este Relatório inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP 9ª edição e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCTSP, compostas por:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas.

Os dados para a elaboração do Balanço Geral do Município de São Paulo foram obtidos da escrituração realizada pelos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, em conformidade com o plano de contas único deste Município, o qual se encontra em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Neste Relatório está evidenciado o cumprimento das metas de resultados de receitas e despesas conforme a Lei Municipal nº 17.729, de 28 de dezembro de 2021, que dispôs sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025, Lei Municipal nº 17.839 de 20 de julho de 2022, que dispôs sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023 e Lei Municipal nº 17.876, de 29 de dezembro de 2022, que estimou a receita e fixou as despesas para o exercício de 2023. Nos demonstrativos fiscais estão compreendidos os Resultados Primário e

Nominal, a Receita Corrente Líquida, a Despesa com Pessoal e a Aplicação de Recursos na Educação e na Saúde.

As adaptações e implantações de políticas contábeis para atendimento aos processos de padronização com vistas à consolidação nacional das contas públicas e de convergência às normas internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) vêm ocorrendo de forma gradual neste Município e com base no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais anexo à Portaria STN nº 548 de 2015. Em consequência, foram realizados estudos, discussões e melhorias de processos, detalhados nas Notas Explicativas deste Relatório.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, esta Prestação de Contas encontra-se disponível no Portal da Secretaria Municipal da Fazenda¹.

¹ Endereço eletrônico: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/contaspublicas/index.php?p=3212>

Principais Dispositivos Legais

Na execução do orçamento do exercício de 2023, bem como nos demais eventos contábeis, foram observados as Normas, os Princípios de Contabilidade e os dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:

- Lei Federal nº 4.320/1964, que estatuiu normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública;
- Lei Complementar nº 101/2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, que dispôs sobre a Constituição Municipal;
- Lei Municipal nº 17.729/2021, que dispôs sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025;
- Lei Municipal nº 17.839/2022, que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023;
- Lei Municipal nº 17.876/2022, que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 2023;
- Decreto Municipal nº 62.147/2023 e alterações, que fixou normas para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2023;
- Decreto Municipal nº 62.975/2023, que dispôs sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2023;
- Portaria MPS nº 509/2013, que dispôs sobre o Regime Próprio da Previdência Social;
- Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações, que dispôs sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências;
- Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117/2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119/2021 e Portaria STN nº 1.131/2021, que aprovaram a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e deram outras providências;
- Portaria STN nº 548/2015, que dispôs sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas, sob a mesma base conceitual;
- Portaria STN nº 1447/2022, que aprovou a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF);
- Portaria STN nº 896/2017 e alterações, que estabeleceu regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais dos entes da Federação.

Análise Orçamentária

Lei Orçamentária Anual - LOA

A Lei Municipal nº 17.876, de 29 de dezembro de 2022, estimou a receita e fixou a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2023 no montante de R\$ 95,9 bilhões, compreendendo o orçamento fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta. A receita estimada e a despesa fixada conforme suas categorias econômicas são apresentadas a seguir:

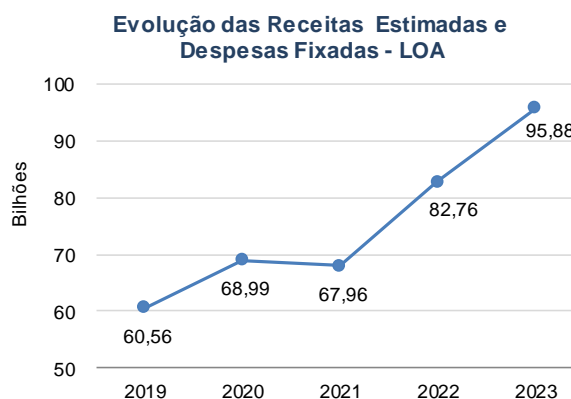
Receita Estimada			Despesa Fixada		
Receitas Correntes	R\$	90.458.541.827	Despesas Correntes	R\$	83.387.715.517
Receitas de Capital	R\$	5.422.269.476	Despesas de Capital	R\$	12.493.094.786
			Reserva de Contingência	R\$	1.000
Total	R\$	95.880.811.303	Total	R\$	95.880.811.303

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nos últimos cinco exercícios as receitas previstas e despesas fixadas nas Leis Orçamentárias Anuais apresentaram a seguinte evolução, na qual destacamos um aumento de 15,9% para o exercício de 2023, se comparado ao exercício anterior:

Ano	LOA	% Variação
2019	R\$ 60.563.450.056	-
2020	R\$ 68.989.440.667	13,9%
2021	R\$ 67.962.707.820	-1,5%
2022	R\$ 82.758.515.690	21,8%
2023	R\$ 95.880.811.303	15,9%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Receita Orçamentária

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício, constituindo fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações, com a finalidade de atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

No exercício de 2023, a previsão atualizada das receitas totalizou R\$ 101,1 bilhões, considerando as reestimativas ocorridas durante o exercício no montante de R\$ 5,2 bilhões, cujo detalhamento consta das Notas Explicativas deste Relatório.

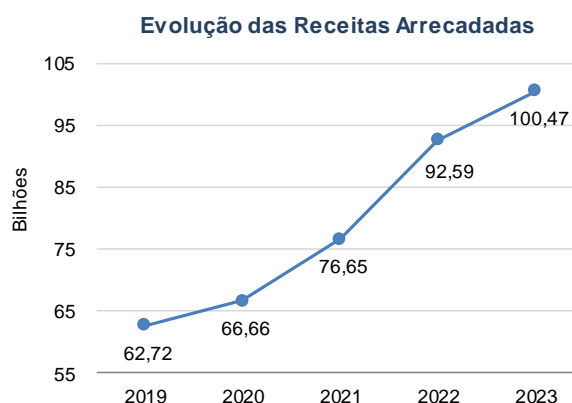
A receita orçamentária realizada no exercício de 2023 alcançou o montante de R\$ 100,5 bilhões, demonstrando um deficit de arrecadação de R\$ 0,6 bilhão comparada à previsão atualizada. A Administração Direta participou com 85,3% do total arrecadado e a Indireta com 14,7%.

Receitas	Previsão Inicial	Reestimativas de Receita	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Insuficiência de Arrecadação
Administração Direta	R\$ 84.034.577.643	R\$ 3.574.102.916	R\$ 87.608.680.559	R\$ 85.657.581.902	-R\$ 1.951.098.657
Administração Indireta	R\$ 11.846.233.660	R\$ 1.601.922.857	R\$ 13.448.156.517	R\$ 14.812.006.410	R\$ 1.363.849.893
Total	R\$ 95.880.811.303	R\$ 5.176.025.773	R\$ 101.056.837.076	R\$ 100.469.588.312	-R\$ 587.248.764

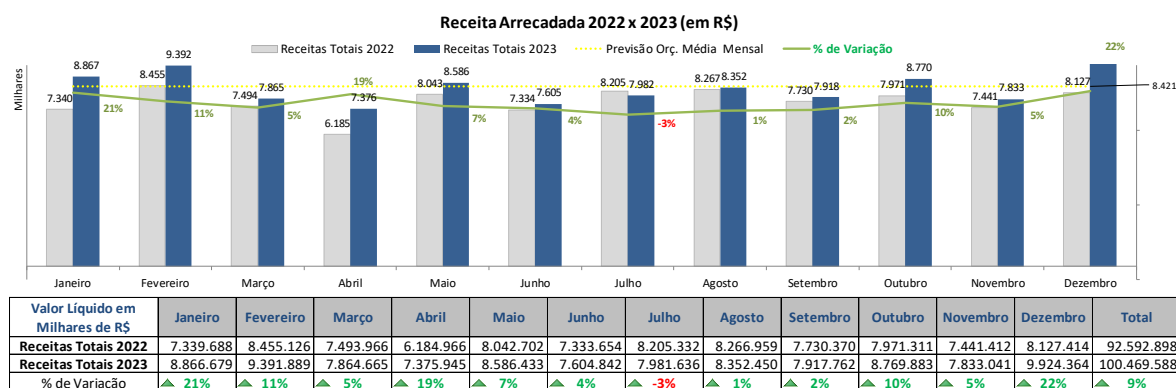
Nos últimos cinco exercícios a receita orçamentária apresentou a evolução a seguir, na qual destacamos um aumento de 8,5% nas receitas realizadas do exercício de 2023, se comparado ao exercício anterior:

Ano	Receitas Arrecadadas	% Variação
2019	R\$ 62.716.982.200	-
2020	R\$ 66.661.210.628	6,3%
2021	R\$ 76.650.695.889	15,0%
2022	R\$ 92.592.898.386	20,8%
2023	R\$ 100.469.588.312	8,5%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Em uma análise mais detalhada das receitas orçamentárias por mês de arrecadação, observa-se que a arrecadação do ano foi superior a 2022, em praticamente todos os meses, com exceção de julho com variação negativa de 3% e com ênfase para o mês de dezembro cujo aumento foi de 22%:



Classificação da Receita Orçamentária por Natureza

Com a finalidade de possibilitar a identificação detalhada dos recursos que ingressaram nos cofres públicos, a classificação da receita orçamentária, conforme sua natureza, subdivide-se

em: Categoria Econômica, Origem, Espécie, Desdobramento para Identificação das Peculiaridades e Tipo. Quanto à Categoria Econômica, as receitas orçamentárias classificam-se em Receitas Correntes e Receitas de Capital.

O quadro a seguir demonstra as receitas realizadas no exercício de 2023 segregadas por categoria econômica, indicando que a arrecadação das Receitas Correntes representou 96,7% do total arrecadado e excedeu a previsão atualizada em R\$ 1,7 bilhão. As Receitas de Capital representaram 3,3% deste total, cuja arrecadação ficou abaixo do previsto em R\$ 2,3 bilhões:

em R\$					
Receitas Orçamentárias	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	% Realizada	% s/ Total
Receitas Correntes	95.418.019.502,78	97.125.460.117,26	1.707.440.614,48	101,8%	96,7%
Receita Tributária	51.903.461.343,50	52.095.430.669,73	191.969.326,23	100,4%	51,9%
Receita de Contribuições	8.680.645.994,63	9.135.182.562,22	454.536.567,59	105,2%	9,1%
Receita Patrimonial	4.632.536.913,98	5.444.741.187,63	812.204.273,65	117,5%	5,4%
Receita Agropecuária	-	-	-	0,0%	0,0%
Receita Industrial	-	-	-	0,0%	0,0%
Receita de Serviços	833.450.680,90	810.867.933,95	(22.582.746,95)	97,3%	0,8%
Transferências Correntes	22.634.153.891,47	22.312.279.659,21	(321.874.232,26)	98,6%	22,2%
Outras Receitas Correntes	6.733.770.678,30	7.326.958.104,52	593.187.426,22	108,8%	7,3%
Receitas de Capital	5.638.817.573,30	3.344.128.194,75	(2.294.689.378,55)	59,3%	3,3%
Operações de Crédito	2.398.153.513,00	368.156.173,68	(2.029.997.339,32)	15,4%	0,4%
Alienação de Bens	16.143.920,38	355.749.778,12	339.605.857,74	2203,6%	0,4%
Amortizações de Empréstimos	22.460.866,00	24.801.621,08	2.340.755,08	110,4%	0,0%
Transferências de Capital	1.278.072.097,74	684.369.103,15	(593.702.994,59)	53,5%	0,7%
Outras Receitas de Capital	1.923.987.176,18	1.911.051.518,72	(12.935.657,46)	99,3%	1,9%
Total	101.056.837.076,08	100.469.588.312,01	(587.248.764,07)	99,4%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Para uma análise mais detalhada da realização da receita orçamentária, foram segregadas as receitas de operações intraorçamentárias, que são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do mesmo ente, as quais totalizaram o montante de R\$ 10,7 bilhões e representaram 10% do total das receitas arrecadadas.

Observando a arrecadação das receitas no exercício de 2023, verifica-se que as deduções totalizaram R\$ 3,4 bilhões e representaram 3% da receita bruta total:

Receitas Realizadas	Receita Bruta (Exceto Intraorçamentárias)	Receita Bruta Intraorçamentárias	Total Receita Bruta	(-) Deduções	Total Receita Líquida
Receitas Correntes	R\$ 89.678.434.971	R\$ 10.624.855.622	R\$ 100.303.290.593	-R\$ 3.177.830.476	R\$ 97.125.460.117
Receitas de Capital	R\$ 3.553.550.353	R\$ 50.809.137	R\$ 3.604.359.491	-R\$ 260.231.296	R\$ 3.344.128.195
Total	R\$ 93.231.985.324	R\$ 10.675.664.760	R\$ 103.907.650.084	-R\$ 3.438.061.772	R\$ 100.469.588.312
% s/ Receita Bruta Total	90%	10%	100%	-3%	97%

No comparativo das receitas orçamentárias arrecadadas nos exercícios 2023 e 2022, segregadas pela Categoria Econômica e Origem, observou-se um aumento de 9,7% nas Receitas Correntes e uma diminuição de 17,3% nas Receitas de Capital, conforme demonstrado a seguir:

em R\$				
Receitas Orçamentárias	Receitas Realizadas 2023	Receitas Realizadas 2022	Variação R\$	Variação %
Receitas Correntes	97.125.460.117,26	88.548.284.585,17	8.577.175.532,09	9,7%
Receita Tributária	52.095.430.669,73	47.822.636.239,83	4.272.794.429,90	8,9%
Receita de Contribuições	9.135.182.562,22	7.523.217.028,11	1.611.965.534,11	21,4%
Receita Patrimonial	5.444.741.187,63	5.211.937.272,92	232.803.914,71	4,5%
Receita de Serviços	810.867.933,95	532.191.425,82	278.676.508,13	52,4%
Transferências Correntes	22.312.279.659,21	22.147.053.567,32	165.226.091,89	0,7%
Outras Receitas Correntes	7.326.958.104,52	5.311.249.051,17	2.015.709.053,35	38,0%
Receitas de Capital	3.344.128.194,75	4.044.613.800,70	(700.485.605,95)	-17,3%
Operações de Crédito	368.156.173,68	103.342.000,00	264.814.173,68	256,3%
Alienação de Bens	355.749.778,12	16.628.991,61	339.120.786,51	2039,3%
Amortizações de Empréstimos	24.801.621,08	238.234.170,57	(213.432.549,49)	-89,6%
Transferências de Capital	684.369.103,15	757.792.647,69	(73.423.544,54)	-9,7%
Outras Receitas de Capital	1.911.051.518,72	2.928.615.990,83	(1.017.564.472,11)	-34,7%
Total	100.469.588.312,01	92.592.898.385,87	7.876.689.926,14	8,5%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se as seguintes variações:

Receitas Correntes:

- i) Receitas Tributárias com variação positiva de 8,9%, no montante de R\$ 4,3 bilhões, decorrente do aumento nas arrecadações de ISS, IPTU e IRRF, cujos percentuais de crescimento representaram 10,3%, 4,5% e 21,7%, respectivamente;
- ii) Receitas de Contribuições com variação positiva de 21,4%, no montante de R\$ 1,6 bilhão, decorrente do aumento de R\$ 1,56 bilhão nas contribuições para o RPPS;
- iii) Receitas Patrimoniais com variação positiva de 4,5%, no montante de R\$ 232,8 milhões, com destaque para o aumento de R\$ 712,0 milhões nos juros sobre fundos de investimentos e aplicações em contas – Renda Fixa e na redução de R\$ 604,9 milhões nas outorgas provenientes de concessões;
- iv) Receitas de Serviços com variação positiva de 52,4%, no montante de R\$ 278,7 milhões, com destaque para o aumento de R\$ 334,6 milhões nas receitas intraorçamentárias com serviços administrativos e comerciais gerais;
- v) Transferências Correntes com variação positiva de 0,7%, no montante de R\$ 165,2 milhões, com destaque para o aumento de R\$ 420,7 milhões nas transferências recebidas da União e nas reduções de R\$ 129,6 milhões nas transferências recebidas do Estado e de R\$ 176,7 milhões nas transferências recebidas de Outras Instituições Públicas (FUNDEB);
- vi) Outras Receitas Correntes com variação positiva de 38,0%, no montante de R\$ 2,0 bilhões, decorrentes do crescimento de R\$ 2,3 bilhões na receita intraorçamentária com aportes periódicos para o RPPS (com base no Art. 37, §15

da Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município de São Paulo²) e da redução R\$ 418,0 milhões na receita de multas de trânsito.

Receitas de Capital:

- i) Operações de Crédito com variação positiva de 256,3%, no montante de R\$ 264,8 milhões, decorrentes da contratação de operação de crédito no mercado interno junto ao Banco do Brasil (Operação de Crédito SF nº 02/2023), no valor de R\$ 250,0 milhões, destinada a financiar o Programa de Redução de Gases Poluentes por meio da Eletrificação da Frota de Ônibus do Município de São Paulo/SP e da contratação de operação de crédito no mercado externo junto ao BIRD, no valor de R\$ 20,8 milhões, destinada ao Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana Universal do Corredor Aricanduva;
- ii) Alienação de Bens com aumento no montante de R\$ 339,1 milhões, decorrente da alienação de imóveis de propriedade da COHAB (rubrica de alienação de áreas/terrenos/glebas), que totalizaram R\$ 326,9 milhões;
- iii) Amortização de Empréstimos com redução de R\$ 213,4 milhões, decorrente da rubrica de amortização – contrato de confissão e assunção de dívidas da Carteira da COHAB-SP, que no exercício de 2022 totalizou R\$ 214,5 milhões e em 2023 não apresentou movimentações;
- iv) Transferências de Capital com redução de 9,7%, no montante de R\$ 73,4 milhões, com destaque para as reduções de R\$ 30,9 milhões nas transferências recebidas da União e de R\$ 28,1 milhões nas transferências recebidas do Estado;
- v) Outras Receitas de Capital com redução de 34,7%, no montante de R\$ 1,0 bilhão, decorrentes das diminuições das rubricas de receitas com Depósito Judicial - LC 151/2015 no valor de R\$ 607,0 milhões e nas Operações Urbanas no montante de R\$ 336,5 milhões.

Receitas Correntes

As Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro e aumentam as disponibilidades financeiras do Município, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. Constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

² L.O.M. – Art. 37, § 15 - Fica aportado para o RPPS o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas Autarquias e pelas Fundações que instituírem e mantiverem e que vier a ser recebido desde a data da promulgação desta Emenda à Lei Orgânica até 31 de dezembro de 2055.

em R\$	
Receitas Correntes	Exercício 2023
Receita Tributária	52.095.430.669,73
Receita de Contribuições	9.135.182.562,22
Receita Patrimonial	5.444.741.187,63
Receita de Serviços	810.867.933,95
Transferências Correntes	22.312.279.659,21
Outras Receitas Correntes	7.326.958.104,52
Total	97.125.460.117,26

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2023, as Receitas Correntes alcançaram o montante de R\$ 97,1 bilhões e os maiores destaques de participação foram as Receitas Tributárias com 53,6% e as Transferências Correntes com 23,0%, ambas equivaleram a 76,6% do total desta categoria de receita e serão detalhadas nos tópicos a seguir.

Receita Tributária

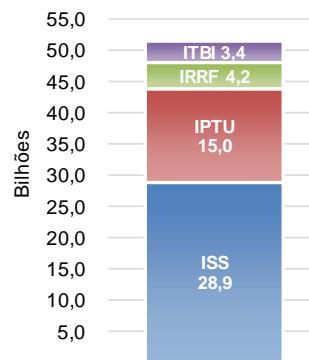
Tributo é uma das origens da Receita Corrente na Classificação Orçamentária por Categoria Econômica. Quanto à procedência, trata-se de receita derivada, cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Município custear as atividades que lhe são correlatas.

Em 2023, a Receita Tributária foi a principal fonte de recurso para a formação da Receita Orçamentária da Municipalidade e atingiu o montante de R\$ 52,1 bilhões. Comparado ao total arrecadado de R\$ 47,8 bilhões em 2022, houve um aumento de R\$ 4,3 bilhões, representando uma variação positiva de 8,9%. As receitas tributárias segregam-se nas seguintes rubricas:

em R\$	
Receitas Tributárias	Exercício 2023
ISS	28.855.298.543,82
IPTU	14.961.581.803,01
IRRF	4.203.194.804,07
ITBI	3.371.357.769,68
Taxas	691.028.304,10
Contribuição de Melhoria	304.059,89
Outros Impostos	12.665.385,16
Total	52.095.430.669,73

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Principais Receitas Tributárias



- **ISS** - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza alcançou o montante de R\$ 28,9 bilhões, equivalente a 55,4% do total das Receitas Tributárias, com crescimento de 10,3% na arrecadação, em comparação a 2022;
- **IPTU** - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana atingiu o montante R\$ 15,0 bilhões, equivalente a 28,7% do total das Receitas Tributárias, com crescimento de 4,5% na arrecadação, em comparação a 2022;

- **IRRF** – Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte alcançou o montante de R\$ 4,2 bilhões, equivalente a 8,1% das Receitas Tributárias, com crescimento de 21,7% na arrecadação, em comparação a 2022;
- **ITBI** – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis atingiu o montante de R\$ 3,4 bilhões, equivalente a 6,5% das Receitas Tributárias, com crescimento de 4,0% em comparação a 2022.

Transferências Correntes

Sob a ótica orçamentária, as Transferências Correntes são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas de manutenção ou de funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

As Transferências Correntes atingiram o montante de R\$ 22,3 bilhões, apresentaram um aumento de 0,7% na comparação com o exercício anterior e estão segregadas em:

	em R\$			
Transferências Correntes	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação R\$	Variação %
Transf. da União	4.553.709.244,77	4.132.977.782,26	420.731.462,51	10,2%
Transf. dos Estados	11.194.459.082,09	11.324.027.393,92	(129.568.311,83)	-1,1%
Transf. de Outras Instituições Públicas	6.470.067.100,69	6.646.725.256,38	(176.658.155,69)	-2,7%
Transf. de Instituições Privadas	22.361.642,84	18.827.400,12	3.534.242,72	18,8%
Transf. de Pessoas Físicas	51.174.579,13	21.264.117,43	29.910.461,70	140,7%
Demais Transferências	20.508.009,69	3.231.617,21	17.276.392,48	534,6%
Total	22.312.279.659,21	22.147.053.567,32	165.226.091,89	0,7%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Transferências da União**

	em R\$
Transferências da União	Exercício 2023
Recursos do SUS - Saúde	2.944.557.846,35
Recursos para Educação	908.765.817,63
Cota-Parte (Tributos Diversos)	497.871.280,89
Lei Paulo Gustavo (Cultura)	86.981.595,01
Recursos para Assistência Social	72.443.553,22
LC 176/2020 (Compens. perdas Lei Kandir)	29.739.975,36
Outras Transf. União	13.349.176,31
Total	4.553.709.244,77

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Alcançaram o montante de R\$ 4,6 bilhões, representando 20,4% do total das transferências correntes recebidas no exercício e apresentaram uma variação positiva de R\$ 420,7 milhões, se comparado ao exercício de 2022.

- **Transferências dos Estados**

em R\$	
Transferências dos Estados	Exercício 2023
Cota-Parte do ICMS	7.491.224.855,51
Cota-Parte do IPVA	3.362.372.101,69
Compens. Perdas Arrecad. ICMS	145.499.710,19
Transf. Fundo Estadual Saúde	66.547.755,90
Transf. à Assistência Social	54.063.210,80
Cota-Parte do IPI	44.118.889,70
Cota-Parte Royalties Petróleo	25.879.998,77
Convênios com Estados	3.360.014,32
Cota-Parte da CIDE	1.092.545,21
Emendas Parlamentares	300.000,00
Total	11.194.459.082,09

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Atingiram o montante R\$ 11,2 bilhões, representando 50,2% do total das transferências correntes recebidas em 2023, com ênfase para a Cota-Parte do ICMS com montante de R\$ 7,5 bilhões e a Cota-Parte do IPVA com R\$ 3,4 bilhões.

- **Transferências de Outras Instituições Públicas**

em R\$	
Transferências de Outras Instituições Públicas	Exercício 2023
Transf. do FUNDEB - Estado	5.856.138.311,05
Transf. do FUNDEB - União	613.332.452,71
Transf. MP-SP/TJESP X FMS - COVID-19	557.480,49
Transf. MPU/MPT X FMS - COVID 19	38.856,44
Total	6.470.067.100,69

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O montante de R\$ 6,5 bilhões recebidos em 2023 refere-se, quase em sua totalidade, às Transferências de Recursos do FUNDEB.

Outras Receitas Correntes

Este grupo contempla as Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais, Multas de Trânsito, Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, entre outras.

em R\$	
Outras Receitas Correntes	Exercício 2023
Multas Administrativas, Contrat. e Judiciais	1.841.240.288,93
Multas de Trânsito - DSV	1.631.899.632,18
Demais Multas	209.340.656,75
Indenizações, Restituiç. e Ressarcimentos	330.052.064,09
Bens, Direitos e Valores incorp. ao Patrimônio	154.220,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	159.476,45
Demais Receitas Correntes	5.155.352.055,05
Aportes Periódicos - RPPS - L.O.M. - ART. 37 § 15	4.677.952.911,29
Honorários de Advogados	284.019.687,20
Compensações Financeiras RGPS x RPPS	140.975.793,06
Demais Receitas	52.403.663,50
Total	7.326.958.104,52

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2023, este grupo totalizou R\$ 7,3 bilhões de arrecadação, com destaque para as Multas de Trânsito no montante de R\$ 1,6 bilhão e para os aportes periódicos ao RPPS no valor de R\$ 4,7 bilhões.

Dívida Ativa: é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em

processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez, conforme definição do MCASP – 9ª edição.

As arrecadações de receitas correntes do exercício contemplaram os valores Principal + Juros e Multas + Dívida Ativa + respectivos Juros e Multas sobre a Dívida Ativa. Na comparação do montante arrecadado de R\$ 97,1 bilhões com receitas correntes, a arrecadação da dívida ativa e seus respectivos juros e multas representaram 2,2% deste total, correspondendo a R\$ 1,6 bilhão com o Principal da Dívida Ativa e R\$ 0,5 bilhão com os juros e multas, conforme demonstrado a seguir:

Natureza da Receita	Dívida Ativa (Principal)		Dívida Ativa (Juros e Multas)		Total
IPTU	R\$ 984.998.229		R\$ 344.362.576		R\$ 1.329.360.804
ISS	R\$ 506.768.497		R\$ 123.462.714		R\$ 630.231.212
ITBI	R\$ 14.294.146	+	R\$ 9.567.477	=	R\$ 23.861.623
Multas SMSUB	R\$ 39.044.635		R\$ 12.317.259		R\$ 51.361.894
Taxas de Fiscaliz. e de Resíduos	R\$ 33.761.058		R\$ 19.897.262		R\$ 53.658.319
Multas de Trânsito	R\$ 36.364.700		R\$ 2.547.409		R\$ 38.912.109
Outros Impostos e Taxas	R\$ 20.250.637		R\$ 6.197.073		R\$ 26.447.710
Total	R\$ 1.635.481.901		R\$ 518.351.770		R\$ 2.153.833.671

Em uma análise detalhada dos montantes arrecadados no exercício com a Dívida Ativa e seus respectivos Juros e Multas, observa-se que o imposto com maior destaque foi o IPTU, representando 61,7% do total da dívida ativa e o ISS representando 29,3%.

Programas de Parcelamento: no exercício de 2023, as arrecadações com Programas de Parcelamentos totalizaram R\$ 1,3 bilhão, contemplando valores principais dos tributos e valores inscritos em Dívida Ativa, com respectivos juros e multas, além de honorários de advogados e demais custas.

Detalhando os valores correspondentes à arrecadação em 2023 com os Programas de Parcelamento pela natureza das receitas, observa-se que o IPTU correspondeu a 48,2% do total e o ISS a 38,4% do montante arrecadado, conforme demonstrado a seguir:

Parcelamento - Natureza da Receita	Valor Principal + Juros e Multas		Dívida Ativa + Juros e Multas		Total
IPTU	R\$ 80.126.531		R\$ 567.328.964		R\$ 647.455.495
ISS	R\$ 284.130.781		R\$ 232.569.846		R\$ 516.700.627
ITBI	R\$ 3.571.425		R\$ 7.288.019		R\$ 10.859.445
Taxas	R\$ 19.255.719	+	R\$ 12.161.643	=	R\$ 31.417.363
Multas SMSUB	R\$ 4.454.780		R\$ 17.687.339		R\$ 22.142.119
Honorários Advocaticios	R\$ 108.793.050		R\$ -		R\$ 108.793.050
Demais Receitas	R\$ 3.305.372		R\$ 3.870.174		R\$ 7.175.546
Total	R\$ 503.637.659		R\$ 840.905.985		R\$ 1.344.543.644

Os principais programas de parcelamento estão demonstrados a seguir:

em R\$	
Parcelamentos	Exercício 2023
PPI	968.833.788,41
PAT	178.797.195,29
PRD	42.926.945,46
PIME	25.790.503,09
TDM	17.473.809,58
Honorários Advocatícios	108.793.050,43
Demais	1.928.352,22
Total	1.344.543.644,48

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- Programa de Parcelamento Incentivado – PPI – representou 72,1% do total arrecadado;
- Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários – PAT – totalizou 13,3% do total;
- Programa de Regularização de Débitos – PRD – totalizou 3,2% do total;

Receitas de Capital

As Receitas Orçamentárias de Capital aumentam as disponibilidades financeiras do Município, mas, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido. São provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atenderem despesas classificáveis em Despesas de Capital.

em R\$	
Receitas de Capital	Exercício 2023
Operações de Crédito	368.156.173,68
Alienação de Bens	355.749.778,12
Amortização de Empréstimos	24.801.621,08
Transferências de Capital	684.369.103,15
Outras Receitas de Capital	1.911.051.518,72
Total	3.344.128.194,75

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2023, as Receitas de Capital alcançaram o montante de R\$ 3,3 bilhões e os maiores destaques de participação foram as Outras Receitas de Capital com 57,1% e as Transferências de Capital com 20,5%, ambas equivaleram a mais de 77,6% do total desta categoria de receita e serão detalhadas nos tópicos a seguir.

Transferências de Capital

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados ao atendimento de despesas em investimentos ou inversões financeiras, com intuito de satisfazer finalidade pública específica, sem corresponder a contraprestação direta ao ente transferidor.

As Transferências de Capital atingiram o montante de R\$ 684,4 milhões e apresentaram uma redução de 9,7% na comparação com o exercício anterior e estão segregadas nas seguintes rubricas:

Transferências de Capital	Exercício 2023	Exercício 2022	em R\$	
			Variação R\$	Variação %
Transf. da União	22.344.484,01	53.263.373,01	(30.918.889,00)	-58,0%
Transf. dos Estados	661.824.619,14	689.986.028,43	(28.161.409,29)	-4,1%
Transf. dos Municípios	-	11.298.246,25	(11.298.246,25)	-100,0%
Transf. de Instituições Privadas	200.000,00	3.245.000,00	(3.045.000,00)	-93,8%
Total	684.369.103,15	757.792.647,69	(73.423.544,54)	-9,7%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

• **Transferências da União**

Transferências da União	em R\$	
	Exercício 2023	
Emendas Parlamentares	12.499.724,93	
Convênios	8.909.827,08	
Transferências Especiais	734.932,00	
Demais Transferências	200.000,00	
Total	22.344.484,01	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Alcançaram o montante de R\$ 22,3 milhões, representando 3,3% do total das transferências de capital recebidas no exercício e estão demonstradas no quadro ao lado.

• **Transferências dos Estados**

Transferências dos Estados	em R\$	
	Exercício 2023	
Convênio SABESP X PMSP (FMSAI)	628.694.552,54	
Convênio CDHU X SEHAB	18.648.031,51	
Outros Convênios	8.639.537,28	
Emendas Parlamentares	5.842.497,81	
Total	661.824.619,14	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Atingiu o montante de R\$ 661,8 milhões, com destaque para o Convênio PMSP x SABESP – FMSAI, destinado a Programas de Saneamento Básico, que totalizou R\$ 628,7 milhões e representa 95,0% do grupo.

Outras Receitas de Capital

Este grupo contempla as receitas com Depósitos Judiciais referentes à Lei Complementar nº 151/2015, Outorgas Onerosas, Alienação de Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), Desistências de Desapropriações, entre outras.

Outras Receitas de Capital	em R\$	
	Exercício 2023	
Outorga Onerosa	959.610.926,09	
Depósito Judicial - LC 151/2015	649.388.158,48	
Operações Urbanas	234.158.079,84	
Indenização por Expropriação	30.157.909,00	
SEHAB - Gestão de Crédito COHAB	23.554.342,41	
Desistência de Desapropriações	13.202.049,73	
Outras Receitas de Capital	980.053,17	
Total	1.911.051.518,72	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2023, este grupo totalizou R\$ 1,9 bilhão de arrecadação e representa 57,1% do total das receitas de capital recebidas, com destaques para as Outorgas Onerosas no montante de R\$ 959,6 milhões e os Depósitos Judiciais – LC nº 151/2015 no montante de R\$ 649,4 milhões.

Despesa Orçamentária

A despesa orçamentária é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade e refere-se a toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

A despesa orçada na LOA para o exercício de 2023 foi de R\$ 95,9 bilhões e, no decorrer do exercício, ocorreram anulações e suplementações no montante de R\$ 17,5 bilhões, além de acréscimos de R\$ 12,0 bilhões, advindos da abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro e acréscimo de R\$ 5,2 bilhões, pela abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação, totalizando R\$ 113,1 bilhões de Dotação Atualizada.

Despesa	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Dotação Inicial	R\$ 79.740.863.594	R\$ 16.139.947.709	R\$ 95.880.811.303
(-) Redução Orçamentária	-R\$ 15.095.803.973	-R\$ 2.435.823.120	-R\$ 17.531.627.093 (1)
(+) Suplementação Orçamentária	R\$ 15.885.396.518	R\$ 1.595.205.571	R\$ 17.480.602.090 (1)
(+) Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro	R\$ 10.914.069.424	R\$ 1.116.924.742	R\$ 12.030.994.167 (2)
(+) Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação	R\$ 3.625.000.923	R\$ 1.602.049.857	R\$ 5.227.050.780 (1)
Dotação Atualizada	R\$ 95.069.526.486	R\$ 18.018.304.760	R\$ 113.087.831.247

Notas:

(1) Os valores apresentados foram obtidos no Sistema SOF, por meio do saldos de 2023 das contas contábeis do grupo 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito, porém na comparação com o relatório de SF/SUPOM dos créditos adicionais abertos, observam-se divergências de valores no montante de R\$ 118.097.173,96. As diferenças encontram-se nos Decretos nº 62.226, de 20 de março de 2023 (montante de R\$ 8.928.841,11), Decreto nº 62.240, de 23 de março de 2023 (montante de R\$ 58.143.330,00) e Decreto nº 62.980, de 27 de novembro de 2023 (montante de R\$ 51.025.002,85), cujas regularizações foram realizadas no Diário Oficial, porém, em virtude de limitações sistêmicas e escassez temporal, não foi possível regularizá-las na contabilidade.

(2) Os valores relativos às Aberturas de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro estão consistentes na comparação das contas contábeis do SOF com o relatório de SF/SUPOM e ambas totalizaram R\$ 12.030.994.166,50.

À título de elucidação, segue quadro anterior recalculado, considerando os ajustes das diferenças apresentadas por SF/SUPOM, que por limitações sistêmicas e escassez temporal, não foram regularizadas na contabilidade à época:

Despesa	Saldo Contábil Consolidado	Ajustes SF/SUPOM				Saldo Recalculado
		Decreto nº 62.226/2023	Decreto nº 62.240/2023	Decreto nº 62.980/2023	Total	
Dotação Inicial	R\$ 95.880.811.303	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 95.880.811.303
(-) Redução Orçamentária	-R\$ 17.531.627.093	R\$ 8.928.841	R\$ 58.143.330	R\$ 51.025.003	R\$ 118.097.174	-R\$ 17.413.529.919 (1)
(+) Suplementação Orçamentária	R\$ 17.480.602.090	-R\$ 8.928.841	-R\$ 58.143.330	R\$ -	-R\$ 67.072.171	R\$ 17.413.529.919 (1)
(+) Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro	R\$ 12.030.994.167	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.030.994.167
(+) Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação	R\$ 5.227.050.780	R\$ -	R\$ -	-R\$ 51.025.003	-R\$ 51.025.003	R\$ 5.176.025.777 (1)
Dotação Atualizada	R\$ 113.087.831.247	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 113.087.831.247

Nota:

(1) Quadro ajustado considerando as diferenças apresentadas por SF/SUPOM, no montante de R\$ 118.097.173,96, com base nos Decretos nº 62.226, de 20 de março de 2023 (montante de R\$ 8.928.841,11), Decreto nº 62.240, de 23 de março de 2023 (montante de R\$ 58.143.330,00) e Decreto nº 62.980, de 27 de novembro de 2023 (montante de R\$ 51.025.002,85), cujas regularizações foram realizadas no Diário Oficial, porém, em virtude de limitações sistêmicas e escassez temporal, não foi possível regularizá-las na contabilidade.

A despesa orçamentária empenhada alcançou o montante de R\$ 106,8 bilhões, demonstrando uma economia orçamentária de R\$ 6,3 bilhões, se comparada à despesa orçada (atualizada).

A Administração Direta participou com 83,9% do total de despesa empenhada e a Indireta com 16,1%, conforme segue:

Despesa	Orçada (Atualizada)	Despesas Empenhadas	Saldo = Economia Orçamentária
Administração Direta	R\$ 95.069.526.486	R\$ 89.592.229.980	R\$ 5.477.296.506
Administração Indireta	R\$ 18.018.304.760	R\$ 17.236.983.761	R\$ 781.320.999
Total	R\$ 113.087.831.247	R\$ 106.829.213.741	R\$ 6.258.617.506

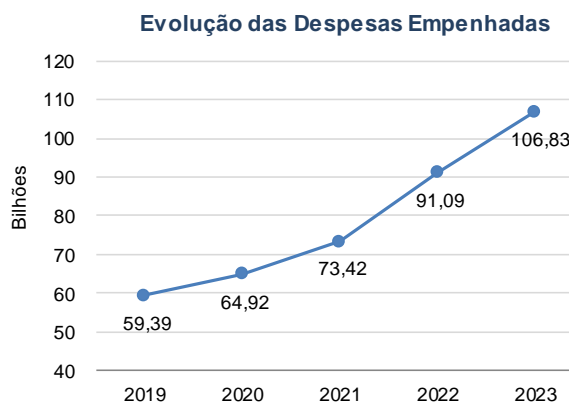
Comparando o orçamento atualizado da despesa com a execução do exercício, observa-se que as despesas empenhadas representaram 94,5%, as despesas liquidadas 86,9% e as despesas pagas 85,7%:

Despesa	Orçada (Atualizada)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Direta	R\$ 95.069.526.486	R\$ 89.592.229.980	R\$ 81.669.610.258	R\$ 80.330.247.296
Administração Indireta	R\$ 18.018.304.760	R\$ 17.236.983.761	R\$ 16.627.928.369	R\$ 16.590.504.480
Total	R\$ 113.087.831.247	R\$ 106.829.213.741	R\$ 98.297.538.628	R\$ 96.920.751.776
% s/ Orçada	100,0%	94,5%	86,9%	85,7%

Nos últimos cinco exercícios as despesas empenhadas apresentaram a evolução demonstrada no quadro a seguir, na qual se destaca um aumento de 17,3% nas despesas empenhadas no exercício de 2023, se comparado ao exercício anterior, além disso observa-se um constante crescimento, com média de aproximadamente 12,8% nestes últimos exercícios:

Ano	Despesas Empenhadas	% Variação
2019	R\$ 59.389.424.274	-
2020	R\$ 64.915.337.414	9,3%
2021	R\$ 73.423.283.130	13,1%
2022	R\$ 91.088.340.203	24,1%
2023	R\$ 106.829.213.741	17,3%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza

A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, subdivide-se em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa (GND), Modalidade de Aplicação e Elemento da Despesa. Quanto à Categoria Econômica, as despesas orçamentárias classificam-se em Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes são destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral, que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Já as Despesas de Capital constituem despesas da administração pública com

a intenção de adquirir ou construir bens de capital que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços.

O Município de São Paulo apresentou, no exercício de 2023, as despesas abaixo segregadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, demonstrando que foram empenhadas 97,7% das despesas correntes orçadas, resultando em uma economia orçamentária de R\$ 2,1 bilhões. Já o percentual das despesas de capital empenhadas foi de 78,4%, representando uma economia orçamentária de R\$ 4,1 bilhões:

em R\$					
Despesas Orçamentárias	Despesas Orçadas (Atualizadas)	Despesas Empenhadas	Saldo	% Empenhada s/ Orçada	% s/ Total
Despesas Correntes	94.022.371.026,57	91.885.696.002,96	2.136.675.023,61	97,7%	86,0%
Pessoal e Encargos Sociais	37.211.274.672,04	36.386.281.187,58	824.993.484,46	97,8%	34,1%
Juros e Encargos da Dívida	117.634.125,20	109.254.013,55	8.380.111,65	92,9%	0,1%
Outras Despesas Correntes	56.693.462.229,33	55.390.160.801,83	1.303.301.427,50	97,7%	51,8%
Despesas de Capital	19.065.460.220,01	14.943.517.737,94	4.121.942.482,07	78,4%	14,0%
Investimentos	18.169.661.621,47	14.189.222.885,51	3.980.438.735,96	78,1%	13,3%
Inversões Financeiras	20.668.094,76	20.211.392,29	456.702,47	97,8%	0,0%
Amortização da Dívida	875.130.503,78	734.083.460,14	141.047.043,64	83,9%	0,7%
Reserva de Contingência	-	-	-	0,0%	0,0%
Total	113.087.831.246,58	106.829.213.740,90	6.258.617.505,68	94,5%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em uma análise segregada das despesas correntes e de capital, observamos os seguintes detalhamentos:

em R\$	
Despesas Correntes	Exercício 2023
Pessoal e Encargos Sociais	36.386.281.187,58
Vencimentos e Vantagens Fixas	14.904.297.696,54
Aposent. RPPS, Reserva Remun.	11.768.024.355,40
Obrigações Patronais	5.479.628.566,62
Sentenças Judiciais	2.798.121.681,20
Pensões do RPPS	1.096.773.936,22
Demais Contas	339.434.951,60
Juros e Encargos da Dívida	109.254.013,55
Juros sobre a Dívida por Contrato	100.973.927,55
Outros Encargos sobre a Dívida	7.566.228,31
Despesas de Exercícios Anteriores	713.857,69
Outras Despesas Correntes	55.390.160.801,83
Outros Serviços de Terceiros - PJ	24.132.445.716,17
Contrato de Gestão	11.767.912.018,22
Contribuições	5.514.435.443,48
Aporte para Cobertura Déficit Atuarial RPPS	4.183.239.228,75
Material de Consumo	2.575.882.284,27
Demais Contas	7.216.246.110,94
Total	91.885.696.002,96

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2023 as Despesas Correntes alcançaram o montante de R\$ 91,9 bilhões e os maiores destaques de participação foram nos Grupos de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais que representaram 39,6% do total e Outras Despesas Correntes representando 60,3%.

Destacam-se os elementos Outros Serviços de Terceiros - PJ que totalizou R\$ 24,1 bilhões, representando 26,3% das Despesas Correntes e Contratos de Gestão totalizando R\$ 11,8 bilhões.

em R\$	
Despesas de Capital	Exercício 2023
Investimentos	14.189.222.885,51
Obras e Instalações	6.691.073.957,58
Outros Serviços de Terceiros - PJ	5.277.698.403,76
Aquisição de Imóveis	1.181.002.993,61
Equipamentos e Material Permanente	306.738.929,88
Sentenças Judiciais	229.504.824,58
Demais Contas	503.203.776,10
Inversões Financeiras	20.211.392,29
Aquisição de Imóveis	19.901.392,29
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	310.000,00
Amortização da Dívida	734.083.460,14
Indenizações e Restituições	585.667.163,60
Principal da Dívida Contratual Resgatado	148.416.296,54
Total	14.943.517.737,94

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2023 as Despesas de Capital alcançaram o montante de R\$ 14,9 bilhões, com os Investimentos representando 95,0% do total e a Amortização da Dívida com 4,9%.

No grupo de Investimentos, destaca-se o elemento Obras e Instalações que totalizou R\$ 6,7 bilhões e representou 44,8% das Despesas de Capital.

No comparativo das despesas orçamentárias empenhadas nos exercícios 2023 e 2022, observa-se um aumento de 17,3% no total, com acréscimo de 14,1% nas despesas correntes e de 41,3% nas despesas de capital.

em R\$				
Despesas Orçamentárias	Despesas Empenhadas 2023	Despesas Empenhadas 2022	Variação R\$	Variação %
Despesas Correntes	91.885.696.002,96	80.509.718.042,40	11.375.977.960,56	14,1%
Pessoal e Encargos Sociais	36.386.281.187,58	32.454.721.482,23	3.931.559.705,35	12,1%
Juros e Encargos da Dívida	109.254.013,55	162.254.610,92	(53.000.597,37)	-32,7%
Outras Despesas Correntes	55.390.160.801,83	47.892.741.949,25	7.497.418.852,58	15,7%
Despesas de Capital	14.943.517.737,94	10.578.622.160,96	4.364.895.576,98	41,3%
Investimentos	14.189.222.885,51	8.863.675.996,68	5.325.546.888,83	60,1%
Inversões Financeiras	20.211.392,29	315.438.126,00	(295.226.733,71)	-93,6%
Amortização da Dívida	734.083.460,14	1.399.508.038,28	(665.424.578,14)	-47,5%
Total	106.829.213.740,90	91.088.340.203,36	15.740.873.537,54	17,3%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacamos as seguintes variações nos grupos de natureza de despesa:

Despesas Correntes

- **Pessoal e Encargos Sociais** – com acréscimo de 12,1%, no montante de R\$ 3,9 bilhões, decorrente das seguintes variações: Vencimentos e Vantagens Fixas com aumento de R\$ 1,6 bilhão, Aposentadorias do RPPS e Reserva Remunerada com aumento de R\$ 0,8 bilhão e Obrigações Patronais com acréscimo de R\$ 1,2 bilhão.
- **Juros e Encargos da Dívida** – com redução de 32,7%, no montante de R\$ 53,0 milhões, decorrentes da redução de R\$ 77,5 milhões nos juros sobre a Dívida Interna e do aumento de R\$ 22,1 milhões nos juros sobre a Dívida Externa.

- **Outras Despesas Correntes** – com aumento de 15,7%, no montante de R\$ 7,5 bilhões, onde as principais variações foram observadas nos elementos de despesa listados a seguir:

Outras Despesas Correntes	em R\$			
	Despesas Empenhadas 2023	Despesas Empenhadas 2022	Variação R\$	Variação %
Outros Serviços de Terceiros - PJ	24.132.445.716,17	20.706.372.452,00	3.426.073.264,17	16,5%
Contrato de Gestão	11.767.912.018,22	11.043.804.991,96	724.107.026,26	6,6%
Contribuições	5.514.435.443,48	5.268.325.662,88	246.109.780,60	4,7%
Aporte para Cobertura Déficit Atuarial RPPS	4.183.239.228,75	2.573.214.205,00	1.610.025.023,75	62,6%
Material de Consumo	2.575.882.284,27	2.013.104.069,20	562.778.215,07	28,0%
Auxílio-Alimentação	1.335.076.554,66	1.157.566.529,90	177.510.024,76	15,3%
Serviços de Tecnologia da Informação - PJ	1.049.611.955,82	929.646.894,87	119.965.060,95	12,9%
Obrigações Tributárias e Contributivas	902.546.469,29	872.547.765,08	29.998.704,21	3,4%
Despesas Decorrentes de Contrato de PPP	671.273.041,11	553.511.046,16	117.761.994,95	21,3%
Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	639.765.137,88	834.499.975,42	(194.734.837,54)	-23,3%
Demais Despesas	2.617.972.952,18	1.940.148.356,78	677.824.595,40	34,9%
Total	55.390.160.801,83	47.892.741.949,25	7.497.418.852,58	15,7%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas de Capital

- **Investimentos** – com aumento de R\$ 5,3 bilhões, equivalentes a uma variação de 60,1% se comparado ao exercício de 2022. As principais variações foram observadas nos elementos de despesa listados a seguir:

Investimentos	em R\$			
	Despesas Empenhadas 2023	Despesas Empenhadas 2022	Variação R\$	Variação %
Obras e Instalações	6.691.073.957,58	6.111.784.057,43	579.289.900,15	9,5%
Outros Serviços de Terceiros - PJ	5.277.698.403,76	1.641.049.196,53	3.636.649.207,23	221,6%
Aquisição de Imóveis	1.181.002.993,61	231.764.941,77	949.238.051,84	409,6%
Equipamentos e Material Permanente	306.738.929,88	412.926.452,45	(106.187.522,57)	-25,7%
Sentenças Judiciais	229.504.824,58	220.759.134,34	8.745.690,24	4,0%
Demais Despesas	503.203.776,10	245.392.214,16	257.811.561,94	105,1%
Total	14.189.222.885,51	8.863.675.996,68	5.325.546.888,83	60,1%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

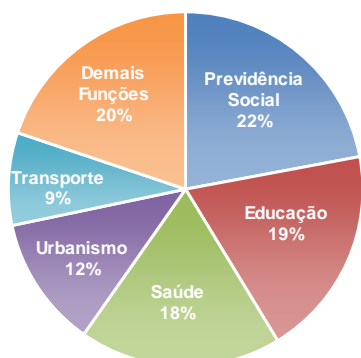
No elemento de despesa “Outros Serviços de Terceiros – PJ”, destacam-se os serviços relacionados à Pavimentação e Recapeamento de Vias que totalizaram R\$ 3,4 bilhões em 2023, representando 64,4% do total deste elemento.

- **Amortização da Dívida** – com redução de R\$ 665,4 milhões, equivalente a uma variação de 47,5% se comparado ao exercício de 2022, com destaque para a redução de R\$ 422,9 milhões no elemento de Recomposição de Depósitos Judiciais.

Despesas por Função de Governo

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando evidenciar em qual área de ação governamental a despesa será realizada.

Principais Despesas por Função



Segregando as despesas empenhadas por Função de Governo, destacam-se a Previdência Social que representou 22,1%, Educação 19,2%, Saúde 18,4%, Urbanismo 12% e Transporte 8,4% e somadas representaram 80,2% do total. Os montantes em reais e as despesas relacionadas às Demais Funções seguem demonstrados a seguir:

Despesas Orçamentárias	Despesas Orçadas (Atualizadas)	Despesas Empenhadas	Saldo	% Empenhada s/ Orçada	% s/ Total
Previdência Social	24.171.572.859,85	23.563.476.941,55	608.095.918,30	97,5%	22,1%
Educação	20.719.669.295,30	20.554.926.161,33	164.743.133,97	99,2%	19,2%
Saúde	20.580.177.609,34	19.701.701.346,35	878.476.262,99	95,7%	18,4%
Urbanismo	13.602.068.619,54	12.791.876.002,57	810.192.616,97	94,0%	12,0%
Transporte	9.998.493.842,41	9.023.799.726,91	974.694.115,50	90,3%	8,4%
Encargos Especiais	3.844.353.500,66	3.709.859.969,54	134.493.531,12	96,5%	3,5%
Habitação	5.020.050.551,87	3.471.744.062,30	1.548.306.489,57	69,2%	3,2%
Assistência Social	2.617.562.317,16	2.442.365.295,18	175.197.021,98	93,3%	2,3%
Saneamento	2.194.770.308,59	2.008.119.056,67	186.651.251,92	91,5%	1,9%
Administração	2.197.640.366,88	2.006.052.301,48	191.588.065,40	91,3%	1,9%
Desporto e Lazer	1.490.087.549,31	1.391.789.307,98	98.298.241,33	93,4%	1,3%
Legislativa	1.308.269.879,00	1.172.244.281,26	136.025.597,74	89,6%	1,1%
Segurança Pública	1.180.724.925,22	1.162.498.249,42	18.226.675,80	98,5%	1,1%
Cultura	1.312.391.614,60	1.137.964.830,48	174.426.784,12	86,7%	1,1%
Comércio e Serviços	624.585.116,89	580.550.625,46	44.034.491,43	92,9%	0,5%
Gestão Ambiental	621.430.249,44	568.306.924,24	53.123.325,20	91,5%	0,5%
Direitos da Cidadania	512.393.056,14	486.784.548,05	25.608.508,09	95,0%	0,5%
Comunicações	376.188.575,28	375.465.453,10	723.122,18	99,8%	0,4%
Trabalho	380.896.691,29	372.191.089,28	8.705.602,01	97,7%	0,3%
Judiciária	268.060.236,69	242.010.053,27	26.050.183,42	90,3%	0,2%
Relações Exteriores	42.174.010,66	41.657.656,34	516.354,32	98,8%	0,0%
Ciência e Tecnologia	18.044.086,38	17.813.485,74	230.600,64	98,7%	0,0%
Agricultura	6.035.358,06	5.835.358,06	200.000,00	96,7%	0,0%
Defesa Nacional	190.626,02	181.014,34	9.611,68	95,0%	0,0%
Total	113.087.831.246,58	106.829.213.740,90	6.258.617.505,68	94,5%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas de Exercícios Anteriores

Referem-se às despesas cujo fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento e no exercício de 2023, sendo que as despesas de exercícios anteriores totalizaram R\$ 486,5 milhões e apresentaram um aumento de 129,0%, se comparado ao exercício anterior.

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)	Exercício 2023	Exercício 2022	em R\$	
			% Variação	% s/ Total
Despesas Correntes	470.212.580,67	203.502.118,72	131,1%	96,6%
Pessoal e Encargos Sociais	15.155.037,29	15.908.340,28	-4,7%	3,1%
Juros e Encargos da Dívida	713.857,69	-	0,0%	0,1%
Outras Despesas Correntes	454.343.685,69	187.593.778,44	142,2%	93,4%
Despesas de Capital	16.315.516,60	8.959.221,73	82,1%	3,4%
Investimentos	16.315.516,60	8.959.221,73	82,1%	3,4%
Total	486.528.097,27	212.461.340,45	129,0%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Fundos Municipais

Os Fundos Municipais são operacionalizados pelas Unidades Orçamentárias das Secretarias/Órgãos aos quais se vinculam, com sua execução orçamentária realizada no Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e estão inclusos nos demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Orgânica do Município de São Paulo e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As despesas empenhadas em 2023 para os Fundos Municipais atingiram o montante de R\$ 42,3 bilhões, com destaque para o Fundo Municipal da Saúde com despesas totais de R\$ 19,1 bilhões, representando 45,2% e para o Fundo Municipal de Assistência Social com R\$ 2,2 bilhões.

Fundos Municipais		Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total	% s/ Total
Cód.	<u>Administração Direta</u>	<u>22.679.692.730,68</u>	<u>4.147.386.069,11</u>	<u>26.827.078.799,79</u>	<u>63,4%</u>
Org.	Poder Executivo	22.679.199.784,50	4.147.360.431,11	26.826.560.215,61	63,4%
84	Fundo Municipal de Saúde	18.782.628.022,17	364.478.774,66	19.147.106.796,83	45,2%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	1.964.399.812,54	216.864.135,79	2.181.263.948,33	5,2%
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	-	1.658.534.430,52	1.658.534.430,52	3,9%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	969.063.983,19	220.450.539,23	1.189.514.522,42	2,8%
7	Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	6.243.403,30	875.505.479,23	881.748.882,53	2,1%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	-	769.535.740,26	769.535.740,26	1,8%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	602.965.408,50	-	602.965.408,50	1,4%
78	Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo	252.108.534,67	4.241.009,28	256.349.543,95	0,6%
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	54.243.716,08	-	54.243.716,08	0,1%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Suster	21.013.366,03	30.734.465,79	51.747.831,82	0,1%
17.20	Secretaria Municipal da Fazenda	18.804.778,36	7.015.856,35	25.820.634,71	0,1%
8	Fundo Municipal do Idoso	6.378.765,40	-	6.378.765,40	0,0%
34.20	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	1.349.994,26	-	1.349.994,26	0,0%
	Poder Legislativo	492.946,18	25.638,00	518.584,18	0,0%
76	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal	328.533,68	24.910,00	353.443,68	0,0%
77	Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas	164.412,50	728,00	165.140,50	0,0%
	<u>Administração Indireta</u>	<u>14.777.017.287,92</u>	<u>724.702.977,63</u>	<u>15.501.720.265,55</u>	<u>36,6%</u>
3.30	Fundo Financeiro - FUNFIN	6.515.515.617,87	-	6.515.515.617,87	15,4%
3.20	Fundo Previdenciário - FUNPREV	6.343.472.913,36	-	6.343.472.913,36	15,0%
81	Fundo Municipal Limpeza Urbana	1.868.862.378,00	-	1.868.862.378,00	4,4%
91	Fundo Municipal de Habitação	49.166.378,69	724.702.977,63	773.869.356,32	1,8%
Total		37.456.710.018,60	4.872.089.046,74	42.328.799.065,34	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Restos a Pagar

Ao final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. Os restos classificam-se em: Restos a Pagar Não Processados (RPNP),

referentes às despesas empenhadas e ainda não liquidadas e Restos a Pagar Processados (RPP), referentes às despesas liquidadas e não pagas.

No exercício de 2023 a inscrição em RPNP totalizou R\$ 8,5 bilhões, representando uma redução de 12,9%, se comparada à inscrição do exercício de 2022 e a inscrição em RPP totalizou R\$ 1,4 bilhão e apresentou um aumento de 232,7%, comparada ao exercício anterior.

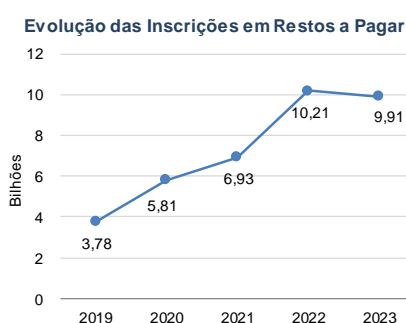
Restos a Pagar Não Processados - RPNP	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Total RPNP
Administração Direta	R\$ 89.592.229.980	R\$ 81.669.610.258	R\$ 7.922.619.722
Administração Indireta	R\$ 17.236.983.761	R\$ 16.627.928.369	R\$ 609.055.392
Total	R\$ 106.829.213.741	R\$ 98.297.538.628	R\$ 8.531.675.113

Restos a Pagar Processados - RPP	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Total RPP
Administração Direta	R\$ 81.669.610.258	R\$ 80.330.247.296	R\$ 1.339.362.963
Administração Indireta	R\$ 16.627.928.369	R\$ 16.590.504.480	R\$ 37.423.889
Total	R\$ 98.297.538.628	R\$ 96.920.751.776	R\$ 1.376.786.852

Nos últimos cinco exercícios as inscrições em restos a pagar Processados e Não Processados apresentaram a evolução demonstrada no quadro a seguir, onde se observa uma redução de 2,9% no último ano:

Ano	Inscrição Restos a Pagar Processados	Inscrição Restos a Pagar Não Processados	Total
2019	R\$ 252.267.423	R\$ 3.525.789.932	R\$ 3.778.057.355
2020	R\$ 478.384.845	R\$ 5.326.874.996	R\$ 5.805.259.840
2021	R\$ 270.394.993	R\$ 6.663.562.461	R\$ 6.933.957.454
2022	R\$ 413.824.272	R\$ 9.791.591.607	R\$ 10.205.415.879
2023	R\$ 1.376.786.852	R\$ 8.531.675.113	R\$ 9.908.461.965

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é obtido comparando-se as receitas realizadas e as despesas empenhadas, gerando um resultado que poderá ser deficitário, superavitário ou de equilíbrio orçamentário.

No exercício de 2023 as receitas arrecadadas totalizaram R\$ 100,5 bilhões e as despesas empenhadas R\$ 106,8 bilhões, resultando em um deficit orçamentário consolidado de R\$ 6,4 bilhões. A Administração Direta apresentou resultado deficitário de R\$ 3,9 bilhões e a Administração Indireta um resultado deficitário de R\$ 2,4 bilhões:

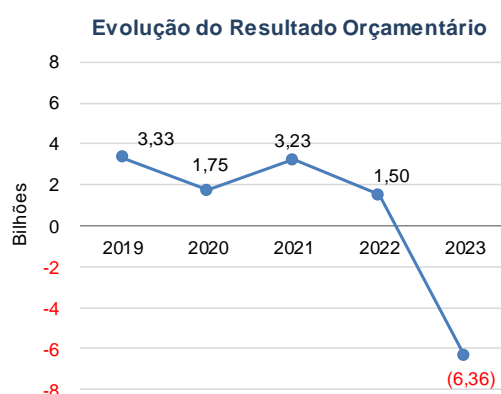
em R\$			
Execução Orçamentária	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado 2023
Receitas Realizadas	85.657.581.902,30	14.812.006.409,71	100.469.588.312,01
Receitas Correntes	82.704.288.890,84	14.421.171.226,42	97.125.460.117,26
Receitas de Capital	2.953.293.011,46	390.835.183,29	3.344.128.194,75
Despesas Empenhadas	89.592.229.980,06	17.236.983.760,84	106.829.213.740,90
Despesas Correntes	75.472.897.580,94	16.412.798.422,02	91.885.696.002,96
Despesas de Capital	14.119.332.399,12	824.185.338,82	14.943.517.737,94
(=) Superavit / Deficit Orçamentário	(3.934.648.077,76)	(2.424.977.351,13)	(6.359.625.428,89)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nos últimos cinco exercícios o resultado orçamentário apresentou a evolução demonstrada no quadro a seguir, onde se observam resultados superavitários nos últimos quatro anos, porém no exercício atual houve um deficit consolidado de R\$ 6,4 bilhões:

Ano	Resultado Orçamentário (Adm. Direta)	Resultado Orçamentário (Adm. Indireta)	Consolidado
2019	R\$ 12.878.829.574	-R\$ 9.551.271.647	R\$ 3.327.557.927
2020	R\$ 11.971.100.460	-R\$ 10.225.227.246	R\$ 1.745.873.214
2021	R\$ 12.550.959.353	-R\$ 9.323.546.594	R\$ 3.227.412.759
2022	R\$ 6.741.757.916	-R\$ 5.237.199.734	R\$ 1.504.558.183
2023	-R\$ 3.934.648.078	-R\$ 2.424.977.351	-R\$ 6.359.625.429

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Execução Orçamentária com a nova estrutura de Fontes de Recursos

No exercício de 2023 foi implantada no Sistema SOF a nova estrutura de fontes de recursos do Município de São Paulo, em atendimento à padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio das seguintes Portarias: (i) Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/21 e (ii) Portaria nº 710/21 e alterações. Ademais, a nova estrutura de fontes trouxe códigos específicos da PMSP para atender às particularidades e vinculações municipais, conforme segue:

Nova Estrutura de Fonte de Recurso - 10 dígitos				
Segmento	AA	B	CCC	EEEE
Descrição	Fonte de Recurso PMSP	Exercício da Fonte de Recurso	Código Padronizado da Fonte	Vinculação PMSP
Exigência	Código específico da PMSP (numeração anterior)	Estrutura definida pela STN (Portaria STN/SOF nº 20/2021 – Anexo II)	Estrutura definida pela STN (Portaria STN/SOF nº 20/2021 – Anexo I)	Detalhamentos específicos da PMSP

O quadro a seguir segrega as receitas realizadas e as despesas empenhadas no exercício de 2023, pelo segmento da fonte de recurso “Código Padronizado da Fonte”, cujos códigos são definidos pela STN:

		em R\$		
Fonte STN	Descrição Fonte STN	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	% s/ Total
500	Recursos não vinculados de Impostos	62.906.308.031,33	62.782.710.881,36	62,5%
501	Outros Recursos não Vinculados	4.726.979.234,62	4.893.322.975,23	4,9%
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	144.332.831,30	145.499.710,19	0,1%
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.662.532.943,00	6.599.253.759,46	6,6%
550	Transferência do Salário-Educação	690.348.057,00	827.888.397,01	0,8%
552	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	151.011.301,00	178.237.628,60	0,2%
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	146.784,00	112.643,08	0,0%
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	18.032.946,66	6.682.818,83	0,0%
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-	16.924,50	0,0%
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	-	2.029.148,57	0,0%
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.508.095.196,00	2.913.794.943,73	2,9%
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	10.262.812,00	17.877.086,76	0,0%
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	18.000.000,00	-	0,0%
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	6.240.000,00	-	0,0%
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	49.843.200,00	124.864.080,00	0,1%
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	-	3.446.121,27	0,0%
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	118.612.740,00	81.660.788,93	0,1%
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	17.852.492,00	796.646,85	0,0%
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	359.360,00	112.086,47	0,0%
634	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	125.960.004,00	89.877.557,24	0,1%
636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	141.852,00	108.608,02	0,0%
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	5.890.036,00	4.651.413,82	0,0%
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	52.768.354,00	76.069.503,80	0,1%
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	-	57.599.586,99	0,1%
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	114.915.852,00	6.167.162,76	0,0%
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	4.200,00	73.495,69	0,0%
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	399.987.772,00	38.916.999,93	0,0%
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	242.899.771,73	63.844.397,70	0,1%
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	12.775.680,00	22.049.280,99	0,0%
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	1.719.068,00	423.408,81	0,0%
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	11.210.325,00	13.721.635,41	0,0%
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	28.131.811,00	25.879.998,77	0,0%
706	Transferência Especial da União	28.133.036,45	3.645.563,08	0,0%
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Mnerais	1.535.404,00	2.576.543,77	0,0%
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	575.496,00	930.658,98	0,0%
710	Transferência Especial dos Estados	4.162.051,19	6.892.587,14	0,0%
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.	-	12.817.468,94	0,0%
714	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	3.363.927,00	266.503,35	0,0%
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	61.904.801,17	64.372.056,76	0,1%
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	25.076.793,84	26.076.245,56	0,0%
717	Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022	250.000.000,00	254.563,75	0,0%
749	Outras vinculações de transferências	-	64.471,67	0,0%
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	8.032.000,00	4.567.159,95	0,0%
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	827.168.664,00	827.044.158,12	0,8%
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	1.688.725.019,74	1.776.101.019,37	1,8%
754	Recursos de Operações de Crédito	2.277.195.513,00	290.231.185,60	0,3%
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	10.607.811,00	22.296.100,00	0,0%
756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	55.536.109,38	398.063.275,68	0,4%
757	Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente faz parte	999.638.194,00	907.798.795,07	0,9%
759	Recursos vinculados a fundos	2.336.310.158,40	2.582.622.576,85	2,6%
799	Outras vinculações legais	1.143.485.065,58	1.281.360.659,63	1,3%
800	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	5.785.636.553,69	6.614.280.653,74	6,6%
801	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	6.524.387.823,00	6.669.636.374,23	6,6%
Total		101.056.837.076,08	100.469.588.312,01	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

em R\$

Fonte STN	Descrição Fonte STN	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% s/ Total
500	Recursos não vinculados de Impostos	71.814.186.020,60	70.093.586.506,59	65,6%
501	Outros Recursos não Vinculados	5.053.669.078,81	4.926.624.400,58	4,6%
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	144.332.831,30	137.080.864,87	0,1%
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.065.276.910,92	7.056.169.615,30	6,6%
550	Transferência do Salário-Educação	1.112.628.418,25	1.112.442.874,15	1,0%
552	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	151.011.301,00	105.497.793,60	0,1%
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	146.784,00	-	0,0%
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	19.224.526,44	1.270.773,44	0,0%
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.735.133.102,78	2.669.895.197,33	2,5%
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	10.934.058,17	443.562,87	0,0%
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	97.650.347,13	70.226.062,53	0,1%
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	10.426.678,60	885.936,00	0,0%
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	49.843.200,00	24.647.040,00	0,0%
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	169.170.864,65	77.210.001,39	0,1%
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	21.366.157,61	526.641,66	0,0%
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	359.360,00	-	0,0%
634	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	143.776.004,00	132.175.097,68	0,1%
636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	1.693.910,04	1.552.058,04	0,0%
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	15.288.382,86	9.965.557,34	0,0%
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	55.140.975,07	49.736.333,00	0,0%
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	114.915.852,00	53.063.666,30	0,0%
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	35.542.918,79	29.717.405,86	0,0%
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	1.758.746,00	1.100.000,00	0,0%
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	92.255.842,60	37.726.458,64	0,0%
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	189.550.101,04	61.307.096,67	0,1%
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	15.078.046,00	7.938.614,39	0,0%
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	2.190.698,44	824.426,42	0,0%
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	11.210.325,00	10.585.436,20	0,0%
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	28.131.811,00	28.096.522,68	0,0%
706	Transferência Especial da União	111.415.194,99	43.763.721,14	0,0%
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	1.535.404,00	1.048.674,62	0,0%
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	575.496,00	490.371,04	0,0%
710	Transferência Especial dos Estados	41.120.214,78	5.917.255,96	0,0%
714	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	3.363.927,00	-	0,0%
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	61.904.801,17	-	0,0%
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	25.076.793,84	1.253.839,69	0,0%
717	Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022	-	-	0,0%
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	8.032.000,00	-	0,0%
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	603.175.245,30	602.965.408,50	0,6%
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	1.195.941.928,74	1.152.294.287,57	1,1%
754	Recursos de Operações de Crédito	1.846.811.757,63	137.410.223,34	0,1%
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	62.029.673,63	17.147.209,25	0,0%
756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	66.834.355,63	5.654.735,53	0,0%
757	Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente faz parte	999.638.194,00	999.638.194,00	0,9%
759	Recursos vinculados a fundos	4.527.181.443,99	3.718.281.940,42	3,5%
799	Outras vinculações legais	1.195.195.185,34	601.724.385,25	0,6%
800	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	6.557.286.293,27	6.328.313.122,35	5,9%
801	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	6.618.820.084,17	6.513.014.428,71	6,1%
Total		113.087.831.246,58	106.829.213.740,90	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Indicadores Orçamentários

A análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo apresentar indicadores que servirão de suporte para a análise da gestão orçamentária.

Excesso/Insuficiência de Arrecadação: a diferença a maior ou a menor entre as colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada corresponde a uma insuficiência ou a um excesso de arrecadação ocorrido no exercício. Em 2023, observou-se uma insuficiência de arrecadação no montante de R\$ 587,2 milhões:

Insuficiência de Arrecadação	Previsão Atualizada	(-)	Receita Realizada	=	R\$ 587.248.764,07
	101.056.837.076,08		100.469.588.312,01		

Economia na realização de despesa: a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada corresponde a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada não foi utilizada para a execução de despesas. Em 2023, observou-se uma economia na realização da despesa de R\$ 6,3 bilhões:

Economia na realização de despesa	Dotação Atualizada	(-)	Despesa Executada	=	R\$ 6.258.617.505,68
	113.087.831.246,58		106.829.213.740,90		

Inscrição de Restos a Pagar:

Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos no exercício = Despesas Liquidadas (-) Despesas Pagas, que resultou na inscrição de R\$ 1,4 bilhão de RPP em 2023:

Restos a Pagar Processados (RPP)	Despesas Liquidadas	(-)	Despesas Pagas	=	R\$ 1.376.786.852,11
	98.297.538.627,78		96.920.751.775,67		

Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos no exercício = Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas, que resultou na inscrição em 2023 de R\$ 8,5 bilhões de RPNP:

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Despesas Empenhadas	(-)	Despesas Liquidadas	=	R\$ 8.531.675.113,12
	106.829.213.740,90		98.297.538.627,78		

Quociente do Resultado Orçamentário: é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de um resultado superavitário, deficitário ou nulo. Assim, um índice igual a 1, representa um resultado nulo, maior que 1, indica superavit e menor que 1, deficit. Em 2023, observou-se um quociente de 0,94, portanto deficitário:

Quociente do Resultado Orçamentário	Receita Realizada	=	$\frac{100.469.588.312,01}{106.829.213.740,90}$	=	0,94
	Despesa Executada				

Quociente da Execução Orçamentária Corrente: é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente (Líquida) e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação deste quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes. Em 2023, a Prefeitura de São Paulo apresentou um quociente da execução orçamentária corrente de 1,06:

Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Receita Realizada Corrente (Líquida)	=	$\frac{97.125.460.117,26}{91.885.696.002,96}$	=	1,06
	Despesa Empenhada Corrente				

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária: é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária. Em 2023, a Prefeitura de São Paulo apresentou um quociente financeiro real da execução orçamentária de 1,04:

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Realizada	=	100.469.588.312,01	=	1,04
	Despesa Paga		96.920.751.775,67		

Capitalização x Descapitalização: é resultante da diferença entre a Receita de Capital Realizada e a Despesa de Capital Executada. Caso o resultado seja menor que 0 indica uma capitalização e se for maior que 0 representa uma descapitalização. Em 2023, o resultado negativo apresentado de R\$ 11,6 bilhões representou uma capitalização:

Capitalização X Descapitalização	Receita de Capital Realizada	(-)	Despesa de Capital Executada	=	(11.599.389.543,19)
	3.344.128.194,75		14.943.517.737,94		

Indicador de Endividamento: é resultante da diferença entre a Receita de Operações de Créditos e a Despesa de Amortização da Dívida. Se o resultado for positivo, indica um aumento no endividamento e se for negativo indica uma diminuição no endividamento. Em 2023, o resultado negativo apresentado de R\$ 365,9 milhões indicou uma diminuição no endividamento:

Endividamento	Receita de Operações de Créditos	(-)	Despesa de Amortização da Dívida	=	(365.927.286,46)
	368.156.173,68		734.083.460,14		

Cumprimento à Regra de Ouro

A regra de ouro, amparada pelo art. 167, inciso III, da Constituição Federal estabelece que: “é vedada a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”. Ou seja, não se deve recorrer a endividamento público para custear despesas correntes.

No exercício de 2023, a margem de suficiência da Regra de Ouro foi de R\$ 14,6 bilhões, que correspondeu ao excedente de despesas de capital em relação às receitas de operações de crédito. Diante deste resultado, constatou-se que a Regra de Ouro foi atendida.

Regra de Ouro - Margem de Suficiência	Despesas de Capital	(-)	Receita de Operações de Créditos	=	R\$ 14.575.361.564,26
	14.943.517.737,94		368.156.173,68		

Análise Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Município por meio das contas representativas do patrimônio público. Os valores são consolidados³ dos órgãos e das entidades inseridos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. A diferença entre os bens e direitos (Ativo) e as obrigações (Passivo) constitui o Patrimônio Líquido do Município.

Exercício 2022		Exercício 2023	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
R\$ 161,77 bilhões	R\$ 167,71 bilhões	R\$ 235,55 bilhões	R\$ 310,44 bilhões
	Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido
	-R\$ 5,94 bilhões		-R\$ 74,89 bilhões

No exercício de 2023, o valor do Ativo foi de R\$ 235,55 bilhões, representando uma variação positiva de 45,6% em relação a 2022. Já o Passivo encerrou o exercício com um valor de R\$ 310,44 bilhões resultando em um aumento de 85,1% quando comparado a 2022. Essas alterações resultaram em um aumento no **Passivo a Descoberto** (Patrimônio Líquido) em torno de R\$ 68,95 bilhões.

Segregando a análise patrimonial do exercício de 2023 em Administração Direta e Indireta, temos a seguinte posição:

Administração Direta		Administração Indireta		Consolidado	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
R\$ 155,30 bilhões	R\$ 243,38 bilhões	R\$ 80,25 bilhões	R\$ 67,06 bilhões	R\$ 235,55 bilhões	R\$ 310,44 bilhões
	Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido
	-R\$ 88,08 bilhões		R\$ 13,19 bilhões		-R\$ 74,89 bilhões

Uma relevante comparação pode ser observada no Patrimônio Líquido, em que a Administração Direta apresentou um Passivo a Descoberto de R\$ 88,08 bilhões, enquanto a Administração Indireta apresentou um Patrimônio Líquido no montante de R\$ 13,19 bilhões, resultando em um consolidado negativo de R\$ 74,89 bilhões.

Um dos fatores que contribuiu para saldo negativo no Patrimônio Líquido, denominado de Passivo a Descoberto, decorreu das provisões matemáticas previdenciárias realizadas em 2023, num montante de R\$ 121,0 bilhões na PMSP, no FUNPREV o montante foi de R\$ 12,3 bilhões e no FUNFIN houve a reversão da provisão no montante de R\$ 73,9 bilhões, estes lançamentos totalizaram R\$ 59,4 bilhões no consolidado.

Os ativos e passivos são classificados em circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis (curto

³ Cabe observar que este Município ainda não adota o procedimento de eliminação das transações recíprocas entre entidades do OFSS nos demonstrativos consolidados, entretanto tem a pauta em alta prioridade.

prazo/circulante) ou após 12 meses da data das demonstrações contábeis (longo prazo/não circulante). No exercício de 2023 temos a seguinte segregação em circulante e não circulante:

Ativo		Passivo e PL	
Circulante	R\$ 48.451.515.504	Circulante	R\$ 85.885.343.565
Não Circulante	R\$ 187.098.475.519	Não Circulante	R\$ 224.553.880.440
		PL (Passivo a Descoberto)	-R\$ 74.889.232.981
Total	R\$ 235.549.991.024	Total	R\$ 235.549.991.024

Ativo

Ativos são recursos controlados pelo Município como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, sendo classificados em circulante e não circulante com base na expectativa de realização. No exercício de 2023 o Ativo apresentou o montante de R\$ 235,55 bilhões, com o circulante representando 20,6% e o não circulante 79,4% do Ativo Total.

Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 30.131.713.837	Realizável a Longo Prazo	R\$ 152.529.562.080
Créditos a Curto Prazo	R\$ 16.894.747.941	Investimentos	R\$ 4.641.032.156
Investim. e Aplic. Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	Imobilizado	R\$ 29.885.183.933
Estoques	R\$ 1.419.668.499	Intangível	R\$ 42.697.351
VPD Pagas Antecipadamente	R\$ 5.385.227		
Total	R\$ 48.451.515.504	Total	R\$ 187.098.475.519
Ativo Total	R\$ 235.549.991.024		

Ativo Circulante

Compreende os ativos disponíveis para realização imediata ou que tenham expectativa de realização até 12 meses após a data das demonstrações contábeis e totalizou R\$ 48,45 bilhões, segregado em:

em R\$				
Ativo Circulante	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	30.131.713.836,83	31.465.551.251,12	-4,2%	62,2%
Créditos a Curto Prazo	16.894.747.940,99	17.113.922.337,74	-1,3%	34,9%
Investim. e Aplic. Temporárias a Curto Prazo	-	-	0,0%	0,0%
Estoques	1.419.668.499,33	667.629.885,17	112,6%	2,9%
VPD Pagas Antecipadamente	5.385.227,26	8.381.405,98	-35,7%	0,0%
Total	48.451.515.504,41	49.255.484.880,01	-1,6%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2023, o Ativo Circulante apresentou uma pequena diminuição de 1,6% em relação ao exercício anterior, com destaque para Caixa e Equivalentes de Caixa e Créditos a Curto Prazo que representaram, respectivamente, 62,2% e 34,9% do total do grupo, equivalendo, juntos, a 97,1% do grupo.

	em R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	Exercício 2023
Caixa	10.684,18
Conta Única	1.431.549.595,20
Conta Única RPPS	40.794,22
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	688.056.255,07
Rede Bancária - Arrecadação	66.911.221,80
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	26.286.284.717,39
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata RPPS	1.656.992.847,16
Garantias	7.167,67
Depósitos Não Judiciais	1.860.554,14
Total	30.131.713.836,83

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

	em R\$
Créditos a Curto Prazo	Exercício 2023
Clientes *	200.089.866,62
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	82.577,09
Dívida Ativa Tributária	1.175.997.501,83
Dívida Ativa Não Tributária	38.170.532,76
Adiantamentos Concedidos	7.447.229,99
Tributos a Recuperar/Compensar	150.988.390,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.632.272.986,83
Créditos Previdenciários a Receber	4.288.528.213,04
Outros Créditos a Receber	5.401.170.642,06
Total	16.894.747.940,99

* Valor Líquido (descontado o Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Caixa e Equivalentes de Caixa:

Compreendem a soma dos valores em caixa e em bancos, bem como em equivalentes de caixa. Destacam-se as aplicações financeiras de liquidez imediata que representaram 92,7% do total do grupo.

Créditos a Curto Prazo: Referem-

se aos valores a receber por fornecimento de bens e serviços, créditos tributários, créditos de transferências a receber, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos, tributos a recuperar/compensar, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros créditos.

- **Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados** – representam 33,3% do grupo e é composto principalmente pelo Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais – corresponde aos 30% (trinta por cento) dos valores depositados em juízo, conforme Lei Complementar nº 151/2015, no montante de R\$ 4,63 bilhões e pela Conta Especial de Precatórios - corresponde aos valores de contas especiais mantidas no Banco do Brasil, por meio das quais são realizados os pagamentos de precatórios sob responsabilidade legal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP, no montante de R\$ 0,32 bilhão;
- **Outros Créditos a Receber** – alcançou o montante de R\$ 5,40 bilhões, representando 32,0% do grupo, com destaque para os créditos decorrentes de infrações legais e contratuais onde se encontram contabilizados R\$ 5,06 bilhões referentes às multas de trânsito;
- **Clientes** – apresentou o montante de R\$ 200,09 milhões e corresponde, em sua grande maioria, às prestações a receber de financiamentos habitacionais registrados na COHAB e no FMH. O saldo de Clientes já se encontra deduzido do valor R\$ 5,14 milhões, referente ao ajuste para perdas.

Ativo Não Circulante

Compreende os ativos realizáveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis e totalizou R\$ 187,1 bilhões, composto por:

em R\$				
Ativo Não Circulante	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Realizável a Longo Prazo	152.529.562.080,12	75.048.641.318,27	103,2%	81,5%
Créditos a Longo Prazo	152.490.219.387,90	75.042.203.113,61	103,2%	81,5%
Investimentos Temp. a Longo Prazo	117.204,47	61.435,90	90,8%	0,0%
Estoques	35.802.147,82	3.832.172,14	834,3%	0,019%
VPD Pagas Antecipadamente	3.423.339,93	2.544.596,62	34,5%	0,0%
Investimentos	4.641.032.156,11	7.529.943.798,79	-38,4%	2,5%
Imobilizado	29.885.183.932,55	29.896.075.389,87	0,0%	16,0%
Intangível	42.697.350,55	40.067.522,39	6,6%	0,0%
Total	187.098.475.519,33	112.514.728.029,32	66,3%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2023, o Ativo Não Circulante apresentou um aumento de 66,3% em relação ao exercício anterior, com destaque para o Créditos a Longo Prazo e o Imobilizado que representaram, respectivamente, 81,5% e 16,0% do total do grupo, sendo que juntos equivalem 97,5% do Ativo Não Circulante.

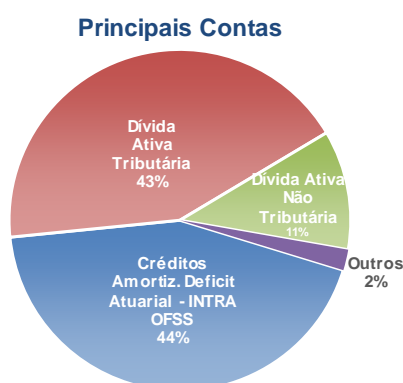
Realizável a Longo Prazo: Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

- **Créditos a Longo Prazo:** trata-se do grupo de maior representatividade do Ativo Não Circulante, tendo em sua composição a Dívida Ativa Tributária e Não Tributária e Créditos de Amortização Deficit Atuarial que totalizam R\$ 149,5 bilhões e equivalem a 98,0% do total do grupo.

em R\$	
Créditos a Longo Prazo	Exercício 2023
Clientes *	189.905.328,17
Empréstimos e Financiamentos Concedidos *	106.768.666,08
Dívida Ativa Tributária *	65.601.635.274,12
Dívida Ativa Não Tributária *	17.271.188.543,18
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.143.392.050,10
Demais Créditos Intra OFSS	534.346.431,19
Créditos Amortiz. Deficit Atuarial - INTRA OFSS	66.628.914.046,97
Demais Créditos Inter OFSS- União	574.560,03
Créditos Previdenciários do RPPS	13.494.488,06
Total	152.490.219.387,90

* Valores Líquidos (descontados os ajustes de perdas)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF



Na comparação dos exercícios 2022 e 2023, verificou-se um aumento no estoque líquido da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária de 13,2% e 13,8%, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

Créditos a Longo Prazo	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação %	em R\$	
				% s/ Total	%
Clientes *	189.905.328,17	184.769.408,49	2,8%	0,1%	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos *	106.768.666,08	57.184.294,32	86,7%	0,1%	
Dívida Ativa Tributária *	65.601.635.274,12	57.957.941.201,80	13,2%	43,0%	
Dívida Ativa Não Tributária *	17.271.188.543,18	15.181.949.955,32	13,8%	11,3%	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.143.392.050,10	1.192.168.547,67	79,8%	1,4%	
Créditos Previdenciários do RPPS	13.494.488,06	12.698.231,67	6,3%	0,0%	
Créditos Amortiz. Deficit Atuarial - INTRA OFSS	66.628.914.046,97	-	0,0%	43,7%	
Créditos a Longo Prazo Intra OFSS	534.346.431,19	454.970.245,48	17,4%	0,4%	
Créditos a Longo Prazo Inter OFSS- União	574.560,03	521.228,86	10,2%	0,0%	
Total	152.490.219.387,90	75.042.203.113,61	103,2%	100,0%	

* Valores Líquidos (descontados os ajustes de perdas)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Desde 2018, a Prefeitura de São Paulo adota nova metodologia de apuração do ajuste da dívida ativa a valor recuperável, resultado de estudo elaborado pelo Grupo Técnico – GT instituído em 2017 (Portaria Conjunta SF/PGM nº 9/2017). O valor do ajuste mensal adotado pela PMSP é baseado em cálculo aplicado por meio do Modelo Probabilístico de Regressão Logística (MRL) que, levando em consideração as características do processo, é capaz de estimar com segurança estatística a probabilidade de êxito da cobrança. O MRL permite que se obtenha para cada inscrição a sua probabilidade de recuperação, considerando suas características (idade do crédito, perfil do contribuinte, tipo do crédito, etc.) como variáveis explicativas, ou seja, dado o perfil da inscrição, pode-se estimar qual a probabilidade (entre 0 e 100%) de que esse crédito seja pago.

Foi publicada a Portaria Conjunta PGM/SF nº 02 de 24/06/2022, atualizada pelas Portarias PGM/SF nº 03 de 24/10/2022 e PGM/SF nº 02 de 16/11/2023, conforme processo SEI nº 6017.2022/0005612-1, para formalização de ato designando servidores da Procuradoria Geral do Município – PGM e da Divisão de Contabilidade – DICON para compor grupo de estudos destinado a propor metodologia para qualificação dos créditos do Município inscritos em dívida ativa, de acordo com a sua real expectativa de geração de benefícios econômicos, resultando no reconhecimento contábil apenas da parcela que atenda aos critérios definidos na NBC TSP Estrutura Conceitual, bem como uma nova proposta de ajustes para perdas sobre a referida parcela, com objetivo de realizar estudos relacionados ao cálculo do provisionamento da dívida ativa, de forma a equacionar os seguintes pontos:

- i) Qualificação dos débitos inscritos em dívida ativa que atendam aos requisitos da NBCTSP estrutura conceitual, com eventual desconhecimento. Até dezembro de 2022 foi desconhecido o montante de R\$ 2,77 bilhões da Dívida Ativa, derivada de comparativo entre os sistemas da Dívida Ativa- SDA e Parcelamentos SF relativo aos valores de programas de parcelamentos de dívida ativa a receber. Em 2023 não foi realizado ajustes de Reversão de Despesa e Atos Potenciais, interrompendo temporariamente os ajustes realizados em 2021 e 2022, até que os resultados do trabalho que vem sendo realizado de Desreconhecimento de Dívida

Ativa seja concluído, com previsão para o exercício de 2024, estas operações estão detalhadas em processo eletrônico SEI nº 6017.2017/0041251-4;

- ii) Indicação de tratamento a ser dado aos parcelamentos inscritos em Dívida Ativa;
- iii) Reestudo dos cálculos relacionados ao ajuste estimativo para perdas da dívida ativa; e
- iv) Aprimoramento dos quadros contábeis para permitir controle e classificação dos diversos eventos.

A evolução da dívida ativa com os respectivos ajustes para perdas está demonstrada a seguir:



Com base nas informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município, considerando a parte passível de cobrança da dívida ativa, temos a seguinte segregação:

Situação - 2023	Posição	Quantidade	Valor
Dívida com ACE	17/01/2024	59.041	R\$ 58.623.834.725,21
Execuções Fiscais Embargadas (Garantidas)	17/01/2024	13.424	R\$ 28.834.011.314,63
Dívidas/Execuções com Parcelamento	17/01/2024	Não aplicável	R\$ 13.457.313.993,73
Provisão de Perda	dez/23	57,00% da dívida ativa	R\$ 123.201.333.713,88

Fonte: Prodam e PGM

- **Dívidas com ACE:** dívidas contestadas por ações judiciais propostas pelo contribuinte junto à Vara da Fazenda Pública. Nestas ações, o contribuinte contesta junto ao Poder Judiciário a cobrança de sua dívida. Esta situação indica que o contribuinte está identificado e que a dívida terá uma solução, seja para seu cancelamento, total ou parcial, seja para seu prosseguimento;
- **Execuções fiscais embargadas (garantidas):** para contestar a cobrança no âmbito de uma execução fiscal, o contribuinte apresenta garantia suficiente para pagamento da dívida caso seja vencido. Para estas ações, em geral, também haverá uma solução definitiva, seja para o cancelamento, seja para o pagamento da dívida;

- **Dívidas com parcelamento em andamento:** o contribuinte celebrou acordo e está pagando sua dívida mediante parcelamento, o que indica grande expectativa de que a dívida será paga.

Investimentos: Compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinam à manutenção da atividade do Município.

	em R\$
Investimentos	Exercício 2023
Participações Permanentes	4.089.691.721,49
Propriedades para Investimento	548.292.720,95
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	3.039.000,00
Demais Investimentos Permanentes	84.878,05
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(76.164,38)
Total	4.641.032.156,11

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os Investimentos representam 2,5% do Ativo Não Circulante e as contas de maior expressividade do grupo são as Participações Permanentes com R\$ 4,09 bilhões e Propriedades para Investimento no montante de R\$ 548,3 milhões.

- **Participações Permanentes:** Compreendem as participações permanentes em outras entidades em forma de ações ou cotas. As participações permanentes do Município estão segregadas em: Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial –MEP, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e Participações Avaliadas pelo Método de Custo.

Outra importante classificação referente às participações societárias é a relação de dependência, ou seja, as empresas podem ser dependentes ou independentes. Considera-se dependente a empresa que recebe recursos financeiros, em forma de subsídio, para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Atualmente, no âmbito desta municipalidade, a COHAB, a SPUrbanismo, SPTurismo e a SP Cine são consideradas Empresas Públicas Dependentes.

O critério para realização do MEP do exercício de 2023 consistiu na utilização dos balancetes das empresas controladas, referente à competência outubro de 2023 (IPSAS 7- Investimentos em Coligada – item 30), excluído o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital do Patrimônio Líquido das empresas e não os incluindo como investimento na PMSP, ocasionando resultado equânime, tanto na controladora como na coligada. No próximo exercício será realizada a revisão do cálculo do Investimento pelo MEP, com base no Balanço Patrimonial, da competência dezembro de 2023, das empresas investidas.

Conforme MCASP 9ª edição, as participações em empresas em que a administração tenha influência significativa, devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência

patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido, conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

Para a controlada com Patrimônio Líquido negativo, caso da empresa CET, a atualização do valor foi contabilizada na conta Provisão para Perda em Investimentos do Passivo não Circulante, conforme o item 42 da NBC TSP nº 18 - Investimentos em Coligada e em Controlada, transcrito a seguir:

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, déficits adicionais são considerados e um passivo reconhecido, somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha realizado pagamentos em nome da coligada. Se a coligada subsequentemente reportar superávits, o investidor retorna o reconhecimento de sua participação nesses superávits somente após sua participação nesses superávits posteriores se igualarem aos déficits não reconhecidos. (NBC TSP 18).

Segue o cálculo das participações nas empresas⁴ avaliadas pelo MEP no exercício de 2023:

em R\$										
	Empresa Investida	Posição em 31/12/2022 sem AFAC	Porcentagem Capital (b)	Patrimônio Líquido sem AFAC (c)	Cálculo MEP 2023 (d)=(c*b)	Invest. Realizados	Ajuste MEP 2023	Distribuição Dividendos	Ajuste Exercício Anterior	Posição em 31/12/2023 sem AFAC
MEP - Empresas com PL positivo	COHAB	1.051.461.505	99,999998%	1.741.450.683	1.741.450.647	-	726.464.530	-	(36.475.388)	1.741.450.647
	SPDA	369.568.774	99,999998%	410.577.491	410.577.481	26.223.126	41.912.616	-	(27.127.034)	410.577.481
	SP URBANISMO	237.524.705	99,531261%	256.247.011	255.045.881	-	3.728.629	-	13.792.548	255.045.881
	PRODAM	144.639.970	99,999982%	157.698.021	157.697.993	-	6.832.873	-	6.225.150	157.697.993
	SP PARCELIAS	13.352.080	99,999995%	14.947.260	14.947.260	-	1.367.689	-	227.490	14.947.260
	SPCINE	8.338.749	100,000000%	13.113.744	13.113.744	-	3.441.414	-	1.333.581	13.113.744
	SP OBRAS	(6.347.086)	99,113936%	3.675.655	3.643.086	-	(3.067.643)	-	13.057.815	3.643.086
	SP TURIS	(86.486.096)	96,736313%	31.237.301	30.217.813	-	35.717.423	-	80.986.486	30.217.814
	SP TRANS	(62.717.834)	99,965527%	341.491.411	341.373.687	-	12.114.107	-	391.977.414	341.373.687
Total	1.669.334.767		2.970.438.577	2.968.067.593	26.223.126	828.511.638	-	443.998.063	2.968.067.593	
MEP - Empresas com PL negativo	CET	(172.286.615)	99,999994%	(196.707.830)	(196.707.819)	-	47.854.636	-	(72.275.841)	(196.707.819)
	Total	(172.286.615)		(196.707.830)	(196.707.819)	-	47.854.636	-	(72.275.841)	(196.707.819)
Investimentos avaliados pelo MEP	Total	1.497.048.152		2.773.730.747	2.771.359.774	26.223.126	876.366.274	-	371.722.222	2.771.359.774

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No quadro MEP – Empresas com PL positivo, os investimentos totalizaram R\$ 2,97 bilhões (considerando o saldo final de 2022, os ajustes de exercício anterior decorrentes da atualização do cálculo do MEP do exercício de 2022 e movimentações como Investimentos). No comparativo com o saldo final de 2022 (R\$ 1,67 bilhão) observa-se que houve acréscimo de R\$ 1,3 bilhão, equivalente a 77,8% do saldo inicial (2022) de investimentos, parte devido

⁴ Cia. Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB; Cia. São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA; São Paulo Urbanismo – SP Urbanismo; São Paulo Transporte S/A – SPTrans; Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação – PRODAM; São Paulo Parcerias – SP Parcerias; Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo – SP Cine; São Paulo Obras – SP Obras; São Paulo Turismo S/A – SP Turis; Companhia de Engenharia de Tráfego – CET.

ao valor do Patrimônio Líquido da empresa investida COHAB que teve um acréscimo no valor de R\$ 689,99 milhões e da empresa investida SPDA que teve um acréscimo no valor de R\$ 41,0 milhões, contribuindo para o acréscimo do investimento da Prefeitura.

O PL negativo da empresa CET constitui Provisão no Passivo da Prefeitura e no exercício de 2023, apresentou o montante de R\$ 196,71 milhões (diminuição do investimento em R\$ 24,42 milhões em relação a 2022 ajustado).

Houve integralização de capital da SPDA de R\$ 26,22 milhões autorizada na Assembleia Geral e Extraordinária da SPDA, realizada em 29/09/2022, processo SEI nº 6011.2022/0002604-1, ata nº 076002549. O valor estava contabilizado em AFAC (conta de ativo) na prefeitura e foi regularizado em 2023, pois não houve tempestividade no envio das informações no exercício anterior.

Com relação às participações avaliadas pelo Método de Custo, destacamos as Ações Ordinárias do Metrô – Disponíveis que totalizaram R\$ 1,07 bilhão em 2023, representando 26,2% das participações permanentes.

- **Demais Investimentos Permanentes:** Compreendem os demais direitos de qualquer natureza não classificáveis no Ativo Circulante, nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinam à manutenção das atividades do Município. Até o exercício de 2023,

em R\$	
Demais Investimentos Permanentes	Exercício 2023
Operações Urbanas - Água Branca	-
Operações Urbanas - Água Espraiada	-
Operações Urbanas - Faria Lima	-
Outros	8.713,67
Total	8.713,67

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Até o exercício de 2023, o grupo Demais Investimentos Permanentes era composto, principalmente, pelos títulos e valores das operações urbanas consorciadas. As operações urbanas que utilizam o Certificado de Potencial Adicional de Construção – CEPAC são: Operação Urbana Consorciada Faria Lima, Operação Urbana Consorciada Água Espraiada e Operação Consorciada Água Branca.

Os CEPACs são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura de São Paulo, por meio da SPUrbanismo, utilizados como forma de pagamento de contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto.

As emissões de CEPACs são regidas pelas determinações contidas na Instrução 401 da CVM, que regulamenta a emissão dos títulos, as responsabilidades pelo acompanhamento das Operações Urbanas Consorciadas e indica a forma de exercício dos direitos assegurados pelos CEPACs.

Os CEPACs também podem ser utilizados como meio de pagamento das intervenções por meio de colocações privadas. Neste caso, o valor do CEPAC é atualizado pelo Índice Edificações em Geral, publicado mensalmente pela Secretaria Municipal da Fazenda no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, tendo como base o preço realizado no último leilão.

Ao final de 2023, a operação urbana da Faria Lima permaneceu com o estoque zerado, sem novas distribuições, a operação Água Branca que iniciou o ano com o saldo de R\$ 3,5 bilhões ao final do ano teve o seu saldo zerado devido ao encerramento da 6ª distribuição, que também zerou o saldo da operação Água espraçada, esta iniciou o ano com saldo de R\$ 512,0 milhões, conforme discriminado abaixo:

CEPAC - Contas do Ativo						em R\$
CEPAC - Operações Urbanas	Saldo em 2022	Alienação	Distribuição Encerrada	Saldo em 2023	CEPAC em Estoque	Variação %
Água Branca	3.510.117.000	-	(3.510.117.000)	-	-	-100%
CEPAC-Residencial	-	-	-	-	-	-
CEPAC-não Residencial	-	-	-	-	-	-
Faria Lima	-	-	-	-	-	-
Água Espraçada	512.000.000	-	(512.000.000)	-	-	-100%
Total	4.022.117.000	-	(4.022.117.000)	-	-	-100%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Imobilizado: Compreendem os direitos que têm por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Município ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram ao Município os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Imobilizado	em R\$ Exercício 2023
Bens Móveis	2.226.033.458,22
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(687.960.196,82)
(-) Redução ao Valor Recuperável - Bens Móveis	(94.797,55)
Bens Imóveis	28.800.727.666,45
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(336.080.952,65)
(-) Redução ao Valor Recuperável - Bens Imóveis	(117.441.245,10)
Total	29.885.183.932,55

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

O Imobilizado do Município totalizou R\$ 29,89 bilhões e representa 16,0% do Ativo Não Circulante. Compreende os valores brutos do imobilizado e as deduções com depreciação acumulada e com o ajuste ao valor recuperável.

- **Bens Móveis:** Compreendem os valores da aquisição ou incorporação de bens tangíveis, que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-

social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços. Os Bens Móveis totalizaram R\$ 1,54 bilhão em 2023, representando 5,1% do Imobilizado.

- **Bens Imóveis:** Compreendem o valor dos bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou danos. Classificam-se⁵ em: bens de uso especial, bens dominicais, bens de uso comum do povo, bens imóveis em andamento e demais bens imóveis.

	em R\$
Bens Imóveis	Exercício 2023
Bens de Uso Especial	16.378.682.037,44
Bens Dominicais	11.892.097.783,00
Bens de Uso Comum do Povo	-
Demais Bens Imóveis	498.126.374,86
Instalações e Benfeitorias	31.821.471,15
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(336.080.952,65)
(-) Redução ao Valor Recuperável	(117.441.245,10)
Total	28.347.205.468,70

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os Bens Imóveis totalizaram R\$ 28,35 bilhões em 2023, representando 94,9% do Imobilizado. Os Bens de Uso Especial representaram 56,9% e os Bens Dominicais 41,3% do grupo.

O Município de São Paulo iniciou os trabalhos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura (Bens de Uso Comum do Povo), com a inclusão do módulo Obras em Andamento, na fase 3 do Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI, no escopo desta fase está previsto dentre as ações necessárias para contabilização deste tipo de bem, integração com o portal Obras Abertas, que permitirá o reconhecimento em sua fase inicial e o acompanhamento de toda obra.

Os valores referentes à depreciação acumulada foram registrados nos seguintes órgãos: PMSP, IPREM, TCMSP, CMSP, COHAB, SPTurismo e SPUrbanismo. O registro de redução ao valor recuperável dos Bens Imóveis ocorreu na COHAB e no FMH.

Intangível: Compreende os ativos não monetários, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. O Intangível atingiu o montante de R\$ 42,7 milhões em 2023 e é composto, quase na sua totalidade, por *softwares*.

⁵ **Bens de uso especial:** compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas;

Bens dominicais: compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreendem ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado;

Bens de uso comum do povo: podem ser entendidos como os de domínio público;

Bens imóveis em andamento: compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos;

Demais bens imóveis: compreendem os demais bens imóveis não classificados anteriormente, como bens imóveis locados para terceiros, imóveis em poder de terceiros, dentre outros bens.

Passivo

Passivos são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para o Município saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. No exercício de 2023, o Passivo apresenta o montante de R\$ 310,44 bilhões, com o circulante representando 27,67% e o não circulante 72,33% do Passivo Total:

Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.350.831.653	Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	R\$ 27.362.696.294
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ 149.732.540	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 1.183.182.526
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.425.815.090	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ 4.906.818.378
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 41.331.451	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	R\$ 238.624.467
Obrigações de Repartições a outros entes	R\$ 370.190.046	Obrigações de Repartições a outros entes	R\$ -
Provisões a Curto Prazo	R\$ 4.127.374	Provisões a Longo Prazo	R\$ 179.450.784.689
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 78.543.315.410	Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ 11.411.774.085
Total	R\$ 85.885.343.565	Total	R\$ 224.553.880.440
Passivo Total		R\$ 310.439.224.005	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Passivo Circulante

Compreende as obrigações exigíveis até 12 meses após a data das demonstrações contábeis e que atendam a um dos seguintes critérios: i) espera-se que o passivo seja pago durante o ciclo operacional normal da entidade; ii) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; iii) o passivo deve ser pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou iv) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Passivo Circulante	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	em R\$	
				%s/ Total	Total
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.350.831.653,34	3.812.952.774,29	-12,1%	3,9%	
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	149.732.540,29	158.272.331,92	-5,4%	0,2%	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.425.815.089,90	2.533.746.607,34	35,2%	4,0%	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	41.331.451,28	15.609.608,37	164,8%	0,0%	
Obrigações de Repartições a outros entes	370.190.046,46	-	0,0%	0,4%	
Provisões a Curto Prazo	4.127.373,72	22.178.375,61	-81,4%	0,0%	
Demais Obrigações a Curto Prazo	78.543.315.410,23	6.788.125.723,74	1057,1%	91,5%	
Total	85.885.343.565,22	13.330.885.421,27	544,3%	100,0%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2023, o Passivo Circulante totalizou R\$ 85,89 bilhões e apresenta um aumento de 544,3% em relação ao exercício anterior, com destaque para Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais e Demais Obrigações que representam, respectivamente, 4,0%, 3,9% e 91,5% do total do grupo, equivalendo juntos a 99,3% do grupo.

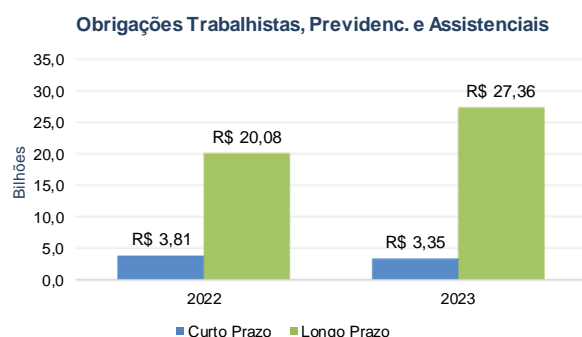
Passivo Não Circulante

Compreendem os passivos exigíveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis, que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificados no passivo circulante. Em 2023, o Passivo Não Circulante totalizou R\$ 224,55 bilhões, apresentando um aumento de 45,5% em relação ao exercício anterior, com destaque para as Provisões a Longo Prazo que representam 79,9% do total do grupo.

	em R\$			
Passivo Não Circulante	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	27.362.696.294,16	20.082.827.291,98	36,2%	12,2%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	1.183.182.525,92	1.073.486.285,08	10,2%	0,5%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	4.906.818.378,17	2.470.492.794,45	98,6%	2,2%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	238.624.467,24	245.154.869,83	-2,7%	0,1%
Provisões a Longo Prazo	179.450.784.689,10	119.924.735.692,96	49,6%	79,9%
Demais Obrigações a Longo Prazo	11.411.774.084,95	10.581.691.426,11	7,8%	5,1%
Total	224.553.880.439,54	154.378.388.360,41	45,5%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais: Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, como aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.



As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais apresentaram uma diminuição de R\$ 462,12 milhões, correspondente a 12,1% no Curto Prazo e um aumento de R\$ 7,28 bilhões no Longo Prazo, totalizando um aumento de 36,2% em termos percentuais, se comparado ao exercício anterior.

Segregando a análise, destacam-se os valores referentes a Precatórios que representam 75,3% no Curto e no Longo Prazo, do total do grupo, conforme detalhado a seguir:

em R\$

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Pessoal a Pagar	3.278.696.340,09	19.989.761.884,84	23.268.458.224,93	75,8%
Salários, Remunerações e Benefícios	38.454.940,88	-	38.454.940,88	0,1%
Férias e 13º Salário	95.196.254,20	-	95.196.254,20	0,3%
Demais Contas de Pessoal a Pagar	256.101,02	-	256.101,02	0,0%
Precatórios de Pessoal - Regime Especial	3.137.460.274,29	19.988.336.880,01	23.125.797.154,30	75,3%
Precatórios de Pessoal - Regime Ordinário	7.328.769,70	1.425.004,83	8.753.774,53	0,0%
Benefícios Previdenciários	18.828.925,38	7.305.123.006,69	7.323.951.932,07	23,8%
Obrigações do RPPS junto ao RGPS	17.355.235,80	-	17.355.235,80	0,1%
Benefícios Previdenciários RPPS - Estado	1.144.628,10	-	1.144.628,10	0,0%
Demais Benefícios Previdenciários a pagar	148.410,09	-	148.410,09	0,0%
Precatórios de Benef. Prev. - Regime Especial	-	7.305.123.006,69	7.305.123.006,69	23,8%
Benefícios Previdenciários RPPS - Município	180.651,39	-	180.651,39	0,0%
Benefícios Assistenciais a Pagar	3.929.178,33	-	3.929.178,33	0,0%
Encargos Sociais a Pagar	49.377.209,54	67.811.402,63	117.188.612,17	0,4%
RGPS	39.237.783,92	67.811.402,63	107.049.186,55	0,3%
RPPS	8.862.649,59	-	8.862.649,59	0,0%
Demais Encargos	1.276.776,03	-	1.276.776,03	0,0%
Total	3.350.831.653,34	27.362.696.294,16	30.713.527.947,50	100%

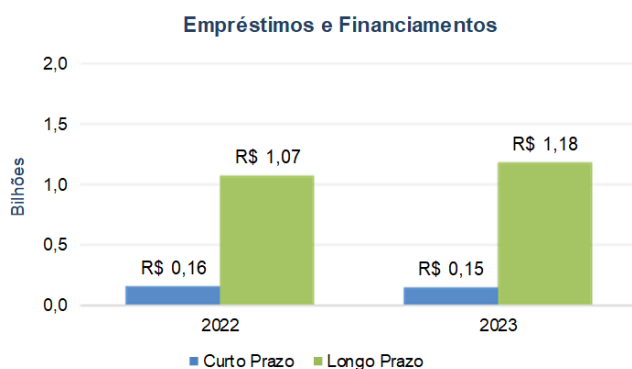
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Empréstimos e Financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras externas e internas do Município, a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, segregadas em curto e longo prazo.

em R\$

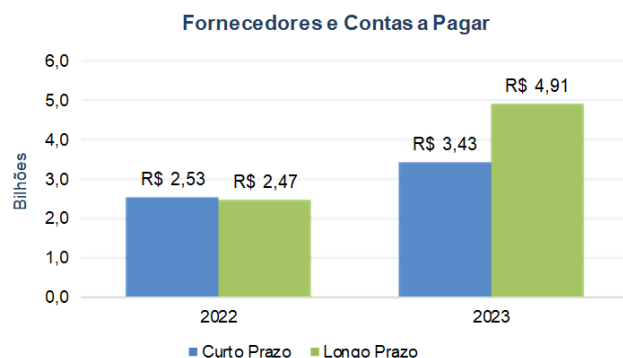
Empréstimos e Financiamentos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Interno	114.570.092,05	616.061.920,90	730.632.012,95	54,8%
Externo	35.162.448,24	567.120.605,02	602.283.053,26	45,2%
Total	149.732.540,29	1.183.182.525,92	1.332.915.066,21	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF



Em 2023, os Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$ 1,33 bilhão e apresentaram um aumento de R\$ 101,16 milhões, se comparado a 2022, cujo detalhamento por contratos consta das Notas Explicativas deste Relatório (Nota nº 13 do Balanço Patrimonial – Empréstimos e Financiamentos).

Fornecedores e Contas a Pagar: Compreendem as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.



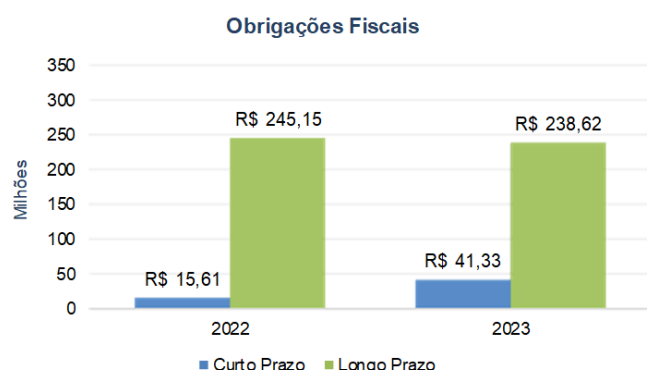
Em 2023, os Fornecedores e Contas a Pagar totalizaram R\$ 8,33 bilhões e apresentaram um aumento de R\$ 3,33 bilhões, representando 66,5% em termos percentuais, se comparado ao exercício anterior.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que a conta Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais apresenta maior representatividade equivalente a 70,7% do total, conforme tabela a seguir:

em R\$				
Fornecedores e Contas a Pagar	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Fornecedores Nacionais	2.018.774.292,46	-	2.018.774.292,46	24,2%
Contas a Pagar - Credores Nacionais	347.107.715,77	-	347.107.715,77	4,2%
Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais	982.839.274,77	4.906.818.378,17	5.889.657.652,94	70,7%
Contas a Pagar Nacionais - Dec. Jud. - Exceto Precat.	3.449.110,97	-	3.449.110,97	0,0%
Fornecedores Nacionais - INTRA OFSS	56.390.848,18	-	56.390.848,18	0,7%
Fornecedores Nacionais - INTER OFSS	93.132,44	-	93.132,44	0,0%
Fornecedores Estrangeiros	17.160.715,31	-	17.160.715,31	0,2%
Total	3.425.815.089,90	4.906.818.378,17	8.332.633.468,07	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Obrigações Fiscais: Compreendem as obrigações do Município relativas a impostos, taxas e contribuições. Neste grupo também estão computados os valores referentes a parcelamentos de tributos federais (PASEP da PMSP, PIS/COFINS da COHAB, IRPJ/CSLL da SPUrbanismo), além de parcelamento de tributos municipais (SPTurismo).



Em 2023, as Obrigações Fiscais totalizaram R\$ 279,96 milhões e apresentaram um aumento de R\$ 19,19 milhões, se comparado ao ano anterior, representando 7,4% em termos percentuais.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que as contas de maior representatividade são as Obrigações Fiscais com Municípios (relativo à adesão ao PPI Municipal pela empresa SPTURIS) que equivalem a 53,1% do Longo Prazo, conforme tabela a seguir:

em R\$				
Obrigações Fiscais	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Obrigações Fiscais com a União	29.076.491,18	112.006.954,28	141.083.445,46	50,4%
Obrigações Fiscais com os Municípios	12.254.960,10	126.617.512,96	138.872.473,06	49,6%
Total	41.331.451,28	238.624.467,24	279.955.918,52	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Obrigações de Repartições a outros entes: Compreendem Transferências Discricionárias para Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos a título de subvenção, auxílio e contribuição, visando a consecução de finalidades de interesse público decorrentes de celebração de instrumento jurídico, em 2023 atingiu o montante de R\$ 370,2 milhões, no curto prazo.

Provisões: São obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se espera que resultem para o Município saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços e que possuem prazo ou valor incerto.



Em 2023, as Provisões totalizaram R\$ 179,45 bilhões e apresentaram um aumento de R\$ 59,51 bilhões, representando 49,6%.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que as Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS representam 99,7% do grupo e têm por objetivo demonstrar a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de cada ente federativo:

em R\$				
Provisões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Provisões para Riscos Trabalhistas	2.434.670,68	31.341.000,61	33.775.671,29	0,0%
Provisões Matemáticas Previdenciárias *		178.835.441.602,76	178.835.441.602,76	99,7%
Provisões para Riscos Fiscais		14.292.498,47	14.292.498,47	0,0%
Outras Provisões	-	505.417.089,79	505.417.089,79	0,3%
Provisão p/ Contingentes Civeis	1.692.703,04	64.292.497,47	65.985.200,51	0,0%
Total	4.127.373,72	179.450.784.689,10	179.454.912.062,82	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

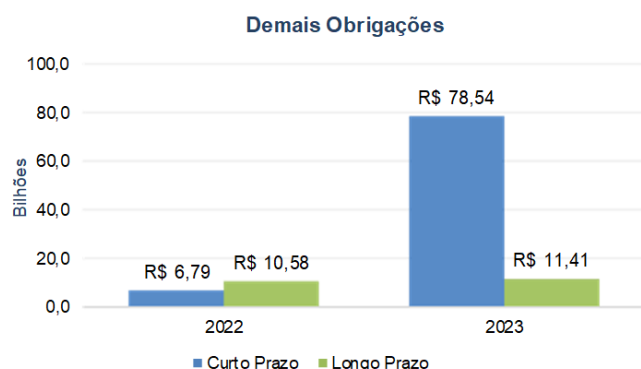
* Contempla a Provisão Matemática Previdenciária do RPPS de R\$ 178.645.361.405,77 e a Provisão de Benefício pós emprego dos ex-funcionários da extinta CMTC no valor de R\$ 190.080.196,99

Até 2021, as provisões matemáticas previdenciárias do RPPS eram contabilizadas no IPREM, em 2022, as contabilizações destas provisões ocorreram nos Fundos Previdenciários FUNFIN

e FUNPREV e em 2023 as provisões passaram a ser contabilizadas na PMSP (Administração Direta) e no FUNPREV.

No consolidado, observa-se que, de 2022 para 2023, as provisões tiveram um aumento de R\$ 59,51 bilhões, especialmente em decorrência do resultado da avaliação atuarial (Deficit Atuarial com aumento de R\$ 59,4 bilhões), cujo tópico encontra-se detalhado no relatório do Balanço, no capítulo específico “Regime Próprio de Previdência Social – RPPS”

Demais Obrigações: Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos grupos anteriores.



Em 2023, o grupo Demais Obrigações totalizou R\$ 89,96 bilhões e apresentou um aumento de R\$ 72,59 bilhões, representando 417,9%.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que a conta Outras Obrigações apresenta maior representatividade, totalizando R\$ 72,3 bilhões equivalentes a 80,3% do total, onde se destaca a conta Obrigações para cobertura do Deficit Atuarial Intra OFSS, no valor de R\$ 70,9 bilhões:

em R\$				
Demais Obrigações	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Adiantamentos de Clientes	137.133.563,40	-	137.133.563,40	0,2%
Obrigações Decorrentes de Contratos de PPP	101.515.226,54	-	101.515.226,54	0,1%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	50.549.734,18	50.549.734,18	0,1%
Valores Restituíveis*	6.604.552.499,83	10.802.064.475,41	17.406.616.975,24	19,4%
Depósitos Judiciais	4.625.959.971,62	10.793.906.597,12	15.419.866.568,74	17,1%
Consignações	181.193.298,68	-	181.193.298,68	0,2%
Depósitos Não Judiciais	588.776.042,89	-	588.776.042,89	0,7%
Outros Valores Restituíveis	1.208.623.186,64	8.157.878,29	1.216.781.064,93	1,4%
Outras Obrigações	71.700.114.120,46	559.159.875,36	72.259.273.995,82	80,3%
Obrigações para Cobertura do Deficit Atuarial RPPS - Fundo em Capitalização	70.897.478.380,13	-	70.897.478.380,13	78,8%
Outros	802.635.740,33	559.159.875,36	1.361.795.615,69	1,5%
Total	78.543.315.410,23	11.411.774.084,95	89.955.089.495,18	100,0%

* incluído valores intra

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Depósitos Judiciais** - correspondem ao previsto na Lei Complementar nº 151/2015, sendo que 30% dos depósitos judiciais constituem o Fundo de Reserva, cujos recursos representam entradas compensatórias e estão registrados no Ativo e no Passivo

Financeiro do Município. Os depósitos judiciais são valores relacionados a processos judiciais e administrativos, nos quais o Município seja parte, que ficam depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.

Patrimônio Líquido

Corresponde ao valor residual dos ativos do Município depois de deduzidos todos os passivos. Caso o valor do passivo seja maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Sendo assim, o termo Patrimônio Líquido deve ser substituído por Passivo a Descoberto, que é o caso observado aqui no Município de São Paulo.

O quadro abaixo apresenta a atual composição do Passivo a Descoberto do Município em comparação com o ano anterior:

em R\$				
Passivo a Descoberto	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Patrimônio Social e Capital Social	1.418.607.329,28	1.418.607.329,28	0,0%	-1,9%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	126,13	126,13	0,0%	0,0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(835.934,40)	(626.950,80)	33,3%	0,0%
Demais Reservas	3.691.856.075,57	3.694.187.240,68	-0,1%	-4,9%
Resultados Acumulados	(79.998.860.577,60)	(11.051.228.617,64)	623,9%	106,8%
Resultado do Exercício	(66.670.752.888,70)	87.100.045.562,34	-176,5%	89,0%
Resultado de Exercícios Anteriores	(11.051.409.574,29)	(96.758.010.228,32)	-88,6%	14,8%
Ajustes de Exercícios Anteriores	(2.276.698.114,61)	(1.393.263.951,66)	63,4%	3,0%
Total	(74.889.232.981,02)	(5.939.060.872,35)	1161,0%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A seguir, destacam-se as principais movimentações ocorridas neste exercício, que contribuíram para a variação negativa de 1161,0% apresentada no Passivo a Descoberto:

- **Resultado do Exercício** – Em 2023, o Município teve um resultado patrimonial consolidado deficitário de R\$ 66,7 bilhões frente a um resultado superavitário de R\$ 87,10 bilhões em 2022. As principais razões que impactaram neste resultado estão destacadas a seguir:
 - ✓ **PMSP/FUNFIN/FUNPREV** – No comparativo 2022-2023, houve um aumento na provisão matemática previdenciária do RPPS de R\$ 119,3 bilhões para R\$ 178,6 bilhões, afetando o resultado em R\$ 59,4 bilhões, cujos detalhamento dos lançamentos por empresa foram: PMSP com provisão de R\$ 121,0 bilhões, FUNPREV com provisão de R\$ 12,3 bilhões e FUNFIN com reversão da provisão de R\$ 73,9 bilhões (totalizando o consolidado de R\$ 59,4 bilhões);
 - ✓ **PMSP** – Em 2023 houve provisão e registro das obrigações para cobertura do deficit atuarial RPPS (Valor Atual dos Recursos Vinculados por Lei para Cobertura do Deficit Atuarial e Valor Atual da Contribuição Complementar para Cobertura do Deficit Atuarial) totalizando R\$ 70,9 bilhões.

- ✓ **CONSOLIDADO** – Em 2023 houve aumento nas despesas de remuneração a pessoal em 5,7% equivalentes a R\$ 4,2 bilhões e aumento nas despesas de serviços em 7,9% equivalentes a R\$ 9,8 bilhões.
- **Ajustes de Exercícios Anteriores - AJEA** – Compreendem todos os ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis. Observa-se saldo inicial de AJEA de R\$ 1,39 bilhão (saldo credor) em 2022 para R\$ 2,28 bilhões (saldo credor) em 2023, cujo detalhamento por empresa consta das Notas Explicativas deste Relatório (Nota nº 22 do Balanço Patrimonial – Resultados Acumulados);
- **Demais Reservas** – Compreendem os saldos das contas Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis e Outras Reservas registrados nas empresas: PMSP, IPREM, SPTurismo, SPUrbanismo, COHAB e FMH. A variação negativa ocorrida entre 2022 e 2023 refere-se à reavaliação de estoques de terrenos na empresa COHAB, no montante de R\$ 2,33 milhões, resultando no montante de R\$ 3,7 bilhões credor.

Superavit Financeiro

O Superavit ou Deficit Financeiro é obtido por meio dos seguintes quadros auxiliares do Balanço Patrimonial: Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros⁶ e Permanentes⁷ (correspondente à soma dos Ativos Financeiros deduzidos dos Passivos Financeiros) e do Quadro do Superavit / Deficit Financeiro (correspondente às Disponibilidades por Destinação de Recursos segregadas por Fonte).

- **Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:** o superavit financeiro de R\$ 16,42 bilhões, resulta da equação obtida pelos Ativos Financeiros de R\$ 35,57 bilhões, deduzidos dos Passivos Financeiros de R\$ 19,15 bilhões, o qual é fonte para abertura de créditos adicionais no orçamento público do exercício seguinte.

Ativo (I)		Passivo (II)	
Ativo Financeiro	R\$ 35.570.654.243	Passivo Financeiro	R\$ 19.153.830.608
Ativo Permanente	R\$ 199.979.336.780	Passivo Permanente	R\$ 301.340.014.367
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		(84.943.853.951)	

em R\$

Fórmula do Superavit Financeiro = Ativo Financeiro (-) Passivo Financeiro	R\$ 16.416.823.636
---	---------------------------

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

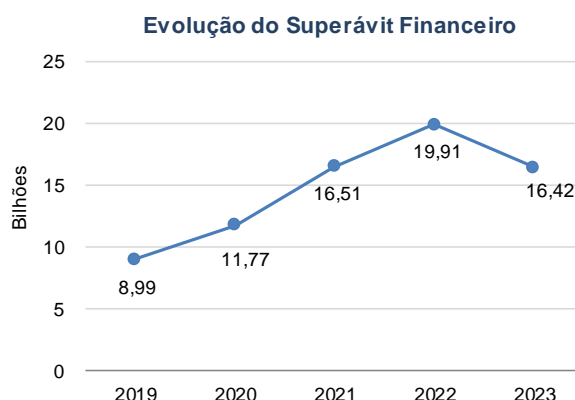
⁶ **Ativos Financeiros:** compreendem os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. **Passivos Financeiros:** compreendem as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

⁷ **Ativos Permanentes:** compreendem os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. **Passivos Permanentes:** compreendem as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

A evolução do Superavit Financeiro nos últimos exercícios segue demonstrada a seguir, em que se observa uma diminuição de 17,53% na comparação do exercício de 2023 com o exercício anterior:

Ano	Superávit Financeiro	% Variação
2019	R\$ 8.991.308.590	-
2020	R\$ 11.768.254.650	30,9%
2021	R\$ 16.505.744.694	40,3%
2022	R\$ 19.906.814.997	20,6%
2023	R\$ 16.416.823.636	-17,5%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



- **Quadro do Superavit / Deficit Financeiro:** Segregando o superavit financeiro por Fontes de Recursos, as quais podem ser vinculadas ou ordinárias, conforme tabela seguir:

Superávit Financeiro por Fonte de Recursos	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Ordinária	3.329.077.470,41	8.704.320.245,18	-61,8%	20,3%
Vinculada	13.087.746.165,20	11.202.494.751,53	16,8%	79,7%
Operações de Crédito	222.978.435,71	63.541.327,69	250,9%	1,4%
Transferências Federais	1.639.083.757,87	1.257.614.731,67	30,3%	10,0%
Transferências Estaduais	534.201.352,91	588.062.407,65	-9,2%	3,3%
Fundo Constitucional de Educação	211.975.164,30	402.743.967,92	-47,4%	1,3%
Outras Fontes	211.633.587,30	447.456.063,21	-52,7%	1,3%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	7.701.625.296,26	7.570.424.708,52	1,7%	46,9%
Alienação de Bens Ativos	458.490.013,18	95.384.270,84	380,7%	2,8%
Depósitos Judiciais	597.307.150,23	689.146.549,16	-13,3%	3,6%
Transferências Federais Custeio Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	7.901.188,54	79.650.347,13	-90,1%	0,0%
Previdência Social	1.495.621.589,16	-	0,0%	9,1%
Transferências Federais Invest. Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	4.061.921,17	5.603.669,17	-27,5%	0,0%
Transferências Federais Convênios/Contratos Covid vinculado à Saúde	-	-	0,0%	0,0%
Transferências Federais LC 173/2020; art 5º, I	2.866.708,57	2.866.708,57	0,0%	0,0%
Recursos Extraorçamentários	-	-	0,0%	0,0%
Total	16.416.823.635,61	19.906.814.996,71	-17,5%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No exercício de 2023 foi implantada no Sistema SOF a nova estrutura de fontes de recursos do Município de São Paulo, em atendimento à padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio das seguintes Portarias: (i) Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/21 e (ii) Portaria nº 710/21 e alterações. Ademais, a nova estrutura de fontes trouxe códigos específicos da PMSP para atender às particularidades e vinculações municipais, conforme segue:

Nova Estrutura de Fonte de Recurso - 10 dígitos				
Segmento	AA	B	CCC	EEEE
Descrição	Fonte de Recurso PMSP	Exercício da Fonte de Recurso	Código Padronizado da Fonte	Vinculação PMSP
Exigência	Código específico da PMSP (numeração anterior)	Estrutura definida pela STN (Portaria STN/SOF nº 20/2021 – Anexo II)	Estrutura definida pela STN (Portaria STN/SOF nº 20/2021 – Anexo I)	Detalhamentos específicos da PMSP

O quadro a seguir segrega o Superavit Financeiro do exercício de 2023, pelo segmento da fonte de recurso “Código Padronizado da Fonte”, cujos códigos são definidos pela STN:

Fonte de Recurso	Descrição	Notas	Saldo em 31/12/2023 em R\$
	TOTAL DE RECURSOS	25 B	16.416.823.635,61
	Total de Recursos Ordinários		3.329.077.470,41
500	Recursos não vinculados de impostos		1.808.043.598,44
501	Outros Recursos não Vinculados		1.490.704.254,21
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos		14.624.316,43
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		3.136.199,21
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		(2.216.523,91)
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais		1.527.869,15
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos		440.287,94
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.		12.817.468,94
	Total de Recursos Vinculados		13.087.746.165,20
	Total de Recursos Vinculados à Educação		629.912.402,52
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		211.975.164,30
550	Transferência do Salário-Educação		230.741.257,52
552	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		105.197.009,05
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (FNATE)		942.431,98
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE		58.511.790,62
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		147.162,35
599	Outros Recursos Vinculados à Educação		22.397.586,70
	Total de Recursos Vinculados à Saúde		736.603.484,69
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		487.446.895,37
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		41.925.424,86
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO.		7.901.188,54
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO.		3.300.742,60
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias		100.217.040,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem		3.446.121,27
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		56.600.730,17
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		10.446.601,11
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		112.086,47
634	Operações de Crédito vinculadas à Saúde		9.342.606,76
636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		126.619,50
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde		15.737.428,04
	Total de Recursos Vinculados à Assistência Social		61.766.517,69
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		30.887.823,93
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		4.535.920,69
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social		24.947.850,91
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social		1.394.922,16
	Total de Recursos Vinculados de Transferências (Exceto Educação, Saúde e Assistência)		816.835.425,37
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		354.083.711,07
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		200.178.313,81
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios		16.413.032,60
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades		2.964.478,12
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais (Exceto Recursos Ord.)		51.590.611,84
706	Transferência Especial da União		47.064.800,38
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020		2.866.708,57
710	Transferência Especial dos Estados		37.933.494,77
714	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT		2.366.289,24
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual		64.372.056,76
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura		24.822.405,87
717	Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022		1.242.470,99
749	Outras vinculações de transferências		10.937.051,35
	Demais Vinculações		9.251.815.531,22
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		31.075.954,98
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		178.776.361,26
752	Recursos Vinculados ao Trânsito		472.461.338,38
754	Recursos de Operações de Crédito		213.635.828,95
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta		81.745.391,57
756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta		387.840.344,09
757	Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente faz parte		597.307.150,23
759	Recursos vinculados a fundos municipais		1.766.271.594,84
799	Outras vinculações legais - Inclusive CEPACs e Op. Urbanas Consorciadas		5.522.701.566,92
	Recursos Vinculados à Previdência Social		1.495.621.589,16
800	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		1.057.617.273,06
801	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		438.004.316,10
	Outros Recursos Vinculados		95.191.214,55
899	Outros Recursos Vinculados		95.191.214,55

Indicadores Patrimoniais

Liquidez Imediata (LI): Indica a capacidade financeira de o Município honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, com os recursos disponíveis em caixa e em bancos. Em 2023, observou-se um índice de 0,35:

Liquidez Imediata (LI)	Caixa e Equivalentes	=	30.131.713.836,83	=	0,35
	Passivo Circulante		85.885.343.565,22		

Entretanto, a PMSP possui em seu Passivo Circulante o saldo de R\$ 4,63 bilhões referente ao Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais e Administrativos (LC 151/2015) e o valor de R\$ 319,5 milhões referente às contas I e II mantidas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para pagamento de precatórios, cujas obrigações não serão pagas com recursos do caixa. Assim, apresentamos o índice de Liquidez Imediata recalculado de 0,37:

Liquidez Imediata (Recalculada)	Caixa e Equivalentes	=	30.131.713.836,83	=	0,37
	Passivo Circulante *		80.939.888.691,22		

* Passivo Circulante deduzido dos saldos das contas 1.1.3.5.1.02 referente ao Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais (LC nº 151/2015) e conta 1.1.3.5.1.08 referente aos recursos custodiados no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP para pagamento de precatórios relativos à EC62/09, cujas obrigações não serão pagas com recursos do caixa.

Liquidez Corrente (LC): Demonstra quanto o Município poderá dispor em recursos a curto prazo para pagar suas dívidas circulantes. Em 2023, observou-se um índice de 0,56:

Liquidez Corrente (LC)	Ativo Circulante	=	48.451.515.504,41	=	0,56
	Passivo Circulante		85.885.343.565,22		

Liquidez Seca (LS): Demonstra quanto o Município poderá dispor de recursos circulantes sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer frente às suas obrigações de curto prazo. Em 2023, observou-se um índice de 0,55:

Liquidez Seca (LS)	Ativo Circulante (-) Itens Não Monetários*	=	47.026.461.777,82	=	0,55
	Passivo Circulante		85.885.343.565,22		

* Ativo Circulante, deduzidos os Estoques e VPD Pagas Antecipadamente

Liquidez Geral (LG): A Liquidez Geral ou índice de solvência geral é a medida que demonstra a capacidade do Município em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo. Em 2023, observou-se um índice de 0,65:

Liquidez Geral (LG)	Ativo Circulante (+) Ativo Realizável a LP	=	200.981.077.584,53	=	0,65
	Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante		310.439.224.004,76		

Índice de Solvência (IS): Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro. Em 2023, observou-se um índice de 0,76:

Índice de Solvência (IS)	Ativo Circulante (+) Ativo não Circulante	=	235.549.991.023,74	=	0,76
	Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante		310.439.224.004,76		

Endividamento Geral (EG): Esse índice demonstra o grau de endividamento do Município. Reflete ainda a sua estrutura de capital. Em 2023, observou-se um índice de 1,32:

Endividamento Geral (EG)	Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante	=	310.439.224.004,76	=	1,32
	Ativo Total		235.549.991.023,74		

Composição do Endividamento (CE): Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo. Em 2023, observou-se um índice de 0,28:

Composição do Endividamento (CE)	Passivo Circulante	=	85.885.343.565,22	=	0,28
	Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante		310.439.224.004,76		

Resultado Patrimonial do Período

O resultado patrimonial é apurado através da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD). Esta demonstração evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. O resultado patrimonial deve ser analisado em conjunto com outros indicadores, tendo em vista que o Município não tem como finalidade a obtenção de lucro e sim de disponibilizar bens e prestar serviços à população paulistana.

Em 2023, as variações patrimoniais aumentativas totalizaram R\$ 287,76 bilhões e as diminutivas R\$ 354,43 bilhões, decorrendo em resultado patrimonial negativo no período de R\$ 66,67 bilhões:

Exercício 2023	
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	Variações Patrimoniais Diminutivas (II)
R\$ 287.758.185.107,53	R\$ 354.430.344.207,93
Resultado Patrimonial do Período = (I - II)	
	-R\$ 66.672.159.100,40

Segregando a análise do resultado patrimonial, observa-se que a administração direta apresentou resultado de R\$ 197,75 bilhões (negativo), a administração indireta de R\$ 1,85 bilhão (positivo) e o RPPS (FUNFIN/FUNPREV) de R\$ 129,22 bilhões (positivo), conforme quadro a seguir:

Administração Direta		Administração Indireta		Consolidado	
Resultado Patrimonial	-197,75 bilhões	Resultado Patrimonial	1,85 bilhões	Resultado Patrimonial	-66,67 bilhões
		RPPS (FUNFIN/FUNPREV)			
		Resultado Patrimonial	129,22 bilhões		

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas estão segregadas a seguir, em que se observa uma diminuição de 37,8% no total das VPA e uma diminuição de 5,7% no total das VPD, na comparação do exercício de 2023 com 2022.

Houve a reversão da provisão matemática atuarial no FUNFIN e a constituição da provisão na PMSP (administração direta), impactando na demonstração de valores expressivos nas contas “Outras VPAs” (Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo) e “Outras VPDs” (Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo).

em R\$				
Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	56.956.661.436,68	51.401.674.339,06	10,8%	19,79%
Contribuições	9.135.101.106,51	7.523.506.124,48	21,4%	3,17%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.378.323.737,66	1.719.919.962,83	-19,9%	0,48%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	30.040.749.433,77	30.096.897.953,33	-0,2%	10,44%
Transferências e Delegações Recebidas	35.466.290.490,60	35.845.366.163,03	-1,1%	12,33%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.185.300.999,05	28.359.195.800,65	-95,8%	0,41%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	153.595.757.903,26	307.948.509.013,86	-50,1%	53,38%
Total	287.758.185.107,53	462.895.069.357,24	-37,8%	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R\$				
Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Pessoal e Encargos	(25.143.064.936,68)	(20.484.044.608,55)	22,7%	7,1%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	(13.161.461.463,43)	(15.449.190.356,09)	-14,8%	3,7%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	(31.525.958.765,78)	(21.234.939.879,68)	48,5%	8,9%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	(7.420.660.508,82)	(6.926.938.295,66)	7,1%	2,1%
Transferências e Delegações Concedidas	(39.989.609.482,00)	(37.708.533.092,48)	6,0%	11,3%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	(27.397.860.147,45)	(26.528.047.118,65)	3,3%	7,7%
Tributárias	(778.681.819,98)	(802.417.066,37)	-3,0%	0,2%
Custo das Mercadorias Vendidas	(16.022.088,98)	(29.333.345,45)	-45,4%	0,0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	(208.997.024.994,81)	(246.631.789.015,57)	-15,3%	59,0%
Total	(354.430.344.207,93)	(375.795.232.778,50)	-5,7%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Segregando a composição das contas Outras Variações Patrimoniais Aumentativas e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, destacam-se os saldos de maior relevância, que se encontram demonstrados a seguir:

		em R\$	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício 2023	% s/ Total	
* Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	74.556.827.038,31	48,5%	
Valor Atual da Contrib. Compl. e dos Recursos Vinculados por Lei para Cobertura do Deficit Atuarial	70.897.478.380,13	46,2%	
Multas de Trânsito	2.767.225.297,54	1,8%	
Demais Multas	1.664.034.318,20	1,1%	
Resultado Positivo Equivalência Patrimonial	1.485.176.024,44	1,0%	
Outorga Onerosa FUNDURB	912.084.113,22	0,6%	
Indenizações e Restituições	385.854.585,68	0,3%	
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	147.654.768,18	0,1%	
Compensação Financeira entre Regimes Próprios	6.136.338,62	0,0%	
Demais Contas	773.287.038,94	0,5%	
Total	153.595.757.903,26	100,0%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

* Em 2023, houve a reversão da provisão matemática atuarial no FUNFIN e a constituição da provisão na PMSP (administração direta), impactando na demonstração de valores expressivos neste grupo

		em R\$	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício 2023	% s/ Total	
* Provisões Matemáticas Previdenciárias	133.311.836.542,39	63,8%	
Valor Atual da Contrib. Compl. e dos Recursos Vinculados por Lei para Cobertura do Deficit Atuarial	70.897.478.380,13	33,9%	
Outros Incentivos	295.282.885,75	0,1%	
Resultado Negativo Equivalência Patrimonial	138.945.905,21	0,1%	
Subvenção Econômica	34.863.922,00	0,0%	
Premiações	11.985.507,95	0,0%	
Demais Contas	4.280.523.427,83	2,0%	
Demais Provisões	26.108.423,55	0,0%	
Total	208.997.024.994,81	100,0%	

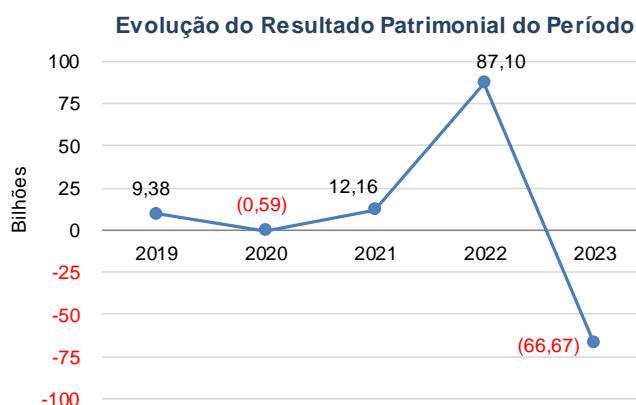
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

* Em 2023, houve a reversão da provisão matemática atuarial no FUNFIN e a constituição da provisão na PMSP (administração direta), impactando na demonstração de valores expressivos neste grupo

Na evolução do Resultado Patrimonial dos últimos exercícios observa-se os seguintes resultados:

Ano	Resultado Patrimonial do Período
2019	R\$ 9.382.499.541
2020	-R\$ 588.929.013
2021	R\$ 12.159.600.998
2022	R\$ 87.099.836.579
2023	-R\$ 66.672.159.100

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

É o resultado da relação entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Em 2023, observou-se o quociente de 0,81:

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	VPA	=	$\frac{287.758.185.107,53}{354.430.344.207,93}$	=	0,81
	VPD				

Análise Financeira

A situação financeira do Município de São Paulo poderá ser analisada através de informações extraídas do Balanço Financeiro que demonstra a apuração do resultado financeiro do exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Ingressos

Os ingressos, obtidos por meio do Balanço Financeiro, estão segregados em administração direta e indireta, totalizaram o montante de R\$ 194,8 bilhões no exercício de 2023, correspondendo a um aumento de 7,5% se comparado aos ingressos do exercício anterior.

Ingressos	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Receitas Orçamentárias	R\$ 85.657.581.902	R\$ 14.812.006.410	R\$ 100.469.588.312
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.216.855.657	R\$ 3.348.212.163	R\$ 4.565.067.821
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 48.701.363.075	R\$ 2.276.777.732	R\$ 50.978.140.807
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 36.859.449.275	R\$ 1.902.693.598	R\$ 38.762.142.873
Total	R\$ 172.435.249.910	R\$ 22.339.689.903	R\$ 194.774.939.813

- **Receita Orçamentária** – corresponde às receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e classificam-se em receitas ordinárias⁸ e receitas vinculadas⁹. As receitas orçamentárias arrecadadas em 2023 alcançaram o montante de R\$ 100,5 bilhões, apresentando um aumento de 8,5%, se comparado ao exercício anterior. Na segregação por Fonte de Recursos, observa-se que as Fontes Ordinárias representam 68,6% e as Fontes Vinculadas representam 31,4% do total.

Em 2023 houve a criação da fonte de recurso “Previdência Social”, vinculada ao Fundos FUNFIN e FUNPREV, resultando em uma redução de 99,3% na fonte “Recursos Próprios da Administração Indireta”, onde, anteriormente eram registrados os recursos dos respectivos fundos.

⁸ Receitas Ordinárias: possuem livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

⁹ Receitas Vinculadas: cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

em R\$				
Receita Orçamentária	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Ordinária	68.933.605.257,64	73.200.573.750,46	-5,8%	68,6%
Tesouro Municipal	68.126.747.443,56	63.371.045.803,69	7,5%	67,8%
Recursos Próprios da Administração Indireta	69.316.513,17	9.436.382.065,30	-99,3%	0,1%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	737.541.300,91	393.145.881,47	87,6%	0,7%
Vinculada	31.535.983.054,37	19.392.324.635,41	62,6%	31,4%
Operações de Crédito	380.108.742,84	121.859.061,84	211,9%	0,4%
Transferências Federais	4.285.002.446,00	3.882.116.949,74	10,4%	4,3%
Transferências Estaduais	895.430.880,43	1.106.915.019,77	-19,1%	0,9%
Fundo Constitucional de Educação	6.599.253.759,46	6.825.572.178,47	-3,3%	6,6%
Outras Fontes	136.999.595,50	181.325.902,23	-24,4%	0,1%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	4.627.112.431,42	5.925.513.118,58	-21,9%	4,6%
Alienação de Bens Ativos	420.359.375,68	27.927.237,86	1405,2%	0,4%
Depósitos Judiciais	907.798.795,07	1.256.358.306,13	-27,7%	0,9%
Previdência Social	13.283.917.027,97	-	0,0%	13,2%
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	-	64.736.860,79	-100,0%	0,0%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	-	-	0,0%	0,0%
Total	100.469.588.312,01	92.592.898.385,87	8,5%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A Receita Orçamentária no Balanço Financeiro apresenta-se pelo valor líquido, considerando as receitas dedutoras e as desvinculações.

Neste contexto, segue o quadro comparativo do total das deduções da receita por Fonte de Recursos, ocorridas em 2023 e no exercício anterior, em que se observou um aumento 7,5%, totalizando R\$ 3,4 bilhões de deduções:

em R\$				
Deduções por Fonte de Recursos	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Tesouro Municipal	(3.334.322.132,07)	(3.079.336.939,61)	8,3%	97,0%
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	(90.796.663,20)	(116.925.554,39)	-22,3%	2,6%
Fundo Constitucional da Educação	(9.927.619,70)	(195.829,55)	4969,5%	0,3%
Previdência Social	(2.915.356,68)	-	0,0%	0,1%
Transferências Estaduais	(100.000,00)	-	0,0%	0,0%
Transferências Federais	-	(500.000,00)	-100,0%	0,0%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	-	(40.131,76)	-100,0%	0,0%
Alienação de Bens/ Ativos	-	(10.615,50)	-100,0%	0,0%
Outras Fontes	-	(5.271,75)	-100,0%	0,0%
Total	(3.438.061.771,65)	(3.197.014.342,56)	7,5%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 93/2016, ficou estabelecida a desvinculação de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, de 30% das receitas dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Por meio do Decreto nº 57.380/2016 e alterações, a Prefeitura de São Paulo regulamentou a desvinculação das receitas do Município, cujo detalhamento consta das Notas Explicativas deste Relatório. No exercício de 2023, as desvinculações autorizadas pelas Portarias SF nº 310/2023 e 16/2024 totalizaram R\$ 1,1 bilhão.

Além das desvinculações citadas no parágrafo anterior, encontram-se demonstradas no quadro a seguir as vinculações destinadas ao Fundo Especial para a Modernização da

Administração Tributária e da Administração Fazendária no Município de São Paulo – FEMATF¹⁰, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda – SF, instituído pela Lei nº 17.719, de 26 de novembro de 2021. Com base no inciso I, Art. 36 da referida Lei, constituirão receitas do FEMATF 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) do produto da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS:

em R\$					
Desvinculações por Fonte de Recursos	Valor Realizado	Portarias de Desvinculação (DE)	Portarias de Desvinculação (PARA)	* Vinculação FEMATF	Valor Realizado após Desvinculações
Tesouro Municipal	67.070.602.058,57	-	1.110.915.878,29	(54.770.493,30)	68.126.747.443,56
Recursos Próprios da Administração Indireta	69.316.513,17	-	-	-	69.316.513,17
Recursos Próprios da Empresa Dependente	737.541.300,91	-	-	-	737.541.300,91
Operações de Crédito	380.108.742,84	-	-	-	380.108.742,84
Transferências Federais	4.285.002.446,00	-	-	-	4.285.002.446,00
Transferências Estaduais	895.430.880,43	-	-	-	895.430.880,43
Fundo Constitucional de Educação	6.599.253.759,46	-	-	-	6.599.253.759,46
Outras Fontes	137.082.476,80	(82.881,30)	-	-	136.999.595,50
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	5.683.174.935,11	(1.110.832.996,99)	-	54.770.493,30	4.627.112.431,42
Alienação de Bens/ Ativos	420.359.375,68	-	-	-	420.359.375,68
Depósitos Judiciais	907.798.795,07	-	-	-	907.798.795,07
Previdência Social	13.283.917.027,97	-	-	-	13.283.917.027,97
Total	100.469.588.312,01	(1.110.915.878,29)	1.110.915.878,29	-	100.469.588.312,01

* Com base no inciso I, Art. 36 da Lei nº 17.719, de 26 de novembro de 2021, constituirão receitas do FEMATF 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) do produto da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Transferências Financeiras Recebidas** – refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Em 2023, totalizaram R\$ 4,6 bilhões, apresentando um decréscimo de 38,0% se comparado ao montante do exercício anterior, em decorrência da redução de aportes de recursos para o RPPS no montante de R\$ 3,5 bilhões.

Uma análise mais detalhada, demonstrando as transferências recebidas por empresas da administração direta e indireta, consta das Notas Explicativas deste Relatório.

em R\$				
Transferências Financeiras Recebidas	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Para Execução Orçamentária	4.332.864.296,22	3.591.375.260,47	20,6%	94,9%
Independentes de Execução Orçamentária	29.912.024,50	28.423.156,42	5,2%	0,7%
Para Aportes de Recursos para o RPPS	202.291.499,82	3.739.483.055,88	-94,6%	4,4%
Para Aportes de Recursos Para o RGPS	-	-	0,0%	0,0%
Total	4.565.067.820,54	7.359.281.472,77	-38,0%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Recebimentos Extraorçamentários** – compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como os ingressos de recursos relativos às fianças, cauções, consignações em folha, retenções e à inscrição de restos a pagar, dentre outros.

¹⁰ Lei nº 17.719/2021 - Art. 34. Fica instituído o Fundo Especial para a Modernização da Administração Tributária e da Administração Fazendária no Município de São Paulo – FEMATF, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda – SF, com o objetivo de garantir o perene aperfeiçoamento da Administração Tributária e da Administração Fazendária, com os recursos necessários para investimentos no aprimoramento de suas atividades, para a melhoria da estrutura operacional e das condições materiais da secretaria, bem como o contínuo aprimoramento profissional de seus servidores.

Em 2023, totalizaram R\$ 51,0 bilhões, apresentando um aumento de 0,3%, se comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

em R\$				
Recebimentos Extraorçamentários	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	8.531.675.113,12	9.791.591.606,99	-12,9%	16,7%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.350.817.840,69	407.254.120,14	231,7%	2,6%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.792.249.488,42	8.965.300.736,72	-1,9%	17,2%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	32.303.398.365,18	31.683.996.335,83	2,0%	63,4%
Total	50.978.140.807,41	50.848.142.799,68	0,3%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A inscrição em Restos a Pagar no exercício de 2023 totalizou R\$ 9,9 bilhões e está segregada em Restos a Pagar Não Processados (Não Liquidados a Pagar) no valor de R\$ 8,5 bilhões e em Restos a Pagar Processados (Liquidados a Pagar) no valor líquido de R\$ 1,4 bilhão. A seguir, consta o detalhamento dos valores inscritos em restos em 2023, segregados por órgãos:

Órgão	Total Liquidado a Pagar				Saldo a Pagar (e) = (c + d)
	Liquidado a Pagar (Valores Brutos) (a)	(-) Valor das Retenções (b)	Liquidado a Pagar (Valores Líquidos) (c) = (a - b)	Não Liquidado a Pagar (d)	
Secretaria Municipal de Educação	603.434.568,47	3.493.697,76	599.940.870,71	1.318.935.843,93	1.918.876.714,64
Fundo Municipal de Saúde	114.214.116,88	1.522.157,04	112.691.959,84	950.349.992,47	1.063.041.952,31
Secretaria Municipal das Subprefeituras	43.036.836,05	759.649,52	42.277.186,53	896.479.721,06	938.756.907,59
Fundo de Desenvolvimento Urbano	201.301.980,47	419.688,55	200.882.291,92	546.983.298,80	747.865.590,72
Secretaria Municipal de Infraes. Urbana e Obras	64.170.140,04	1.138.259,93	63.031.880,11	525.442.120,31	588.474.000,42
Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito	4.771.811,54	294,65	4.771.516,89	428.103.194,25	432.874.711,14
Secretaria Municipal de Habitação	29.541.404,50	-	29.541.404,50	314.062.660,46	343.604.064,96
Fundo Municipal de Assistência Social	68.670.187,61	1.355.704,32	67.314.483,29	241.381.739,80	308.696.223,09
Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	19.459.239,03	116.363,28	19.342.875,75	208.242.162,80	227.585.038,55
Secretaria Municipal de Cultura	18.422.379,31	240.937,32	18.181.441,99	208.586.262,30	226.767.704,29
Encargos Gerais do Município	55.188.280,41	823.832,01	54.364.448,40	168.104.981,92	222.469.430,32
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenc.	2.113.926,17	105.935,25	2.007.990,92	181.716.290,92	183.724.281,84
Fundo Municipal Limpeza Urbana	-	-	-	162.173.502,38	162.173.502,38
Secretaria do Governo Municipal	3.990.027,72	3.643,45	3.986.384,27	125.181.309,11	129.167.693,38
São Paulo Turismo	4.568.083,25	84.204,82	4.483.878,43	123.032.989,87	127.516.868,30
Demais Órgãos	143.903.870,66	15.904.643,52	127.999.227,14	2.132.899.042,74	2.260.898.269,88
Total	1.376.786.852,11	25.969.011,42	1.350.817.840,69	8.531.675.113,12	9.882.492.953,81

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Saldo do exercício anterior** – representa os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo, provenientes do exercício anterior.

em R\$	
Saldo do Exercício Anterior	Exercício 2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.465.551.251,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.296.591.621,56
Aplicações em Renda Fixa - RPPS	-
Total	38.762.142.872,68

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No início do exercício de 2023, as disponibilidades apresentavam o montante de R\$ 38,8 bilhões, com a conta Caixa e Equivalentes representando 81,2% e os Depósitos Restituíveis 18,8% do total.

Dispêndios

O resumo dos dispêndios, obtido através do Balanço Financeiro, está segregado em administração direta e indireta e totalizaram o montante de R\$ 194,8 bilhões no exercício de 2023, correspondendo a um aumento de 7,5%, se comparado aos ingressos do exercício anterior.

Dispêndios	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Despesa Orçamentária	R\$ 89.592.229.980	R\$ 17.236.983.761	R\$ 106.829.213.741
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 4.527.397.635	R\$ 37.670.186	R\$ 4.565.067.821
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 46.246.698.371	R\$ 2.056.791.169	R\$ 48.303.489.540
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 32.068.923.924	R\$ 3.008.244.787	R\$ 35.077.168.711
Total	R\$ 172.435.249.910	R\$ 22.339.689.903	R\$ 194.774.939.813

- **Despesa Orçamentária** – corresponde a toda transação que depende de autorização legislativa para ser efetivada, na forma de consignação de dotação orçamentária e classificam-se em despesas ordinárias¹¹ e em despesas vinculadas¹², de acordo com sua origem. As despesas orçamentárias executadas em 2023 alcançaram o montante de R\$ 106,8 bilhões, cuja distribuição por fonte de recursos segue demonstrada:

Despesa Orçamentária	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Ordinária	75.197.512.776,58	74.182.661.067,23	1,4%	70,4%
Tesouro Municipal	74.460.031.928,02	65.347.952.363,05	13,9%	69,7%
Recursos Próprios da Administração Indireta	53.798.430,18	8.463.232.182,55	-99,4%	0,1%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	683.682.418,38	371.476.521,63	84,0%	0,6%
Vinculada	31.631.700.964,32	16.905.679.136,13	87,1%	29,6%
Operações de Crédito	269.585.321,02	266.929.290,92	1,0%	0,3%
Transferências Federais	4.047.112.613,06	3.789.511.523,39	6,8%	3,8%
Transferências Estaduais	995.758.938,84	869.996.772,17	14,5%	0,9%
Fundo Constitucional de Educação	7.056.169.615,30	7.013.885.087,71	0,6%	6,6%
Outras Fontes	108.369.036,07	166.717.703,02	-35,0%	0,1%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	5.217.641.901,60	3.814.364.346,00	36,8%	4,9%
Alienação de Bens Ativos	22.801.944,78	-	0,0%	0,0%
Depósitos Judiciais	999.638.194,00	930.164.727,00	7,5%	0,9%
Previdência Social	12.841.327.551,06	-	0,0%	12,0%
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	71.754.100,59	51.702.039,92	38,8%	0,1%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	1.541.748,00	2.407.646,00	-36,0%	0,0%
Total	106.829.213.740,90	91.088.340.203,36	17,3%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Observa-se que a fonte Tesouro Municipal (Ordinária) corresponde a 69,7% e tem a maior representatividade em relação ao total da despesa empenhada. Entre os exercícios de 2023 e 2022, a execução das despesas orçamentárias apresentou um aumento de 17,3%.

- **Transferências Financeiras Concedidas** – compreendem as transferências de recursos para órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Sua correspondência no ente receptor, são as Transferências

¹¹ Despesas Ordinárias: compreendem as de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

¹² Despesas Vinculadas: compreendem aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

Financeiras Recebidas. Em 2023, totalizaram R\$ 4,6 bilhões, apresentando um decréscimo de 38,0%, se comparado ao montante do exercício anterior em decorrência da redução de aportes de recursos para o RPPS no montante de R\$ 3,5 bilhões.

Uma análise mais detalhada, demonstrando as transferências concedidas por empresas da administração direta e indireta, consta das Notas Explicativas deste Relatório.

em R\$				
Transferências Financeiras Concedidas	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Para Execução Orçamentária	4.332.864.296,22	3.595.369.787,56	20,5%	94,9%
Independentes de Execução Orçamentária	29.912.024,50	28.423.156,42	5,2%	0,7%
Para Aportes de Recursos para o RPPS	202.291.499,82	3.735.488.528,79	-94,6%	4,4%
Para Aportes de Recursos Para o RGPS	-	-	0,0%	0,0%
Total	4.565.067.820,54	7.359.281.472,77	-38,0%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Pagamentos Extraorçamentários** – compreendem os pagamentos não previstos no orçamento, que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Os pagamentos desta natureza, inclusive de restos a pagar, somaram R\$ 48,3 bilhões no exercício de 2023, apresentando um aumento de 9,7%, se comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

em R\$				
Pagamentos Extraorçamentários	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	6.142.341.334,86	3.404.095.483,79	80,4%	12,7%
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	395.999.946,01	262.392.923,81	50,9%	0,8%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.621.222.589,48	11.073.651.350,66	4,9%	24,1%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	30.143.925.670,02	29.302.484.475,47	2,9%	62,4%
Total	48.303.489.540,37	44.042.624.233,73	9,7%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Saldo para o Exercício Seguinte** – compreendem os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo, que se transferem para o início do exercício seguinte.

em R\$	
Saldo para o Exercício Seguinte	Exercício 2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	30.131.713.836,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.945.454.874,00
Aplicações em Renda Fixa - RPPS	-
Total	35.077.168.710,83

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As disponibilidades existentes no final do exercício de 2023 totalizaram R\$ 35,1 bilhões, apresentando uma redução de 9,5%, se comparado a exercício anterior.

Disponibilidade Financeira

A movimentação de valores ocorrida no Balanço Financeiro possibilita conhecer a situação das disponibilidades do ente público, por meio da apuração do resultado financeiro do exercício. Segue quadro demonstrando a movimentação financeira ocorrida no Balanço Financeiro, no exercício de 2023:

Movimentação Financeira	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Disponível do Exercício (Saldo Inicial)	R\$ 36.859.449.275	R\$ 1.902.693.598	R\$ 38.762.142.873
(+) Receitas Orçamentárias	R\$ 85.657.581.902	R\$ 14.812.006.410	R\$ 100.469.588.312
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.216.855.657	R\$ 3.348.212.163	R\$ 4.565.067.821
(+) Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 48.701.363.075	R\$ 2.276.777.732	R\$ 50.978.140.807
(-) Despesas Orçamentárias	-R\$ 89.592.229.980	-R\$ 17.236.983.761	-R\$ 106.829.213.741
(-) Transferências Financeiras Concedidas	-R\$ 4.527.397.635	-R\$ 37.670.186	-R\$ 4.565.067.821
(-) Pagamentos Extraorçamentários	-R\$ 46.246.698.371	-R\$ 2.056.791.169	-R\$ 48.303.489.540
Disponível para o Exercício Seguinte (Saldo Final)	R\$ 32.068.923.924	R\$ 3.008.244.787	R\$ 35.077.168.711

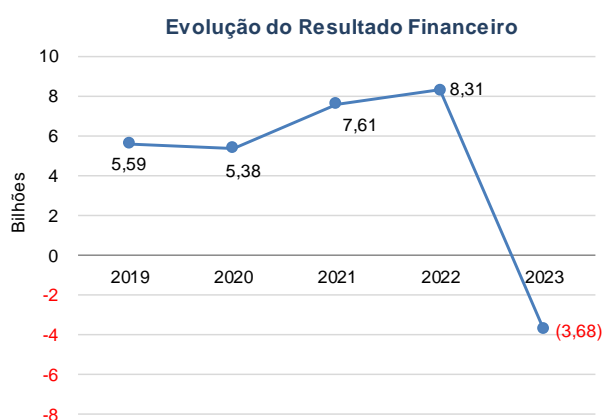
As disponibilidades do Município reduziram de R\$ 38,8 bilhões em 2022 para R\$ 35,1 bilhões em 2023, evidenciando-se um resultado financeiro negativo de R\$ 3,7 bilhões no exercício de 2023, conforme demonstrado no quadro e no gráfico a seguir:

Apuração do Resultado Financeiro	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	R\$ 32.068.923.924	R\$ 3.008.244.787	R\$ 35.077.168.711
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	-R\$ 36.859.449.275	-R\$ 1.902.693.598	-R\$ 38.762.142.873
= Resultado Financeiro do Exercício	-R\$ 4.790.525.352	R\$ 1.105.551.190	-R\$ 3.684.974.162

Nos últimos quatro anos, o resultado financeiro apresentou a evolução positiva, porém, no exercício atual observa-se um resultado negativo, conforme quadro a seguir:

Ano	Resultado Financeiro
2019	R\$ 5.588.055.623
2020	R\$ 5.379.074.704
2021	R\$ 7.605.556.055
2022	R\$ 8.310.076.748
2023	-R\$ 3.684.974.162

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, permitindo aos usuários avaliar como o ente público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Segue quadro demonstrando o resumo das movimentações ocorrida nos Fluxos de Caixa no exercício de 2023:

					em R\$	
		Fluxos de Caixa Operacionais	Investimentos	Financiamentos	Geração Líquida de Caixa e Equivalentes	
Adm. Direta	Ingressos	135.986.974.348,69	992.968.939,56	1.960.324.071,90	138.940.267.360,15	
	Desembolsos	(129.110.905.840,92)	(11.534.666.663,10)	(734.083.460,14)	(141.379.655.964,16)	
	Total - Adm. Direta	6.876.068.507,77	(10.541.697.723,54)	1.226.240.611,76	(2.439.388.604,01)	
Adm. Indireta	Ingressos	19.432.360.539,60	390.835.183,29	-	19.823.195.722,89	
	Desembolsos	(18.051.076.628,43)	(666.567.904,74)	-	(18.717.644.533,17)	
	Total - Adm. Indireta	1.381.283.911,17	(275.732.721,45)	-	1.105.551.189,72	
Total Consolidado		8.257.352.418,94	(10.817.430.444,99)	1.226.240.611,76	(1.333.837.414,29)	

- **Operacional:** compreende o ingresso de receitas originárias e derivadas, transferências recebidas e outros ingressos operacionais. Os desembolsos compreendem os relacionados às ações públicas, incluindo despesas com pessoal, juros e encargos da dívida e transferências concedidas, além dos demais fluxos que não constam como fluxo de financiamento ou de investimento.

Em 2023, o fluxo de caixa operacional apresentou um resultado positivo de R\$ 8,3 bilhões, demonstrando que o Município tem condições de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, fazer novos investimentos, etc.

Ingressos		Desembolsos	
Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 74.813.180.458	Pessoal e Demais Despesas	-R\$ 90.805.813.705
Transferências Recebidas	R\$ 26.877.347.480	Juros e Encargos da Dívida	-R\$ 109.254.014
Outros Ingressos Operacionais	R\$ 53.728.806.950	Transferências Concedidas	-R\$ 4.565.067.821
		Outros Desembolsos Operacionais	-R\$ 51.681.846.930
Total	R\$ 155.419.334.888	Total	-R\$ 147.161.982.469
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		R\$ 8.257.352.419	

- **Investimentos:** representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade. Somente as saídas de caixa que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

Em 2023, o fluxo de caixa de investimentos apresentou um saldo negativo de R\$ 10,8 bilhões em decorrência dos desembolsos terem superado os ingressos no período.

Ingressos		Desembolsos	
Alienação de Bens	R\$ 355.749.778	Aquisição de Ativo Não Circulante	-R\$ 7.267.912.596
Amortiz. Emprést. Financ. Concedidos	R\$ 24.801.621	Concessão de Empréstimos e Financ.	R\$ -
Outros Ingressos de Investimentos	R\$ 1.003.252.724	Outros Desembolsos de Investimentos	-R\$ 4.933.321.972
Total	R\$ 1.383.804.123	Total	-R\$ 12.201.234.568
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		-R\$ 10.817.430.445	

- **Financiamento:** estão inclusos neste fluxo os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos. Em 2023, o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um saldo positivo de R\$ 1,2 bilhão.

Ingressos		Desembolsos	
Operações de Crédito	R\$ 368.156.174	Amortização/Refinanciamento da Dívida	-R\$ 148.416.297
Transferências de Capital Recebidas	R\$ 684.369.103	Outros Desembolsos de Financiamentos	-R\$ 585.667.164
Outros Ingressos de Financiamentos	R\$ 907.798.795		
Total	R\$ 1.960.324.072	Total	-R\$ 734.083.460
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		R\$ 1.226.240.612	

- **Geração Líquida de Caixa:** a soma dos três fluxos corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício, denominada de Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa. Em 2023, apresentou um saldo negativo de R\$ 1,3 bilhão, observando que a geração líquida de caixa positiva das atividades operacionais foi insuficiente para cobrir a deficiência do fluxo de caixa de investimento.

Caixa e Equivalentes INICIAL	Ingressos	Desembolsos	Caixa e Equivalentes FINAL
R\$ 31.465.551.251	Operacionais R\$ 155.419.334.888	Operacionais -R\$ 147.161.982.469	R\$ 30.131.713.837
	Investimentos R\$ 1.383.804.123	Investimentos -R\$ 12.201.234.568	
	Financiamentos R\$ 1.960.324.072	Financiamentos -R\$ 734.083.460	
	Total R\$ 158.763.463.083	Total -R\$ 160.097.300.497	
		Geração Líquida de Caixa -R\$ 1.333.837.414	

Indicadores Financeiros e de Fluxos de Caixa

Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro: compreende o resultado da relação entre o Resultado Orçamentário (Receita Orçamentária – Despesa Orçamentária) e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível, que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Em 2023, observou-se o quociente de 1,73:

Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro	Resultado Orçamentário	=	(6.359.625.428,89)	=	1,73
	Resultado Financeiro		(3.684.974.161,85)		

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros: compreende o resultado da relação entre o saldo transferido para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do Resultado Financeiro sobre o Saldo em Espécie. Em 2023, observou-se o quociente de 0,90:

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo em espécie para o exercício seguinte	=	35.077.168.710,83	=	0,90
	Saldo em espécie do exercício anterior		38.762.142.872,68		

Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial: compreende o resultado da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações (CLGO) e o Resultado Patrimonial. Este índice indica a dispersão entre o Fluxo de Caixa das atividades das Operações sobre o resultado patrimonial do exercício.

Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial	CLGO	=	$\frac{8.257.352.418,94}{(66.672.159.100,40)}$	=	-0,1239
	Resultado Patrimonial				

Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida: este índice é resultante da relação entre o CLGO e o Total do Passivo. Com isso é possível verificar a parcela de obrigações a serem pagas pelos recursos gerados pela PMSP.

Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida	CLGO	=	$\frac{8.257.352.418,94}{310.439.224.004,76}$	=	0,0266
	Total do Passivo				

Quociente da Atividade Operacional: este quociente é resultante da relação entre o CLGO e o Total da Geração Líquida de Caixa. Indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída às atividades operacionais.

Quociente da Atividade Operacional	CLGO	=	$\frac{8.257.352.418,94}{(1.333.837.414,29)}$	=	-6,1907
	Geração Líquida Caixa				

Gestão Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e ao cumprimento de metas de resultado de receitas e despesas e a obediência a limites nela estabelecidos, mediante ações que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelece normas de padrões contábeis e fiscais. Neste sentido, com o objetivo de auxiliar os gestores na elaboração dos demonstrativos fiscais e consolidação das contas públicas, a STN edita, regularmente, o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, que contém regras de harmonização a serem observadas pela Administração Pública para a elaboração dos relatórios e anexos exigidos pela LRF: Anexo de Riscos Fiscais, Anexo de Metas Fiscais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Assim, observando-se o disposto no MDF, seguem os principais resultados fiscais alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2023.

Receita Corrente Líquida

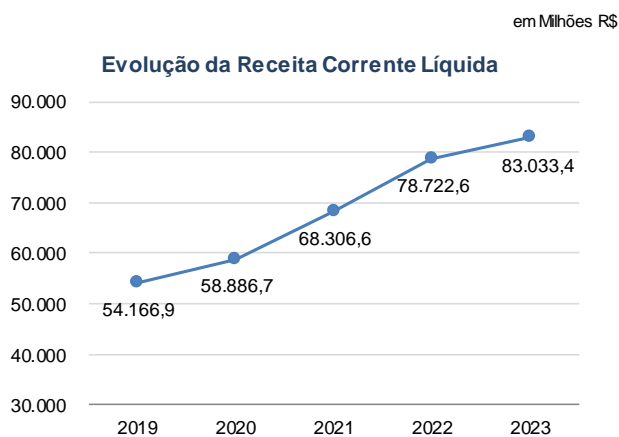
O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL no mês em referência, sua evolução nos últimos doze meses e a previsão de seu desempenho no exercício. A RCL deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores e contempla as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exhaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

O principal objetivo da RCL é servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação.

A Receita Corrente Líquida do Município de São Paulo, apurada no exercício de 2023, atingiu o montante de R\$ 83.033,4 milhões e apresentou a seguinte evolução nos últimos cinco anos:

Ano	RCL	% Acréscimo
2019	R\$ 54.166,9	-
2020	R\$ 58.886,7	8,7%
2021	R\$ 68.306,6	16,0%
2022	R\$ 78.722,6	15,2%
2023	R\$ 83.033,4	5,5%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



A partir de 2020, a Receita Corrente Líquida do Município de São Paulo utilizada para o cálculo do limite das despesas com pessoal e endividamento passou a não considerar os valores das transferências da União por emendas parlamentares individuais com o objetivo de contemplar a alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019 e o valor do montante em 2023 foi de R\$ 82.922,5 milhões.

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do RPPS que o ente da Federação mantiver ou vier a instituir, integra o RREO, o qual deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

A institucionalização do RPPS implica em estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência. As mudanças conceituais decorrentes da organização da contabilidade, que visam à transparência do patrimônio real dos beneficiários, não implicam em alterações das exigências estabelecidas na LRF e nas demais leis pertinentes.

No Município de São Paulo o ente responsável pelo RPPS é o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM.

Em 18/11/2021 houve a publicação da Emenda nº 41 à Lei Orgânica do Município de São Paulo que estabeleceu regras do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo de acordo com a Emenda à Constituição Federal nº 103/2019.

A referida Emenda nº 41/2019 dispõe em seu artigo 36 que, até que entre em vigor lei que equacione o déficit financeiro e atuarial de que trata o §1º do art. 9º da EC 103/2019, o RPPS do Município de São Paulo fica reorganizado e financiado, mediante a segregação em dois planos de custeio, sendo um fundo de repartição simples e outro de capitalização. Assim,

foram criados o Fundo Financeiro – FUNFIN (§ 4º do art. 36) e Fundo Previdenciário – FUNPREV (§ 8º do art. 36). Além disso, em 18/03/2022 houve a publicação do Decreto nº 61.151 que dispõe sobre o custeio do RPPS dos servidores públicos de São Paulo e adesão ao Regime de Previdência Complementar.

O IPREM apresentou, no exercício de 2023, os seguintes Resultados Previdenciários relativos aos Planos Previdenciário e Financeiro:

Especificação	Valor (em Milhões R\$)
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Total das Receitas Previdenciárias	R\$ 1.936,30
Total das Despesas Previdenciárias	-R\$ 6.343,40
Resultado Previdenciário	-R\$ 4.407,10
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Total das Receitas Previdenciárias	R\$ 6.669,60
Total das Despesas Previdenciárias	-R\$ 6.515,50
Resultado Previdenciário	R\$ 154,10

Fonte: IPREM

Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal

A apuração dos Resultados Primário e Nominal tem como objetivo verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas conforme planejado. As metas fiscais são o elo entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Dessa forma, segundo o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de Resultado Primário ou Nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conforme descrito no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF – 13ª edição, o demonstrativo conterá a apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal, por meio das metodologias “acima da linha” e “abaixo da linha”.

A metodologia “acima da linha” apura os valores das receitas e despesas primárias, discriminadas em correntes e de capital, o Resultado Primário “acima da linha (com e sem RPPS)”, a discriminação da meta de Resultado Primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, o saldo de exercícios anteriores, a reserva orçamentária do RPPS, os juros e encargos ativos e passivos, o Resultado Nominal (sem RPPS) “acima da linha”, e a discriminação da meta de Resultado Nominal (sem RPPS) estabelecida no Anexo de Metas Fiscais.

A metodologia “abaixo da linha” contém valores do cálculo da dívida consolidada, das deduções e da dívida consolidada líquida, o Resultado Nominal (sem RPPS) “abaixo da linha”, o valor relativo aos ajustes metodológicos (quais sejam, a variação do saldo de restos a pagar processados, Receita de Alienação de Investimentos Permanentes, Variação Cambial, Variação do Saldo de Precatórios Integrantes da DC, Variação do Saldo das Demais Obrigações Integrantes da Dívida Consolidada e Outros Ajustes), o Resultado Nominal ajustado (sem RPPS) – “abaixo da linha”, os juros ativos e passivos, e o Resultado Primário (sem RPPS) – abaixo da linha.

Portanto, houve alteração na forma de cálculo dos Resultados Primário e Nominal, com o objetivo de apresentar separadamente os valores do RPPS, então, pela nova metodologia, devem ser consideradas as receitas e as despesas intraorçamentárias e devem ser segregadas as receitas e despesas orçamentárias realizadas com fontes do RPPS, procedimentos esses que não estavam contemplados na metodologia anterior.

A forma de apresentação dos Resultados Primário e Nominal são convergentes, ou seja, os resultados com sinal positivo, tanto para o Resultado Primário quanto para o Resultado Nominal, serão considerados superavit e o sinal negativo será considerado deficit.

Para fins de avaliação do cumprimento das metas de Resultados Primário e Nominal no exercício de 2023, foram considerados os valores do Resultado Primário apurado sem o impacto do RPPS pelo método “acima da linha”, e a utilização da metodologia “abaixo da linha” (sem RPPS) para avaliação do Resultado Nominal, em conformidade com a 13ª edição Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

Resultado Primário

O Resultado Primário é obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias de um dado período que impactam efetivamente a dívida estatal. Pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública. De acordo com a 13ª edição do MDF, válida para o exercício de 2023, para fins de apuração do Resultado Primário, as receitas e as despesas intraorçamentárias deverão ser incluídas no cálculo das receitas e das despesas primárias respectivamente

Na apuração, superavits primários representam aumentos de disponibilidades de caixa, os quais são deduzidos da dívida consolidada para fins do cálculo da dívida consolidada líquida. Em contrapartida, deficits primários têm como consequência a diminuição das disponibilidades de caixa em um período de apuração e a consequente diminuição do montante a ser deduzido da Dívida Consolidada para fins do cálculo da Dívida Consolidada Líquida.

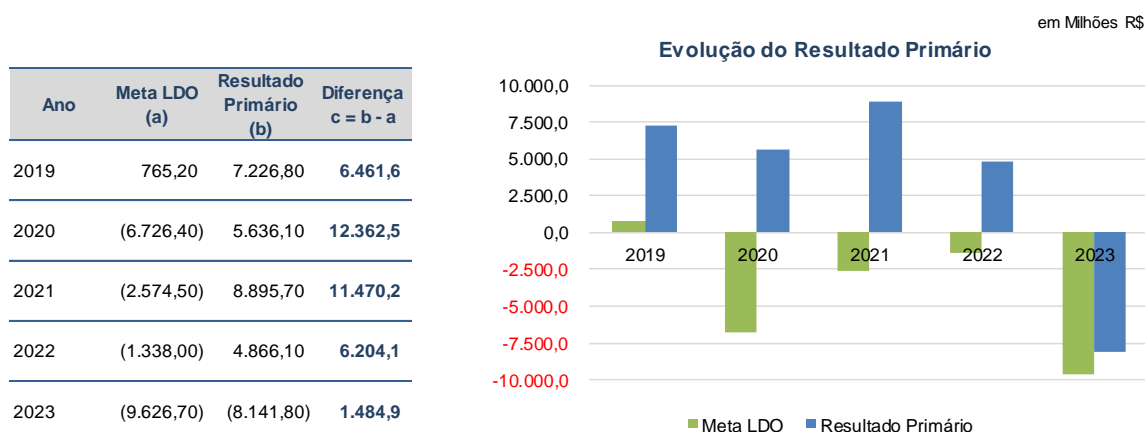
A meta do Resultado Primário para o exercício de 2023, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 17.839/2022), e atualizada pelo art. 46 da Lei 17.976/2023 (LDO 2024) e pelo art. 17 da Lei 18.063/2023 (LOA 2024), foi de R\$ 9.626,7 milhões negativos. Ao final do exercício, o Resultado Primário obtido pelo critério “acima da linha apurado sem o impacto do RPPS”, que representa a diferença entre as receitas primárias totais realizadas e as despesas primárias totais pagas foi de R\$ 8.141,8 milhões negativos, superando a meta estabelecida para o exercício em R\$ 1.484,9 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Especificação		Receitas Primárias	Despesas Primárias	Resultado Primário (sem RPPS)
Correntes		R\$ 79.141,10	-R\$ 78.032,90	R\$ 1.108,20
Capital		R\$ 2.951,20	-R\$ 12.201,20	-R\$ 9.250,00
Total		R\$ 82.092,30	-R\$ 90.234,10	-R\$ 8.141,80

(em Milhões R\$)

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

No demonstrativo a seguir, observa-se o comportamento do Resultado Primário dos últimos anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:



Obs: A partir do exercício de 2023, a avaliação da meta passou para a metodologia acima da linha (SEM RPPS).

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Resultado Nominal

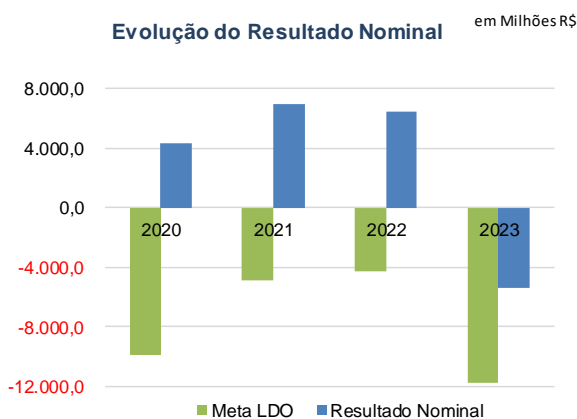
O Resultado Nominal representa a variação da Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do Resultado Primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos). A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa e os demais haveres financeiros.

A partir do exercício de 2023, a meta do Resultado Nominal passou a ser definida e acompanhada pela metodologia “abaixo da linha” (sem RPPS) e, quando da avaliação do exercício, comparada com o valor apurado no Resultado Nominal “abaixo da linha” (sem RPPS).

A meta do Resultado Nominal para o exercício de 2023, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 17.839/2022), e atualizada pelo art. 46 da Lei 17.976/2023 (LDO 2024) e pelo art. 17 da Lei 18.063/2023 (LOA 2024), foi de R\$ 11.802,7 milhões negativos. Ao final do exercício, o Resultado Nominal obtido pelo critério “abaixo da linha” foi de R\$ 5.402,0 milhões negativos, indicando que houve uma diminuição da Dívida Consolidada Líquida, superando a meta para o exercício em R\$ 6.400,7 milhões.

No demonstrativo a seguir, observa-se o comportamento do Resultado Nominal dos últimos anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Ano	Meta LDO (a)	Resultado Nominal (b)	Diferença c = b - a
2019	(2.296,3)	5.079,2	7.375,5 (1)
2020	(9.896,2)	4.319,6	14.215,8 (1)
2021	(4.902,7)	6.964,4	11.867,1 (1)
2022	(4.253,6)	6.489,8	10.743,4 (1)
2023	(11.802,7)	(5.402,0)	6.400,7 (2)



Notas:

(1) A partir do exercício de 2019, a avaliação da meta passou para a metodologia acima da linha.

(2) A partir do exercício de 2023, a avaliação da meta passou para a metodologia abaixo da linha (SEMRPPS).

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

O Demonstrativo apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

A apresentação deste demonstrativo está prevista no ordenamento jurídico. O art. 72 da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e alterações, prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição Federal. O art. 165 da Constituição determina a publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Adicionalmente, o art. 52 da LRF, reafirma o prazo de publicação e informa a sua abrangência.

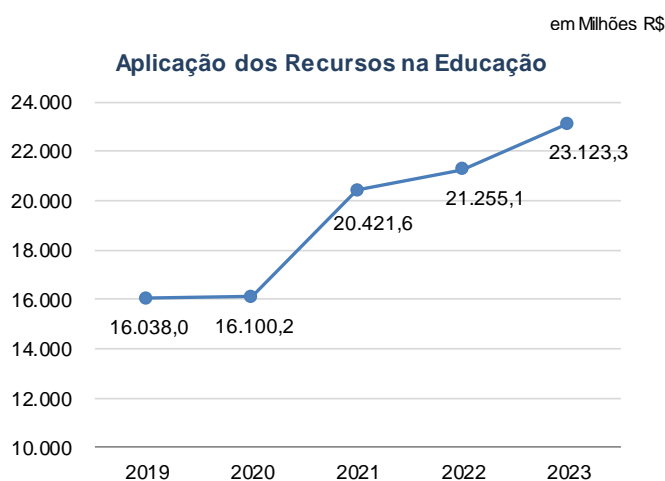
O art. 212 da Constituição Federal estabelece aos Municípios a aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Entretanto, de acordo com o art. 208 da Lei Orgânica, o Município de São Paulo aplicará, anualmente, no mínimo 31% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva. Porém, com a publicação da Lei nº 16.271/2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação de São Paulo, em seu anexo único, ampliou o percentual mínimo de 31% para 33%.

Em 2023, a despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Educação Inclusiva totalizaram R\$ 23.123,3 milhões, representando 35,26% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências, e, nos últimos anos, apresentou a seguinte evolução:

Ano	Aplicação dos Recursos na Educação	% Gasto Educação
2019	R\$ 16.038,0	36,38%
2020	R\$ 16.100,2	35,36%
2021 *	R\$ 20.421,6	36,52%
2022	R\$ 21.255,1	34,74%
2023	R\$ 23.123,3	35,26%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

* Demonstrativo de 2021 republicado no DOC em 15/02/2022, tendo seu percentual ajustado de 35,23% para 36,52%



Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS integra o RREO em cumprimento ao art. 35 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o qual determina que as receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde serão apuradas e publicadas em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

O Demonstrativo tem por finalidade dar transparência e comprovar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde conforme estabelece os artigos 5º a 11 da LC nº 141/2012, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

As despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos

movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde. Inclusive o repasse da parcela dos recursos de impostos e transferências constitucionais que os entes da federação devem aplicar em ASPS será feito diretamente ao respectivo Fundo de Saúde e, no caso da União, também às demais unidades orçamentárias do Ministério da Saúde.

Em 2023, a despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu o montante de R\$ 16.771,7 milhões, representando 25,60% do total das receitas correntes nos termos da LC nº 141/2012, que prevê uma despesa mínima de 15% das receitas arrecadadas, demonstrando que o percentual gasto atende e supera o dispositivo constitucional, conforme pode ser observado no demonstrativo a seguir:

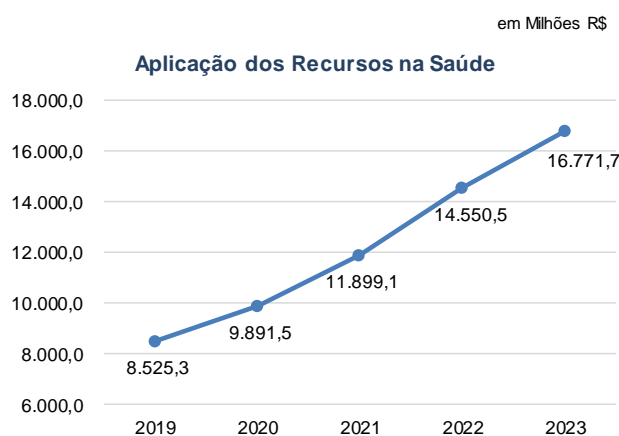
Aplicação de Recursos na Saúde	Valor
Receitas	R\$ 65.517.412.178,12
Receita de Impostos	R\$ 51.357.709.909,22
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	R\$ 14.159.702.268,90
Despesas	R\$ 16.771.704.548,55
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	R\$ 16.771.704.548,55
Percentual de Aplicação (Despesas / Receitas)	25,60%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

A seguir, os valores e percentuais da aplicação de recursos na Saúde nos últimos cinco anos:

Ano	Aplicação dos Recursos na Saúde	% Gasto Saúde
2019	8.525,3	19,37%
2020	9.891,5	21,79%
2021	11.899,1	21,29%
2022	14.550,5	23,80%
2023	16.771,7	25,60%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Demonstrativo da Despesa com Pessoal

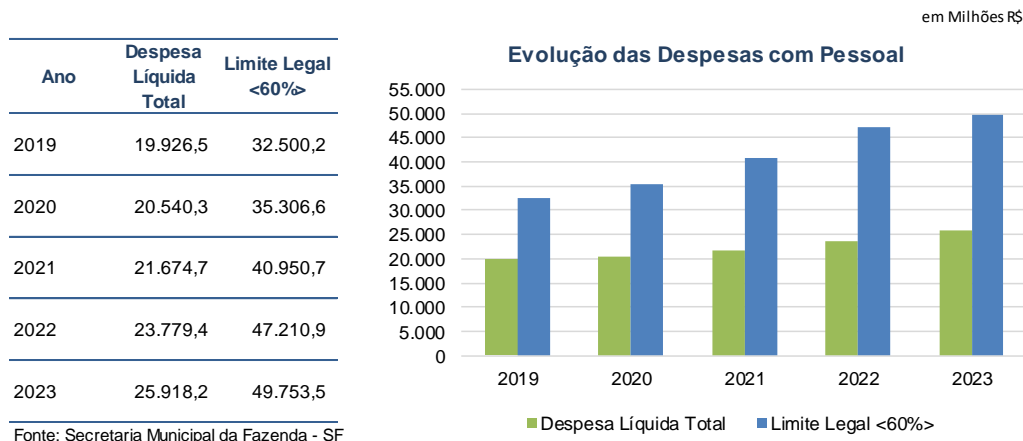
O Demonstrativo da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, conferida na forma da Constituição, quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Deverá ser elaborado pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais. Na esfera municipal, a despesa total com pessoal não poderá exceder o limite de 60% a ser aplicado sobre a receita corrente líquida, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

Em 2023, a despesa com pessoal consolidada realizada foi de R\$ 25.918,2 milhões, o que representou 31,3% da RCL. Este percentual congrega 30,0% do Poder Executivo e 1,3% do Poder Legislativo, sendo que esses percentuais estão abaixo dos 60% do Limite Legal e dos 57% do Limite Prudencial, estabelecidos pela LRF.

em Milhões R\$					
Despesa com Pessoal	2019	2020	2021	2022	2023
Poder Executivo (a)	19.154,2	19.761,6	20.895,9	22.821,1	24.856,3
Poder Legislativo (b)	772,3	778,7	778,8	958,3	1.061,9
Despesa Líquida Total (c) = (a+b)	19.926,5	20.540,3	21.674,7	23.779,4	25.918,2
Receita Corrente Líquida (d)	54.166,9	58.844,3	68.251,1	78.684,8	82.922,5
%Gasto com Pessoal (e) = (c/d)	36,8	34,9	31,8	30,2	31,3
Limite Legal <60%>	32.500,2	35.306,6	40.950,7	47.210,9	49.753,5
Limite Prudencial<95%> do limite legal	30.875,2	33.541,3	38.903,1	44.850,3	47.265,8

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como dos não vinculados. O objetivo do demonstrativo é dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

Para o exercício de 2023, a Disponibilidade de Caixa Líquida (Disponibilidade de Caixa Bruta menos as Obrigações Financeiras) totalizou o montante de R\$ 30.131,7 milhões. Após a inscrição dos Restos a Pagar não Processados, a Disponibilidade de Caixa restante foi de R\$ 16.224,7 milhões.

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras	Disponibilidade de Caixa Líquida (ANTES da inscrição em RPNP)	RPNP do Exercício	Disponibilidade de Caixa Líquida (APÓS a inscrição em RPNP)
Recursos Não Vinculados	R\$ 12.696.977.330	R\$ 2.904.802.753	R\$ 9.792.174.577	R\$ 6.661.098.595	R\$ 3.131.075.983
Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS)	R\$ 15.872.665.392	R\$ 2.451.873.594	R\$ 13.420.791.799	R\$ 1.820.190.386	R\$ 11.600.601.413
Recursos Vinculados ao RPPS	R\$ 1.562.071.114	R\$ 18.680.732	R\$ 1.543.390.382	R\$ 50.386.133	R\$ 1.493.004.249
Total	R\$ 30.131.713.837	R\$ 5.375.357.079	R\$ 24.756.356.758	R\$ 8.531.675.113	R\$ 16.224.681.645

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Nas Obrigações Financeiras estão contemplados os valores de R\$ 1.017,3 milhões referentes a Créditos de Levantamentos Judiciais, que somente serão reconhecidos como Receita Orçamentária após a identificação por parte da PGM/SMJ, conforme Nota Técnica Conjunta SF/DECON/DEFIN nº 01, de 29/02/2016.

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações para fins de transparência e deverá ser elaborado pelo Poder Executivo, em todos os quadrimestres, e pelos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, somente no último quadrimestre.

A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos seguintes demonstrativos: da Despesa com Pessoal; da Dívida Consolidada Líquida; das Garantias e Contragarantias de Valores; das Operações de Crédito e dos Restos a Pagar.

Segue o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado referente ao 3º Quadrimestre/2023:

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2023

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida			83.033.361.858,59
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			82.922.524.310,59
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			82.922.524.310,59
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		25.918.199.832,23	31,26%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%		49.753.514.586,35	60,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57%		47.265.838.857,04	57,00%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 54%		44.778.163.127,72	54,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida		(3.112.541.135,31)	-3,75%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		99.507.029.172,71	120,00%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas		-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		18.242.955.348,33	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas		364.306.173,68	0,44%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		13.267.603.889,69	16,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		5.804.576.701,74	7,00%
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		8.531.675.113,12	16.224.681.644,89

Fonte: SOF (RGF - Demonstrativos da Dívida Consolidada, das Operações de Crédito, das Garantias e Contragarantias e das Despesas com Pessoal)

Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

Introdução

Instituído em 1909 com o nome de Montepio Municipal de São Paulo¹³, o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM é uma autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito público, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sede e foro no Município de São Paulo, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda e quadro de servidores sob o regime jurídico estatutário.

O IPREM, desde sua concepção em 1909 até 2005, esteve direcionado exclusivamente à análise, concessão e pagamento de pensões. Com a edição da Lei Municipal nº 13.973, de 12 de maio de 2005, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 46.860, de 27 de dezembro de 2005, o IPREM passa a ser o único órgão gestor das aposentadorias e pensões, responsável pelo processamento dos dados, concessão e pagamento desses benefícios devidos pelo Município¹⁴. Portanto, é a partir da Lei nº 13.973 que fica instituído o RPPS no Município de São Paulo¹⁵. A atual estrutura organizacional do IPREM foi estabelecida pelo Decreto nº 62.556, de 12 de julho de 2023.

A Portaria nº 1.467 assim define RPPS¹⁶:

Regime Próprio de Previdência Social é o regime de previdência instituído no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios até 13 de novembro de 2019, data de publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que assegure, por lei, aos seus segurados, os benefícios de aposentadorias e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.

Em 2021 ocorreu um importante marco para a previdência municipal. Trata-se da Emenda à Lei Orgânica do Município de São Paulo nº 41, de 18 de novembro de 2021, que estabeleceu regras para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de acordo com a Emenda à Constituição Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019. Segundo o Art. 40 da Emenda 103/2019, os RPPS devem ter caráter contributivo e solidário, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial:

Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Entre outras, as principais disposições estabelecidas pela Emenda LOMSP nº 41/2021 são:

¹³ Lei nº 1.236, de 11 de setembro de 1909.

¹⁴ Art. 6º da Lei 13.973, de 12 de maio de 2005.

¹⁵ Art. 2º, § 2º da Portaria nº 1.467, de 02 de junho de 2022.

¹⁶ Art. 2º, inciso II, da Portaria nº 1.467, de 02 de junho de 2022.

- Os servidores vinculados ao RPPS municipal serão aposentados com as idades mínimas previstas para os servidores vinculados ao RPPS da União (aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem), observada a redução de idade mínima para os ocupantes de cargo de professor e demais requisitos estabelecidos na Emenda 41¹⁷;
- Alterações diversas nas regras de concessão das pensões por morte concedidas a dependentes de servidor¹⁸;
- Acréscimo de seis pontos percentuais na contribuição patronal, sobre a mesma base de contribuição, se a atividade exercida pelo servidor ensejar concessão de aposentadoria especial¹⁹;
- Havendo déficit previdenciário no RPPS, as contribuições incidirão sobre os proventos de aposentados e pensionistas que supere o limite do salário-mínimo nacional²⁰;
- Havendo déficit atuarial, o Município pode estabelecer por meio de Decreto contribuição patronal extraordinária até o limite de duas vezes a alíquota vigente para a contribuição patronal ordinária. A patronal extraordinária foi estabelecida pelos art. 20 e 21 do Decreto nº 61.151, de 18 de março de 2022. O Município poderá instituir ainda, por meio de lei, contribuição extraordinária dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas²¹;
- Até que lei equacione o déficit financeiro e atuarial, o RPPS do Município fica reorganizado e financiado mediante a segregação de dois planos de custeio: um fundo de repartição simples e outro de capitalização²². Os fundos são incomunicáveis, dotados de natureza pública, identidade físico-contábil individual, com destinação específica para o pagamento dos respectivos benefícios, não havendo em qualquer hipótese solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles.

A criação dos fundos previdenciários está assim disposta na Emenda nº 41/2021:

Art. 36. (...)

§ 4º Fica criado o Fundo Financeiro – FUNFIN, que detém a responsabilidade de gerir os recursos a este vinculados, para o custeio dos benefícios previdenciários aos segurados vinculados ao RPPS, e seus dependentes, que, cumulativamente:

I - tenham sido admitidos como servidores efetivos no Município de São Paulo até 27 de dezembro de 2018;

II - tenham nascido após 31 de dezembro de 1953; e

III - que não tenham aderido à previdência complementar.

§ 8º Fica criado o Fundo Previdenciário – FUNPREV, que detém a responsabilidade de gerir os recursos a este vinculados, para o custeio dos benefícios previdenciários aos segurados vinculados ao RPPS, e seus dependentes, que:

I - tenham sido admitidos como servidores efetivos no Município de São Paulo depois de 27 de dezembro de 2018;

II - tenham nascido até 31 de dezembro de 1953; ou

III - que tenham aderido à previdência complementar independentemente da idade e data de admissão como servidores efetivos no Município de São Paulo.

¹⁷ Art. 101-A da LOMSP, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021.

¹⁸ Art. 27 das Disposições Gerais e Transitórias da LOMSP, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021.

¹⁹ Art. 32 das Disposições Gerais e Transitórias da LOMSP, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021.

²⁰ Art. 33 das Disposições Gerais e Transitórias da LOMSP, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021.

²¹ Art. 34 das Disposições Gerais e Transitórias da LOMSP, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021.

²² Art. 36 das Disposições Gerais e Transitórias da LOMSP, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021.

O FUNFIN é financiado, por repartição simples, pelas contribuições a serem pagas pela Administração Municipal Direta, Autarquias, Fundações, pela Câmara Municipal e pelo Tribunal de Contas do Município e pelos respectivos servidores ativos, aposentados e pensionistas. Não tem objetivo de acumular recursos e suas insuficiências financeiras são de responsabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo, rateadas proporcionalmente ao custo dos benefícios de cada entidade.

O FUNPREV é financiado pelo regime de capitalização, pelas contribuições a serem pagas pela Administração Municipal Direta, Autarquias, Fundações, pela Câmara, Tribunal de Contas e respectivos servidores ativos, aposentados e pensionistas e tem o objetivo de acumular recursos necessários e suficientes para o custeio do correspondente plano de benefícios, calculado atuarialmente. Eventuais insuficiências financeiras também são de responsabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo, rateadas proporcionalmente por cada entidade. Além das contribuições, são fontes de financiamento do FUNPREV:

- Ativos imobiliários e seus rendimentos;
- Recebíveis, direitos a crédito, direitos a títulos, concessões, direitos de uso do solo;
- Participações em fundos ou receitas de que seja titular o Município de São Paulo e lhe tenham sido destinadas.

Importante destacar que o Município deve destinar patrimônio imobiliário e direitos ao FUNPREV até o montante correspondente ao passivo atuarial do FUNFIN. Nesse contexto, fica aportado ao RPPS o produto da arrecadação do Imposto de Renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título pelo Município, Autarquias e Fundações, desde a promulgação da Emenda nº 41/2021 até 31 de dezembro de 2055²³.

A Lei nº 17.020, de 27 de dezembro de 2018, instituiu o Regime de Previdência Complementar de que trata o art. 40, §§ 14 e 15 da Constituição Federal. Tem caráter facultativo e aplica-se aos que ingressarem no serviço público municipal a partir da data de publicação dessa Lei.

Para os servidores que ingressarem a partir de 27 de dezembro de 2018, as aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo RPPS (FUNPREV) estão limitadas ao valor dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, independentemente de adesão ao Regime de Previdência Complementar – RPC²⁴. Esse limite também se aplica aos servidores que, independentemente da idade e data de ingresso no serviço público municipal, tenham aderido ao RPC.

Em dezembro de 2023, o RPPS do Município apresentava a seguinte massa de segurados:

²³ Art. 37, § 15º das Disposições Gerais e Transitórias da LOMSP, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021.

²⁴ Art. 3º da Lei nº 17.020, de 27 de dezembro de 2018.

PODER E ÓRGÃO	FUNPREV				FUNFIN			
	Ativos	Aposentados	Pensionistas	Subtotal	Ativos	Aposentados	Pensionistas	Subtotal
PODER EXECUTIVO	14.138	48.514	16.955	79.607	102.338	45.822	6.689	154.849
PMSP	13.827	47.882	61	61.770	100.257	45.314	1.047	146.618
IPREM	7	86	16.887	16.980	41	55	5.642	5.738
HSPM	300	80	-	380	1.949	57	-	2.006
SFMSP	4	466	7	477	91	396	-	487
PODER LEGISLATIVO	65	461	-	526	607	271	-	878
CMSP	15	204	-	219	374	115	-	489
TCMSP	50	257	-	307	233	156	-	389
TOTAL	14.203	48.975	16.955	80.133	102.945	46.093	6.689	155.727

PODER E ÓRGÃO	RPPS MUNICIPAL			
	Ativos	Aposentados	Pensionistas	TOTAL
PODER EXECUTIVO	116.476	94.336	23.644	234.456
PMSP	114.084	93.196	1.108	208.388
IPREM	48	141	22.529	22.718
HSPM	2.249	137	-	2.386
SFMSP	95	862	7	964
PODER LEGISLATIVO	672	732	-	1.404
CMSP	389	319	-	708
TCMSP	283	413	-	696
TOTAL	117.148	95.068	23.644	235.860

Fonte: Informações recebidas dos Órgãos vinculados ao RPPS - dezembro/2023.

Avaliação Atuarial

É o estudo técnico com base em dados cadastrais dos servidores ativos e aposentados e seus beneficiários, desenvolvido por profissional atuário, pelo menos uma vez por ano, com o objetivo de dimensionar os compromissos futuros da entidade gestora única do RPPS e quanto os segurados e entes federativos devem contribuir para o plano de benefícios.

De acordo com a Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, os Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores de todos os entes federativos devem ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial, observando, entre outros critérios, avaliação atuarial a cada balanço, utilizando-se parâmetros gerais para a revisão do plano de custeio e benefícios.

O equilíbrio financeiro e atuarial é assim definido pela Portaria nº 1.467/2022, art. 2º:

V - equilíbrio financeiro e atuarial: a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios;

A avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de 2023 encontrava-se em elaboração na data do fechamento das demonstrações contábeis, o que ensejou o fornecimento de Parecer Técnico preliminar com as provisões matemáticas e a projeção atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF)²⁵.

O estudo atuarial ora apresentado foi realizado com base em informações cadastrais fornecidas pelo IPREM. De acordo com o Parecer Técnico, as bases disponibilizadas apresentaram divergências com a base de dados enviadas para a avaliação do exercício anterior, para o que é aconselhável a realização de estudos adicionais.

Cumprir informar que a avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de 2022 foi elaborada e entregue ao IPREM em março de 2023, após fechamento do Balanço. As demonstrações contábeis relativas ao exercício 2022 contêm as provisões matemáticas calculadas na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de 2021.

Provisões Matemáticas

A provisão matemática previdenciária representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente, também conhecida como Passivo Atuarial²⁶.

As provisões matemáticas registradas no Balanço 2023 estão detalhadas a seguir:

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - FUNPREV					
CONTA	DESCRIÇÃO	BALANÇO 2022	BALANÇO 2023	VARIAÇÃO	%
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	45.341.632.690,58	57.665.279.127,90	12.323.646.437,32	27%
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	45.341.632.690,58	57.665.279.127,90	12.323.646.437,32	27%
2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	46.819.622.844,00	55.376.055.436,51	8.556.432.592,51	18%
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	56.253.744.713,58	62.989.296.473,89	6.735.551.760,31	12%
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-5.467.838.742,33	-5.762.394.312,19	-294.555.569,86	-5%
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-1.062.796.215,43	-1.478.469.800,95	-415.673.585,52	-39%
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-352.453.224,56	-372.376.924,24	-19.923.699,68	-6%
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	-2.551.033.687,26	0,00	2.551.033.687,26	100%
2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-1.477.990.153,42	2.289.223.691,39	3.767.213.844,81	255%
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	5.031.382.128,33	5.853.210.362,52	821.828.234,19	16%
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-4.165.443.734,31	-1.857.872.470,14	2.307.571.264,17	55%
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-1.291.913.207,51	-836.637.784,92	455.275.422,59	35%
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-1.052.015.339,93	-869.476.416,07	182.538.923,86	17%

²⁵ Parecer Técnico nº 01, de 18 de janeiro de 2024, encartado no Processo SEI nº 6310.2024/0000332-6.

²⁶ Art. 1º, inciso XII do Decreto nº 61.151, de 18 de março de 2022.

FUNDO EM REPARTIÇÃO - FUNFIN					
CONTA	DESCRIÇÃO	BALANÇO 2022	BALANÇO 2023	VARIAÇÃO	%
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	73.915.919.418,75	0,00	-73.915.919.418,75	-100%
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	73.915.919.418,75	120.980.082.277,87	47.064.162.859,12	64%
2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	65.003.662.216,10	80.566.764.827,11	15.563.102.611,01	24%
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	76.716.965.922,11	92.451.307.422,53	15.734.341.500,42	21%
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-8.362.884.207,86	-10.201.970.409,06	-1.839.086.201,20	-22%
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-967.521.742,90	-1.044.560.236,03	-77.038.493,13	-8%
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-519.952.538,76	-638.011.950,33	-118.059.411,57	-23%
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	-1.862.945.216,49	0,00	1.862.945.216,49	100%
2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	8.912.257.202,65	40.413.317.450,76	31.501.060.248,11	353%
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	53.188.059.487,98	69.758.739.390,60	16.570.679.902,62	31%
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-26.174.465.775,92	-15.277.957.443,42	10.896.508.332,50	42%
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-11.452.259.716,35	-6.766.146.636,62	4.686.113.079,73	41%
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-6.649.076.793,06	-7.301.317.859,80	-652.241.066,74	-10%
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	0,00	-120.980.082.277,87	-120.980.082.277,87	-
2.2.7.2.2.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00	-80.566.764.827,11	-80.566.764.827,11	-
2.2.7.2.2.01.01	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00	-80.566.764.827,11	-80.566.764.827,11	-
2.2.7.2.2.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00	-40.413.317.450,76	-40.413.317.450,76	-
2.2.7.2.2.02.03	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00	-40.413.317.450,76	-40.413.317.450,76	-
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL NA ENTIDADE FUNFIN		73.915.919.418,75	0,00	-73.915.919.418,75	-100%
PROVISÃO TOTAL NA ENTIDADE PMSP REFERENTE AO FUNFIN		0,00	120.980.082.277,87	120.980.082.277,87	-
PROVISÃO MATEMÁTICA CONSOLIDADA PMSP & FUNFIN		73.915.919.418,75	120.980.082.277,87	47.064.162.859,12	64%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.

Notas:

- (1) Provisão matemática registrada no Balanço 2022:
 - a. Baseada no Relatório de Reavaliação Atuarial apresentado em março de 2022 com data focal 31 de dezembro de 2021;
 - b. Método de financiamento utilizado para cálculo da situação atuarial e do plano de custeio foi o Método Agregado;
 - c. O montante projetado para o Plano de Amortização (R\$ 2.551.033.687,26 no FUNPREV e R\$ 1.862.945.216,49 no FUNFIN) foi registrado inicialmente na conta contábil 2.2.7.2.1.05.98 e reclassificado posteriormente para as contas contábeis 2.2.7.2.1.03.99 e 2.2.7.2.1.01.99, respectivamente, para adequação ao PCASP Estendido vigente a partir de 2023;
- (2) Provisão matemática registrada no Balanço 2023:
 - a. Baseada no Parecer Técnico (Atuarial) nº 01, de 18 de janeiro de 2024 com data focal 31 de dezembro de 2023 produzido por Atuário da Fundação Instituto de Administração;
 - b. Método de financiamento utilizado para contabilização foi o Crédito Unitário Projetado – PUC, de acordo com o MCASP 9ª edição²⁷. Não foi apresentado o cálculo da provisão pelo Método Agregado, portanto não foi possível determinar quanto a variação entre 2022 e 2023 decorre da comparação de metodologias distintas.

A provisão matemática previdenciária do RPPS representa praticamente a totalidade das provisões registradas no Balanço Consolidado do Município e corresponde a 76%

²⁷ MCASP, 9ª edição, aplicável a partir de 2022, Parte III, Capítulo 4.

aproximadamente do total dos passivos do Município. O saldo de 2023 foi de R\$ 178 bilhões, aumento de R\$ 59 bilhões, ou 50%, em relação a 2022:

PROVISÃO MATEMÁTICA CONSOLIDADA	BALANÇO 2022	BALANÇO 2023	VARIAÇÃO	%
	119.257.552.109,33	178.645.361.405,77	59.387.809.296,44	50%

Créditos para amortização do déficit atuarial do FUNPREV

A avaliação atuarial, em conformidade com a Instrução de Procedimentos Contábeis nº 14 – Procedimentos relativos aos RPPS (revisada em 2022), evidenciou o plano de amortização do déficit atuarial do FUNPREV, que, calculado a valor presente, revela direitos do Fundo, em contrapartida da obrigação do Ente:

ATIVOS FUNPREV	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.3.6.2.04.00	Valor presente do IRRF (curto prazo)	3.863.053.087,85
1.2.1.1.2.08.03	Valor presente do IRRF (longo prazo)	65.746.743.801,24
1.1.3.6.2.05.00	Valor presente das contribuições suplementares/extraordinárias (curto prazo)	405.511.245,31
1.2.1.1.2.08.02	Valor presente das contribuições suplementares/extraordinárias (longo prazo)	882.170.245,73
TOTAL		70.897.478.380,13

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.

O aporte do IRRF ao FUNPREV está fundamentado no § 15º do art. 37 do Ato das Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município de São Paulo, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021, e no art. 10, inciso XIV do Decreto nº 61.151, de 18 de março de 2022.

A contribuição extraordinária do FUNPREV está fundamentada no parágrafo único do art. 34 do Ato das Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município de São Paulo, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021, e no art. 20 do Decreto nº 61.151, de 18 de março de 2022.

Projeção atuarial do RPPS - 2024 a 2098

Na projeção atuarial do RPPS para 75 (setenta e cinco) anos foram utilizadas as seguintes hipóteses²⁸:

- tábua de mortalidade geral: BR-EMSsb-v.2010;
- tábua de mortalidade de inválidos: IBGE-2022;
- tábua de entrada em invalidez: Light Forte suavizada em 78%;

²⁸ Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS, 2024 a 2098, encartado no Processo SEI nº 6310.2024/0000332-6. Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (LRF) divulgado na página [Prestação de Contas Públicas - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO | Secretaria Municipal da Fazenda | Prefeitura da Cidade de São Paulo](#).

- d. crescimento real de salários 2,82% a.a. para o FUNPREV e 2,71% a.a. para o FUNFIN;
- e. crescimento real de benefícios: 0% a.a.;
- f. taxa real de juros: 4,58% a.a. para o FUNPREV e 4,82% a.a. para o FUNFIN;
- g. hipótese sobre geração futura: a quantidade de servidores ativos se manterá constante ao longo do período de projeção;
- h. taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário-mínimo: 0% a.a.;
- i. hipótese de família média: cônjuge 2,5 anos mais jovem para homens e 2,25 anos mais velho para mulheres;
- j. fator de capacidade salarial e de benefícios: 0,9842;
- k. inflação anual estimada: 3,55%;
- l. taxa de rotatividade: 0% a.a.;

A massa salarial mensal considerada no estudo foi de R\$ 82.764.995,37 para o FUNPREV e R\$ 794.602.593,53 para o FUNFIN.

Resultado Previdenciário

Resultado previdenciário é o confronto entre as receitas e despesas previdenciárias, individualizado por fundo.

No exercício 2023, o resultado alçando no FUNPREV foi SUPERÁVIT PREVIDENCIÁRIO de R\$ 270.807.740,38, considerado o aporte para amortização de déficit atuarial (IRRF) nas receitas. Deduzido o aporte, o FUNPREV apresenta DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO de R\$ 4.407.145.170,91, conforme Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF) e fundamentado na Portaria MPS nº 746/2011²⁹.

No FUNFIN, o resultado foi SUPERÁVIT PREVIDENCIÁRIO de R\$ 154.120.756,36.

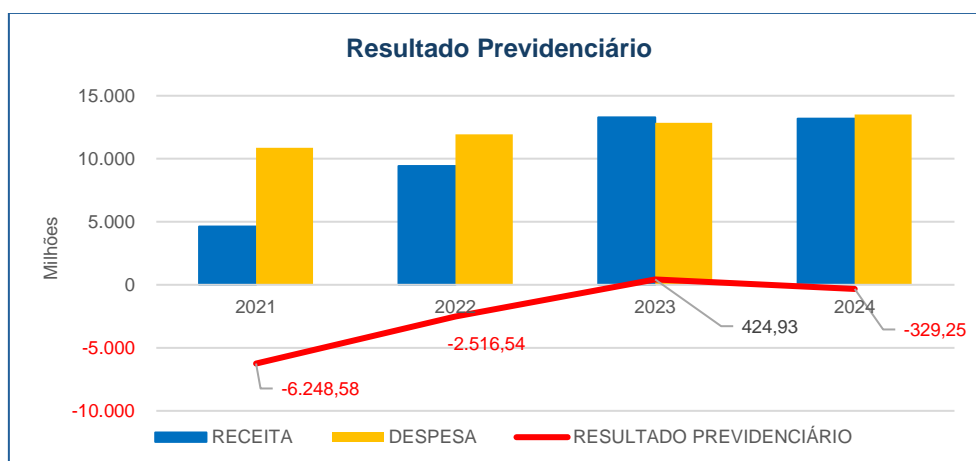
EXERCÍCIO 2023	FUNPREV	FUNFIN	RPPS MUNICÍPIO
RECEITAS	6.614.280.653,74	6.669.636.374,23	13.283.917.027,97
DESPESAS	6.343.472.913,36	6.515.515.617,87	12.858.988.531,23
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	270.807.740,38	154.120.756,36	424.928.496,74

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.

A comparação dos resultados do exercício com exercícios anteriores por Fundos fica prejudicada, em razão do início de sua gestão orçamentária, financeira e contábil no decorrer do exercício de 2022. Para tornar a comparação viável, o gráfico abaixo considera as receitas e despesas globais, sem segregação por fundos, inclusive as que foram executadas no Órgão

²⁹ Art. 1º, § 1º, inciso II da Portaria MPS nº 746, de 27 de dezembro de 2011.

Gestor. A evolução mostra déficit de R\$ 6 bilhões em 2021 a superávit de R\$ 424 milhões em 2023; previsão na LOA menos otimista, com déficit de R\$ 329 milhões:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.

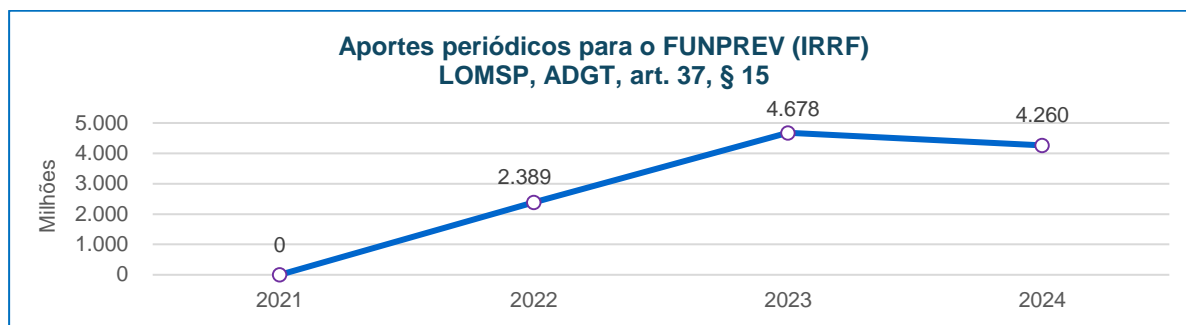
Notas:

- (1) Base para 2021: receitas de contribuições e de compensações previdenciárias arrecadadas e despesas com aposentadorias, pensões e compensações previdenciárias empenhadas na entidade IPREM, que até aquele exercício, evidenciava o RPPS do Município;
- (2) Base para 2022: receitas de contribuições e de compensações previdenciárias arrecadadas e despesas com aposentadorias, pensões e compensações previdenciárias empenhadas nas entidades IPREM, FUNPREV e FUNFIN. A gestão administrativo-previdenciária, financeira, orçamentária e contábil dos Fundos teve efetividade a partir de março de 2022;
- (3) Base para 2023: total das receitas arrecadadas e despesas empenhadas nas entidades FUNPREV e FUNFIN;
- (4) Base para 2024: total das receitas previstas e despesas fixadas na LOA nas entidades FUNPREV e FUNFIN.

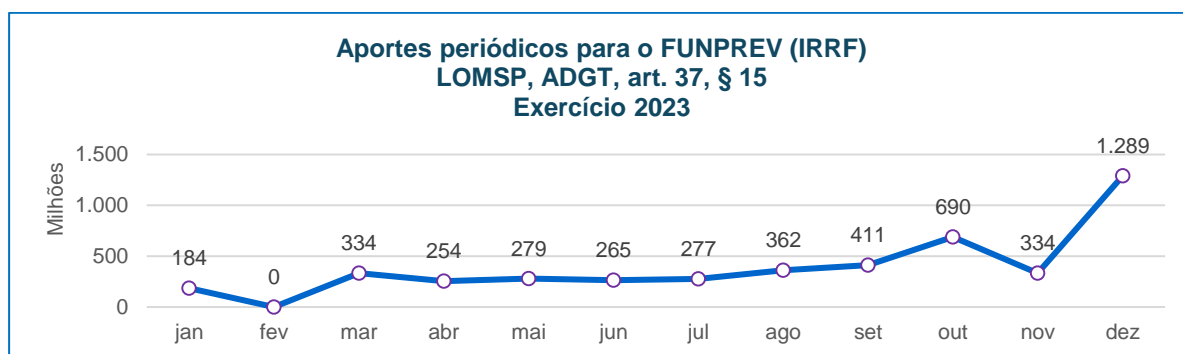
O comportamento do resultado orçamentário demonstra os efeitos das medidas adotadas a partir de 2022, com a reforma previdenciária introduzida pela Emenda nº 41 de 2021 e a regulamentação pelo Decreto nº 61.151 de 2022.

No exercício de 2022, as receitas previdenciárias sofrem importante aumento em função das contribuições patronais extraordinárias e especiais para o FUNPREV e FUNFIN, além da ampliação da base de cálculo das contribuições dos aposentados e pensionistas (passou do montante excedente do teto do RGPS para o montante excedente do salário-mínimo). Em junho de 2022, as receitas previdenciárias sofrem o impacto relevante do aporte para amortização do déficit atuarial com a transferência do IRRF para o FUNPREV.

Em 2023, a Instrução Normativa nº 2.145, de 26 de junho altera a IN RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, amplia a retenção do IR na fonte sobre pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços e estende a disposição para estados, Distrito Federal e municípios. Também em 2023, dia 23 de junho, a Lei Municipal nº 17.969 reajusta os salários de servidores ativos, aposentados e pensionistas, ampliando a arrecadação de IRRF. Esses dois eventos implicaram na elevação do aporte de IR para o FUNPREV, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.

Insuficiência Financeira

Ao confrontar os fluxos das receitas e despesas do RPPS no exercício financeiro, caso as despesas sejam superiores às receitas, será caracterizado déficit financeiro ou insuficiência financeira³⁰.

A Emenda nº 41 dispõe que as insuficiências financeiras do FUNPREV e do FUNFIN são de responsabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo, rateadas proporcionalmente na razão dos custos dos beneficiários de cada Poder e de cada órgão/entidade da Administração Direta, Autárquica e Fundacional³¹.

Em 2023, o resultado previdenciário demonstra que não houve insuficiência financeira no FUNPREV ou no FUNFIN. Contudo, o Tesouro Municipal transferiu valores para cobertura de despesas executadas no exercício anterior na fonte Tesouro Municipal, além de recursos para cobertura de ressarcimento de precatórios do RPPS pagos pela Prefeitura, no montante de R\$ 107.675.438,17:

³⁰ Art. 2º, inciso XIII, do Anexo VI da Portaria nº 1.467, de 02 de junho de 2022.

³¹ Art. 36, §§ 6º e 10, do Ato das Disposições Gerais e Transitórias da LOMSP, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021.

REPASSES RECEBIDOS PELO RPPS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA EXERCÍCIO 2023			
FINALIDADE	FUNPREV	FUNFIN	TOTAL
Despesa executada em 2022 na fonte Tesouro	69.867.870,01	23.320.246,87	93.188.116,88
Ressarcimento de precatórios pagos pela PMSP	13.486.132,13	1.001.189,16	14.487.321,29
TOTAL	83.354.002,14	24.321.436,03	107.675.438,17

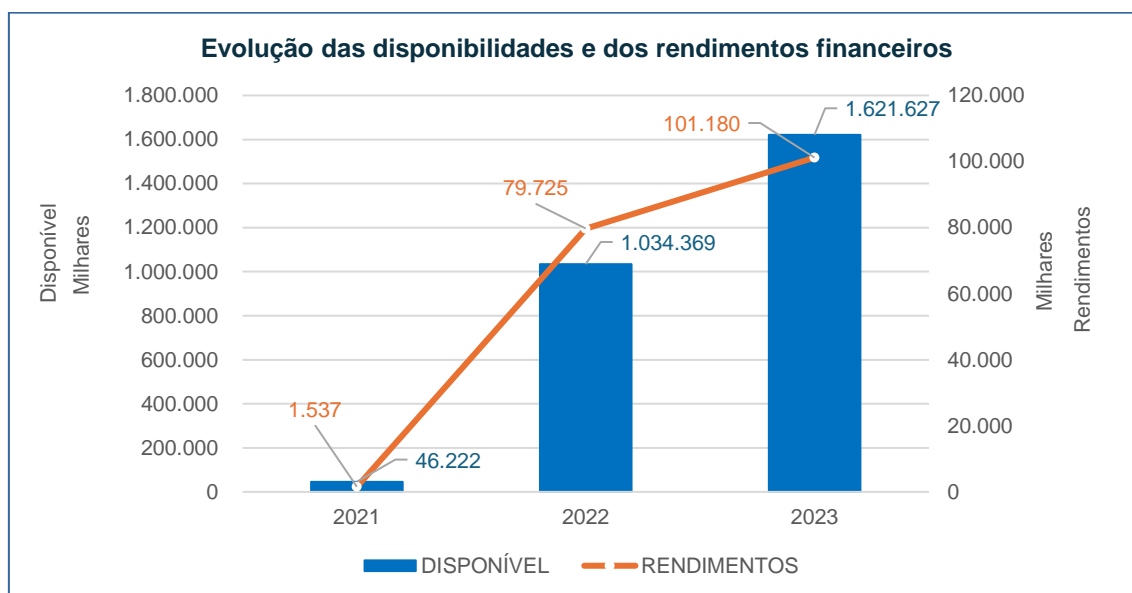
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.

A título de comparação, no exercício 2022, foram recebidos R\$ 3.622.196.213,84 de insuficiência financeira. Neste montante estão contemplados recursos para manutenção do Órgão Gestor.

Cumpra esclarecer que houve em 2023 um repasse financeiro de R\$ 7.714.528,74 concedido pelo FUNPREV à entidade IPREM para regularizar despesa executada e paga em 2022, na fonte relativa a honorários advocatícios de aposentados. A respectiva transferência da PMSP foi realizada para o FUNPREV, por isso a regularização no exercício 2023.

Disponibilidades e Investimentos

Com os resultados apresentados pelo RPPS a partir de 2022, teve início um acúmulo de recursos financeiros nos Fundos que, por consequência, geraram investimentos financeiros mais elevados.



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.

Nota:

- (1) Os valores utilizados no gráfico para os exercícios 2021 e 2022 contemplam recursos do Órgão Gestor.

Os saldos de disponibilidades ao final do exercício 2023 e o montante das receitas arrecadadas de rendimentos de aplicação financeira por Fundo seguem demonstrados na tabela a seguir:

EXERCÍCIO 2023	FUNPREV	FUNFIN	RPPS MUNICÍPIO
DISPONIBILIDADES (APLICAÇÕES + RECURSO EM CAIXA)	1.113.909.232,87	507.718.098,71	1.621.627.331,58
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	62.523.902,17	38.656.308,27	101.180.210,44

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.

Os recursos do FUNPREV, no total de R\$ 1.113.909.119, estão aplicados no Banco do Brasil (BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP e BB TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP), e ao final do exercício social, com saldos de R\$ 18.286.238 e R\$ 1.095.622.880, respectivamente, proporcionaram rendimentos financeiros totais de R\$ 62.523.902. Os recursos do FUNFIN, no total de R\$ R\$ 507.717.100, com rendimentos financeiros de R\$ 38.656.308 ao longo de 2023, também estão aplicados no Banco do Brasil (BB TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP). O FI ou FICFI, estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.963, art. 7º, inciso I, alínea "b". Os detalhes da política de investimentos e demais relatórios encontram-se disponíveis na página do Instituto na internet³².

No Balanço Financeiro é evidenciada a movimentação que resultada na variação do disponível de cada Fundo no exercício:

RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2023	FUNPREV	FUNFIN	RPPS MUNICÍPIO
Saldo inicial do exercício	722.019.361,36	312.349.159,94	1.034.368.521,30
(+) Receitas orçamentárias	6.614.280.653,74	6.669.636.374,23	13.283.917.027,97
(+) Transferências financeiras recebidas	83.354.002,14	24.321.436,03	107.675.438,17
(+) Recebimentos extraorçamentários	392.721.804,23	98.715.598,99	491.437.403,22
(-) Despesas orçamentárias	-6.343.472.913,36	-6.515.515.617,87	-12.858.988.531,23
(-) Transferências financeiras concedidas	-7.714.528,74	0,00	-7.714.528,74
(-) Pagamentos extraorçamentários	-347.279.146,50	-81.788.852,61	-429.067.999,11
Saldo final do exercício	1.113.909.232,87	507.718.098,71	1.621.627.331,58

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.

Notas:

- (1) Transferências financeiras recebidas e concedidas, conforme detalhado no item "INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA" deste relatório;
- (2) Nos recebimentos extraorçamentários estão incluídos os valores inscritos em restos a pagar não processados e processados:

INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR EXERCÍCIO 2023	FUNPREV	FUNFIN	RPPS MUNICÍPIO
Não Processados	33.936.383,36	16.449.749,17	50.386.132,53
Processados	16.969.123,08	1.711.609,21	18.680.732,29
Total	50.905.506,44	18.161.358,38	69.066.864,82

Resultado Patrimonial

RESULTADO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2023	FUNPREV		FUNFIN		RPPS MUNICÍPIO	
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	77.121.498.698,19	138%	80.628.975.754,20	110%	157.750.474.452,39	122%
Contribuições	1.760.230.840,72	3%	6.597.240.707,61	9%	8.357.471.548,33	6%

³² [Relatórios e Demonstrativos de Investimentos | Secretaria da Fazenda | Prefeitura da Cidade de São Paulo.](#)

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	137.454,42	0%	0,00	0%	137.454,42	0%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	64.100.098,71	0%	41.910.728,06	0%	106.010.826,77	0%
Transferências e Delegações Recebidas	4.241.316.633,73	8%	24.321.436,03	0%	4.265.638.069,76	3%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	4.999.481,78	0%	291.784,21	0%	5.291.265,99	0%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	71.050.714.188,83	127%	73.965.211.098,29	101%	145.015.925.287,12	112%
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	-21.322.208.686,12	-38%	-7.208.436.097,93	-10%	-28.530.644.784,05	-22%
Pessoal e Encargos	-7.000,00	0%	-3.300,95	0%	-10.300,95	0%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-6.395.604.486,48	-11%	-6.494.452.928,44	-9%	-12.890.057.414,92	-10%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-2.797,24	0%	-798,22	0%	-3.595,46	0%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-2.567.148.416,53	-5%	-707.299.812,13	-1%	-3.274.448.228,66	-3%
Transferências e Delegações Concedidas	-7.714.528,74	0%	0,00	0%	-7.714.528,74	0%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-95.735,06	0%	-19.500,76	0%	-115.235,82	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-12.351.635.722,07	-22%	-6.659.757,43	0%	-12.358.295.479,50	-10%
Resultado patrimonial do período	55.799.290.012,07	100%	73.420.539.656,27	100%	129.219.829.668,34	100%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.

Notas:

- (1) O resultado do FUNPREV e do FUNFIN é resultante, principalmente, das Receitas de Contribuições e Despesas com Benefícios Previdenciários.
- (2) Quanto às demais variações patrimoniais:
 - FUNPREV:**
 - o Variações Patrimoniais Financeiras: Referem-se a multas e juros de contribuições e rendimentos de aplicações financeiras (aumentativas) e atualização monetária de precatórios (diminutivas).
 - o Transferências Recebidas: R\$ 83 milhões referem-se a repasses para cobertura de insuficiência financeira, detalhados no item INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA deste relatório, e R\$ 4 bilhões referem-se à receita para cobertura do déficit atuarial (Imposto de Renda).
 - o Transferência Concedidas: Refere-se a repasse efetuado ao IPREM, conforme detalhado no item INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA desse relatório.
 - o Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: R\$ 69.609.796.889,09 representam o registro do crédito referente ao valor atual dos aportes para cobertura do déficit atuarial (Imposto de Renda), de acordo com o cálculo atuarial. O saldo restante refere-se a outras receitas patrimoniais, entre elas, as resultantes da compensação financeira entre regimes previdenciários.
 - o Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: R\$ 12.323.646.437,32 representam o incremento na provisão matemática do exercício. O saldo restante refere-se a outras despesas patrimoniais, entre elas, as resultantes da compensação financeira entre regimes previdenciários.
 - FUNFIN:**
 - o Variações Patrimoniais Financeiras: Referem-se a multas e juros de contribuições (aumentativas), rendimentos de aplicações financeiras (em geral, aumentativas) e atualização monetária de precatórios (diminutivas).
 - o Transferências Recebidas: Referem-se a repasses para cobertura de insuficiência financeira, detalhados no item INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA deste relatório.
 - o Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: R\$ 73.915.919.418,75 refere-se ao valor da reversão da provisão matemática do exercício anterior. Considerando a insuficiência financeira do FUNFIN, a provisão matemática fica evidenciada no Ente. O saldo restante refere-se a outras receitas patrimoniais, entre elas, as resultantes da compensação financeira entre regimes previdenciários.
 - o Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: Despesas patrimoniais resultantes da compensação financeira entre regimes previdenciários.

Despesa com Aposentadorias e Pensões em Relação à Despesa Total com Pessoal

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF) define despesa com pessoal em seu art. 18:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, **os inativos e os pensionistas**, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e

variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência. **(grifo nosso)**

O art. 55, inciso I, alínea “a” da LRF estabelece que o Relatório de Gestão Fiscal conterá o comparativo com os limites de que trata a Lei – neste caso, a Receita Corrente Líquida – dos montantes de despesa total com pessoal, distinguindo a despesa com inativos e pensionistas.

Neste contexto, destaca-se que a despesa com aposentadorias e pensões do RPPS representa aproximadamente 16% da despesa de pessoal total do Município e 5% da receita corrente líquida, conforme segue:

DESPESA COM PESSOAL - APOSENTADORIAS E PENSÕES	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.359.777.881,76	357.251.787,09	12.717.029.668,85
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.359.777.881,76	357.251.787,09	12.717.029.668,85
Aposentadorias	11.327.904.200,60	290.868.502,95	11.618.772.703,55
Prefeitura Municipal - PMSP	11.260.406.124,89		11.260.406.124,89
Instituto de Previdência - IPREM	14.553.349,94		14.553.349,94
Hospital do Servidor Público - HSPM	4.253.436,46		4.253.436,46
Serviço Funerário - SFMSP	48.691.289,31		48.691.289,31
Câmara Municipal - CMSP		135.807.123,29	135.807.123,29
Tribunal de Contas - TCMSP		155.061.379,66	155.061.379,66
Pensões	1.031.873.681,16	66.383.284,14	1.098.256.965,30
Prefeitura Municipal - PMSP	1.009.995.671,96		1.009.995.671,96
Instituto de Previdência - IPREM	3.898.029,29		3.898.029,29
Hospital do Servidor Público - HSPM	1.346.241,87		1.346.241,87
Serviço Funerário - SFMSP	16.633.738,04		16.633.738,04
Câmara Municipal - CMSP		49.149.879,94	49.149.879,94
Tribunal de Contas - TCMSP		17.233.404,20	17.233.404,20
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	8.321.500.073,54	177.026.015,68	8.498.526.089,22
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.321.500.073,54	177.026.015,68	8.498.526.089,22
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - APOSENTADORIAS E PENSÕES (III) = (I - II)	4.038.277.808,22	180.225.771,41	4.218.503.579,63
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL – GERAL ³³	24.856.326.945,94	1.061.872.886,29	25.918.199.832,23
Percentual de aposentadorias e pensões sobre o total da Despesa Líquida com Pessoal	16%	17%	16%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	82.922.524.310,59		
Percentual de aposentadorias e pensões em relação à RCL	5%	0%	5%

Fonte: Anexo 1 do RGF (parte), com detalhamento apresentado pelo IPREM.

Órgão Gestor (IPREM)

Enquanto não criada Taxa de Administração a cargo do RPPS, as despesas administrativas necessárias ao funcionamento do Órgão Gestor do RPPS (IPREM) são custeadas com recursos

³³ <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/contaspublicas/index.php?p=3215>.

do Tesouro Municipal³⁴, além das receitas administrativas e financeiras decorrentes de sua atividade, conforme segue.

EXERCÍCIO 2023	ÓRGÃO GESTOR DO RPPS
RECEITAS	6.343.665,69
DESPESAS	87.772.978,66
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	81.429.312,97
REPASSES RECEBIDOS	94.616.061,65
DISPONIBILIDADES	35.406.309,80

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.

Nota:

- (1) Do montante dos repasses recebidos, R\$ 7.714.528,74 foram transferências do FUNPREV para regularizar despesa executada e paga em 2022 no IPREM, na fonte relativa a honorários advocatícios de aposentados; a respectiva transferência da PMSP foi efetuada para o FUNPREV, por isso a regularização no exercício 2023.

Ações de Gestão do RPPS

De acordo com o Relatório de Controle Interno do 3º trimestre de 2023, seguem destacadas algumas importantes ações em andamento no âmbito do IPREM³⁵:

- *Centralização de Aposentadorias*

De acordo com a Lei nº 13.973/2005, o IPREM é o órgão responsável pela concessão, manutenção e pagamento dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte da Prefeitura do Municipal de São Paulo, entretanto, os processos de aposentadoria continuam sendo geridos nas unidades de Recursos Humanos de cada órgão/secretaria. Estima-se que a consolidação de toda a tramitação burocrática da gestão das aposentadorias pelo IPREM levará entre cinco a dez anos. Projetos de reestruturação sistêmica e processual estão sob a supervisão da Coordenadoria de Gestão de Benefícios e do Departamento de Tecnologia da Informação do Instituto.

- *Carreira de Analista Previdenciário*

A Lei nº 17.997, de 28 de setembro de 2023 dispõe sobre a criação do Quadro de Analistas de Previdência QAP, composto por 70 (setenta) cargos de provimento efetivo. O profissional deverá desempenhar atividades especializadas na área previdenciária, com atribuições de, entre outras, instruir, analisar e manifestar-se nos processos de concessão, pagamento, manutenção, revisão e extinção de benefícios; realizar cálculos e implementar o benefício em folha de pagamento; propor, implantar, executar políticas públicas voltadas ao aprimoramento da gestão previdenciária municipal.

³⁴ Art. 36, § 14 das Disposições Gerais e Transitórias da LOMSP, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021.

³⁵ [RELATÓRIO TRIMESTRAL | Secretaria da Fazenda | Prefeitura da Cidade de São Paulo](#).

Em 26 de dezembro de 2023, foi publicado Despacho do Prefeito Ricardo Nunes autorizando a abertura de concurso público para provimento de 30 (trinta) cargos de Analista Previdenciário (APREV).

- *Pró Gestão*

O Pró Gestão RPPS é um programa de certificação que visa ao reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS. O IPREM adquiriu a certificação do Pró-Gestão no nível de aderência II em dezembro de 2021 e iniciou algumas ações para obter o nível III futuramente.

- *CRP administrativo*

O IPREM possui certificado válido emitido pela via judicial, uma vez que as irregularidades observadas em relação à Lei nº 9.717/1998 e à Portaria MTP nº 1.467/2022 estão suspensas por determinação judicial, não representando impedimento à emissão do certificado, conforme dispõe o inciso IV do artigo 248 da Portaria MTP nº 1.467/2022. O certificado emitido em 23/01/2024, válido até 21/07/2024, encontra-se disponível no site do Instituto.

Dos critérios e exigências de regularidade previstos para a emissão do CRP, o IPREM permanece irregular quanto ao critério da cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e seus dependentes. Trata-se das pendências relativas aos servidores admitidos pela Lei nº 9.160, de 1980.

- *Comitês: Monetização de Ativos e Investimentos*

A Lei nº 17.997, de 28 de setembro de 2023³⁶ criou o Comitê de Gestão e Monitoramento da Monetização de Ativos (CGMMA), no âmbito da estrutura administrativa do IPREM, tendo em vista a implementação do aporte e monetização de ativos ao FUNPREV previsto no art. 37 das Disposições Gerais e Transitórias da LOM. Também criou o Comitê de Investimentos, órgão de caráter consultivo com a função de apoiar a Diretoria Executiva na definição da Política de Investimentos e nas proposições de aplicações e resgates de investimentos realizadas pelo RPPS.

³⁶ Art. 24 a 27.

Controladoria Geral do Município - CGM

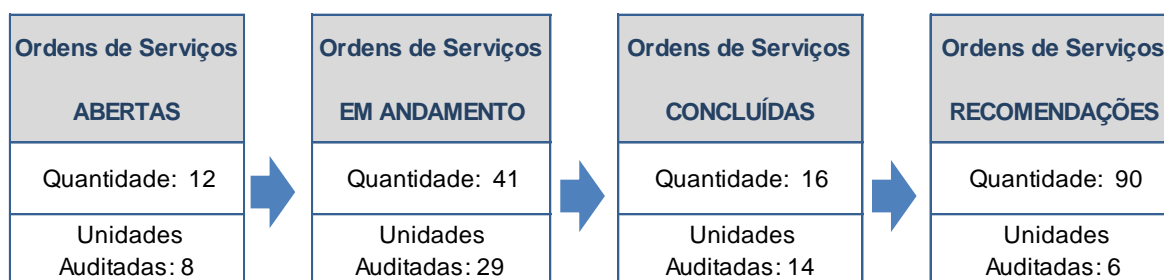
Principais dados apresentados pela CGM em 2023

Criada em maio de 2013 (Lei nº 15.764/2013), a Controladoria Geral do Município – CGM obteve mais autonomia técnica, fiscal e orçamentária com a regulamentação do Decreto Municipal 59.496/2020, de 08 de junho de 2020 e com a publicação do Decreto Municipal 62.809/2023, que dispõe sobre a reorganização da Controladoria Geral do Município.

O órgão atua para prevenir e combater a corrupção na gestão municipal, garantir a defesa do patrimônio público, promover a transparência e a participação social e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Para que seus objetivos sejam atingidos, a CGM é dividida em sete áreas de atuação: Auditoria Geral do Município (AUDI), Coordenadoria de Administração e Finanças (CAF), Coordenadoria de Defesa do Usuário do Serviço Público Municipal (CODUSP), Coordenadoria de Promoção da Integridade e Boas Práticas (COPI), Coordenadoria de Proteção de Dados Pessoais (CPD), Corregedoria Geral do Município (CORR) e Ouvidoria Geral do Município (OGM).

Com base no levantamento elaborado pela Coordenadoria de Auditoria Interna da Controladoria Geral do Município - AUDI, segue resumo quantitativo das auditorias iniciadas, em andamento e concluídas em 2023, bem como das recomendações expedidas no referido exercício:



Encontram-se publicados no sítio eletrônico da CGM, os Relatórios de Auditorias, Notas Técnicas e Notas de Monitoramento, referentes aos trabalhos concluídos em 2023, bem como, os trabalhos concluídos em exercícios anteriores. Tais publicações estão especificadas pelo número da ordem de serviço – OS, unidade auditada, período de realização e objeto de auditoria, através do link:

www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/controladoria_geral/relatorios/index.php?p=172575

Principais Resultados Alcançados no Exercício de 2023

Observa-se a seguir os principais resultados alcançados no exercício de 2023:

Exercício 2023	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Resultado Orçamentário	-R\$ 3.934.648.078	-R\$ 2.424.977.351	-R\$ 6.359.625.429
Superavit Financeiro	R\$ 14.122.035.924	R\$ 2.294.787.711	R\$ 16.416.823.636
Resultado Primário	-R\$ 5.400.036.488	-R\$ 2.741.775.526	-R\$ 8.141.812.014
Resultado Patrimonial	-R\$ 197.745.662.522	R\$ 131.073.503.421	-R\$ 66.672.159.100
Resultado Financeiro	-R\$ 4.790.525.352	R\$ 1.105.551.190	-R\$ 3.684.974.162

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Conclusão

Concluimos o presente Relatório, no qual procuramos abordar os aspectos significativos e relevantes das contas do Exercício de 2023, que foram registrados neste Balanço Geral do Município de São Paulo.

Encerramos, aqui, mais uma etapa, na certeza de que empenhamos nossos maiores esforços para atingir as metas as quais nos propusemos e, para finalizar, agradecemos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

São Paulo, março de 2024.